

SUMÁRIO

VOAR: UM SONHO QUE SE FEZ REALIDADE EM JACIARA.....	2
A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	14
DIFICULDADES NA ESCRITA DOS ALUNOS DE ENSINO SUPERIOR: uma análise das narrativas escritas dos alunos da Faculdade Eduvale.....	20
O INÍCIO DA CARREIRA DOCENTE: reflexões sobre a formação inicial e o trabalho do professor.	32
EFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO UTILIZANDO A METODOLOGIA KAIZEN.....	46
NA EMPRESA BUNGE BRASIL DE RONDONÓPOLIS-MT	46
MOTIVAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO EDUCACIONAL DE RONDONÓPOLIS.....	59
A DECLARAÇÃO ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA – EXERCÍCIO 2012/ANO – CALENDÁRIO 2011	69
A EFICÁCIA NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO DA PREFEITURA DE JACIARA – MT	82
PERÍCIA FORENSE COMPUTACIONAL: METODOLOGIAS, TÉCNICAS E FERRAMENTAS	107

VOAR: UM SONHO QUE SE FEZ REALIDADE EM JACIARA.

Cláudia Clever Matias do Val¹

Fátima Lacerda²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo ressaltar a importância do aeroclube para o município de Jaciara, que desde o início da colonização, demonstra uma ligação estreita com a aviação e com o processo histórico e urbanístico da cidade; nada mais natural de que com o passar dos anos surgisse uma escola para formação de pilotos. Visando dar oportunidade aos jovens que buscam uma profissão, seja de instrutor de voo, na aviação agrícola, comercial, doméstica e empresas de táxis aéreos. O Aeroclube é reconhecido a nível nacional, devida à preocupação constante pela segurança de voo, fazendo também um trabalho de parceria com a comunidade.

Palavras chaves: colonização, aviação, aeroclube.

1. Breve histórico da Aviação em Jaciara.

O transporte aéreo funciona como um facilitador no processo de desenvolvimento, viabilizando a existência de atividades de turismo e de negócios ao propiciar meios para viagens a trabalho e a lazer.

Este trabalho de pesquisa tem por objetivo avaliar a importância do Aeroclube de Jaciara no contexto sócio econômico, cultural e social. Assim sendo buscaremos analisar o espaço urbano do município, baseado no processo de transformação econômica. Definindo os interesses diversos, compreendendo o significado desta atividade no contexto local, desde o período da colonização até a atualidade; compreender como os aspectos físicos geográficos que influenciaram na

¹ Graduação em Ciências Contábeis, pela faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, conclusão em 1993. Graduação em Pedagogia, pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, conclusão em 2007. Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, pela Faculdade Positivo, conclusão em maio de 2008. Mestranda em Psicologia Social e Educacional com término previsto em maio de 2012. Professora da rede Estadual de Jaciara – MT com aulas na área de Arte, Filosofia e Sociologia, e também ensino fundamental 2ª fase do 2º ciclo. No ano de 2010. Tutoria da Faculdade à distância ULBRA, na graduação de Pedagogia. 2010. E-mail: claudia.clever@hotmail.com

² Licenciatura plena em história especialização em avaliação do ensino aprendizagem e formação em história e cultura afro-brasileira e africana. Professora da rede Estadual de Jaciara – MT com aulas na área de ciências humanas. E-mail: prof_fafalacerda@hotmail.com

escolha do local de construção do Aeroclube; levar ao conhecimento dos alunos e da comunidade a história deste local e desta atividade; compreender qual era a importância deste empreendimento na época e a relação com a atualidade.

O espaço urbano é a expressão máxima da realização de valor de uso de troca pelas atividades da sociedade capitalista de classes. Percebe-se o jogo de interesses entre a iniciativa privada e o poder público, promovendo o espaço urbano de forma desigual, porém dentro de uma lógica capitalista de produção, visando principalmente ao benefício de grupos ligados ao poder ou próximos a ele. Assim os agentes sociais urbanos são os proprietários dos meios de produção ou industriais, os proprietários fundiários, o Estado às esferas Federal, Estadual e Municipal e os grupos sociais menos privilegiados.

Para realizar este trabalho utilizamos a Geografia Histórica, fazendo uma breve compreensão da origem e a evolução do objeto de pesquisa. A metodologia utilizada para a produção da pesquisa foi à revisão bibliográfica; utilizamos também a pesquisa empírica através de entrevistas, coletas e depoimentos. Recorremos ainda a mapas, documentos, fotos e pequenas análises das informações para melhor clareza. Procurando analisar ainda, os possíveis impactos positivos e negativos da instalação do aeroclube de Jaciara, no Bairro jardim Aeroporto, verificando a compatibilidade do uso deste local com os habitantes que residem no mesmo.

JACIARA – SENHORA DA LUA que nasceu tímida, lá pelos idos do final do século XIX, quando “os irmãos Moura e Moraes vindos da cidade de Estrela do Sul, em Minas Gerais, instalaram oficialmente a primeira morada de homens brancos e cultos”³, às margens do Rio Brilhante.

JACIARA - SENHORA DA LUA menina ainda, mas com alma guerreira merece ter sua história conhecida e lembrada por todos que vieram em busca de sonhos e vida. Tempos difíceis. Colonização lenta e desordenada. Ataques de índios... E as famílias França, Moura, Maciel e outras que chegaram, resistem bravamente às dificuldades. Em 1.947, Milton da Costa Ferreira em uma viagem de Rondonópolis a Cuiabá de avião vislumbra Jaciara e conclui que o Vale do São Lourenço era o local ideal para implantação de uma colonização.

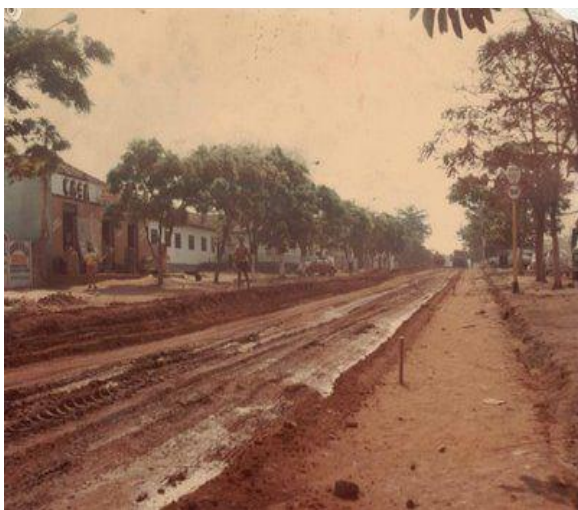
Após estudos, Milton da Costa entra em contato com o então Governador do Estado Dr. Arnaldo Figueiredo e iniciam-se as transações para colonizar toda a área.

³ Extraído de Manoel de Jesus, “Jaciara Senhora da Lua”. Jaciara: Gráfica Mendonça, 1998.

Surge assim, a CIPA – Colonizadora Industrial, Pastoril e Agrícola Ltda., composta inicialmente pelos irmãos Paulo, Milton, Osvaldo e Navarro Costa Ferreira.

[...]. Após vários estudos entrou em contato com o então Governador do Estado, Dr. Arnaldo Figueiredo, para as transações iniciais, demonstrando interesse em colonizar toda a área. Desta iniciativa surgiu a CIPA - Colonizadora Industrial, Pastoral e Agrícola Ltda. [...]. (JESUS, p. 10, 1998).⁴

À frente da organização, o Sr. Paulo Ferreira, experiente no ramo imobiliário, contrata corretores e abre campanha de propaganda das terras, utilizando aviões para distribuir as propagandas e também angariando meninos para distribuírem panfletos nas estações da estrada de ferro Sorocabana, sendo que através de um desses panfletos é que o Sr. Nicola Radica toma conhecimento das terras a serem colonizadas e “parte para a região a bordo de um monomotor juntamente com o Sr. Milton Ferreira, e por pouco não perdem a vida, devido a uma pane no motor do avião quando cortavam o pantanal, visto que não existia pista de pouso mais próximo das terras da CIPA”⁵. Diante desse acontecimento tornou-se necessário a construção de uma pista de pouso para pequenas aeronaves, a qual foi realizada na região onde hoje se encontra o prédio do Fórum e a Escola Antônio Ferreira Sobrinho.



A década de 50 marca então o início da urbanização da futura cidade de Jaciara: ruas e avenidas são demarcadas e abertas à foice e machado. Com características previamente definidas, ou seja, a partir de um loteamento com cerca de 700 há projetadas pela CIPA. A ocupação da sede urbana deu-se, efetivamente, a partir de 1950 com a

Figura nº1: Pavimentação da Av. Antônio construção das residências e comércios na **Ferreira Sobrinho**
 Fonte: http://jaciara.senhoradalua.blogspot.com/2007_10_01_archive.html via principal da cidade, Av. Antônio Ferreira

Sobrinho. Em 12 de dezembro de 1953, é criado o Distrito de Jaciara, ainda município de Cuiabá. O processo de colonização tem continuidade e, em “20 de dezembro de 1958, o então Governador do Estado João Ponce de Arruda, sanciona a lei nº. 1.188, criando o município de Jaciara”⁶,

⁴ Extraído de Manoel de Jesus, “Jaciara Senhora da Lua”. Jaciara: Gráfica Mendonça, 1998.

⁵ Extraído de Fundação Júlio Campos, “Municípios de Mato Grosso: Jaciara”. Várzea Grande: PRONAC, 1986

⁶ Extraído de Manoel de Jesus, “Jaciara Senhora da Lua”. Jaciara: Gráfica Mendonça, 1998.

que até então não tinha nomes específico, embora fosse chamada de CIPA. Através de um concurso público, onde muitos nomes foram sugeridos, é escolhido o nome JACIARA, por sugestão do Sr. Coreolano de Assunção que lendo as obras de Humberto de Campos, encontrou na lenda da Índia Jaciara, a Senhora da Lua, no texto “Vitória Régia”, grande semelhança com uma lenda Boróro que existia na região. É o nascimento de JACIARA - A SENHORA DA LUA. De origem Tupi-guarani vem inspirar os nomes das ruas que foram abertas na época, todas com nomes indígenas semelhantes.

O início da abertura da Rodovia MT - 15 (hoje BR – 364), vem trazer impulso ao desenvolvimento do mais novo município mato-grossense, permitindo um melhor escoamento da produção para os grandes centros consumidores, e a chegada de migrantes de várias regiões do país.

[...] trouxe um impulso maior ao desenvolvimento no mais novo município mato-grossense, pois veio permitir um melhor escoamento da produção para os dois maiores centros de consumo; Cuiabá e Campo Grande, hoje capital do Mato Grosso do Sul. (JESUS, p. 13, 1998) ⁷.

Criada a Comarca de Jaciara, em 30 de junho de 1978 composta, além do município-sede, também pelos Distritos de São Pedro da Cipa e Celma, bem como pelo Município de Juscimeira e seus distritos.

A jovem JACIARA – A SENHORA DA LUA, vê então, a partir daí, seu desenvolvimento chegar com a força guerreira de brasileiros oriundos de todos os cantos do país. De clima quente e semiúmido, terras férteis e planas, banhadas águas limpas e claras dos rios que cortam toda a região, Jaciara desponta para o crescimento e desenvolvimento econômico e social. Na busca de alternativas que prendessem o homem no município e desse melhores condições de trabalho à família Jaciarense, em 1.963 o governo do Estado dá início à implantação da Usina Jaciara, e já em 1.965 produziu a primeira safra.

Até meados de 1.961, existiam vários pequenos engenhos que produziam rapadura e outros derivados da cana de forma artesanal. Numa iniciativa então inédita no Brasil, o governo estadual promoveu a partir da safra de 1.962 a compra de toda plantação de cana, e os canavieiros em troca de incentivos fiscais e financiamento oficial, se comprometeram a vender suas safras para o governo via Usina Jaciara. Com o compromisso oficializado por parte dos plantadores de cana, em 10 de novembro de 1.962, o Estado, pela Lei 1.765, criou a Usina Jaciara, que teve a sua implantação iniciada logo no ano seguinte (1.963). (JESUS, p. 49, 1998).⁸

⁷ Id.

⁸ Id.

Privatizada em 1.972, a Usina Jaciara faz nascer no cerrado o novo tempo da tecnologia, sendo a primeira usina produtora de álcool e açúcar no Estado, através do tratamento especial que os irmãos Naoum – que passaram a ter o controle acionário da empresa e assumiram a direção da Usina.

Em 31 de janeiro de 1.963 toma posse o primeiro prefeito eleito, Sr. Antônio Bastos Pereira. E através de sua administração e mesmo com poucos recursos buscou manter os direitos da população construindo novas escolas, beneficiando a instalação de comércio, casa bancária, posto de gasolina, posto de saúde pública, automóvel na rua.

O papel do Estado enquanto produtor e regulador das atividades econômicas é de grande importância no processo de construção do espaço. Seu desempenho preponderante na paisagem é dado pelo fato dele induzir políticas urbanas direcionadas principalmente aos interesses das classes dominantes. As personalidades políticas que fizeram parte da história política de Jaciara contribuíram com o esforço conjunto da continuidade ao desenvolvimento de Jaciara.

A área urbana do município pode ser descrita considerando uma divisão por setores: central, norte, sul, leste e oeste. E também pela distribuição espacial de seus bairros. A área central da cidade concentra a maioria das atividades, sendo a região onde os terrenos são valorizados. A referência é a Avenida Antônio Ferreira Sobrinho, principal via de circulação, onde se localizam os comércios, os serviços, os hotéis e restaurantes. Na porção que se estende a área Central até o Setor Oeste da cidade, ocorre o melhor padrão construtivo, caracterizando-se por uma ocupação de famílias de classe média a alta. Essa região tem seu crescimento limitado pelo vale do córrego Cachoeirinha. A valorização imobiliária deve-se principalmente pela proximidade com a área Central, em função da localização de dois hospitais e também pela beleza cênica propiciada pelo Vale da Cachoeirinha⁹.

O Estado funciona como uma espécie de tema entre fatores de inovação externa e interna e as mudanças espaciais locais. E geralmente obedecendo às regras do jogo do capital nacional e internacional, sendo respaldada, sistematicamente, dentro da lógica de acumulação do lucro. Refletindo assim, na política urbana.

Na década de 70 e 80, do século XX, Jaciara iniciou um processo de “modernização”, em decorrência da própria expansão capitalista e de posição geográfica, privilegiada por estar entre Rondonópolis e Cuiabá. Nesse sentido homens como Ramon Itacaramby, Márcio Cassiano, que em suas gestões

⁹ Segundo Relatório do Instituto Mato-Grossense de Gerente de Cidade – IMGC-2000

concretizou obras como a construção do Fórum local, vários prédios escolares, a policlínica, instalaram o sistema de telefonia convencional, a agência do Banco do Brasil, a transferência da pista de pouso para o local onde funciona atualmente recebendo a denominação de Aeroporto Municipal “Lurdes Fragelli”, com uma pista de 1.130 metros, sem asfalto, para aviões de pequeno e médio porte.

Esta decisão de mudar a pista de pouso para aonde se encontra atualmente, se deu pelo fato de que a cidade estava em pleno desenvolvimento e não era possível manter uma pista de pouso junto às moradias e colégio que ali se instalavam.

Estudando a planta da cidade observou-se que já existia uma área delimitada para ser construída um aeroporto, este fato nos reafirma a importância da via aérea para Jaciara desde os seus primórdios, desta forma foi que o prefeito da época Sr. Márcio Cassiano em seu segundo mandato transfere a pista de pouso para a parte da cidade onde hoje é denominado Setor Jardim Aeroporto.



Com uma posição geográfica favorável, pois é uma área plana e nessa época existiam poucos moradores. Não oferecendo maiores riscos e intensificando a atividade no município. Muitos outros valorosos homens passaram pela gestão de Jaciara todos com visão futurista, buscando colocar o Município de Jaciara em destaque, seja pelas suas riquezas naturais, sejam pelo acolhimento de sua gente.

Mas foi na gestão de Arnildo Helmut Sulzbacher, que lutando contra as adversidades políticas/econômicas de sua gestão, e com o pensamento voltado para o desenvolvimento do Município se junta a outras personalidades valorosas de nossa comunidade para apoiar a fundação do Aeroclube de Jaciara, um sonho que se mostrará ao longo desta história visionário. As práticas espaciais têm como objetivo alterar o conteúdo do espaço produzido, sendo eminentemente humanos e diretamente localizados. Para a sociedade capitalista urbana, a propriedade fundiária é a condição para suas atividades de produção e reprodução com os requisitos de localização e acessibilidade para a obtenção da renda e acumulação capitalista. Isto nos remete a pensar as políticas públicas adotadas pelo Estado no sentido de redimensionar a produção do espaço geográfico.

No dia sete de abril de 1990, os pilotos: Heitor Avelino Krotch, Ilo Iloy Lundi e Luiz Fernandes Bratz, reuniram-se com então atual prefeito de Jaciara Arnildo Helmut Sulzbacher para deliberarem sobre a fundação do Aeroclube de Jaciara. O Sr. Ilo Iloy Lundi presidente da Assembleia Geral, dispôs sobre a importância do Aeroclube para

a comunidade, “tendo por objetivos principais o ensino e prática da aviação civil, de turismo e em todas as suas modalidades, podendo cumprir missões de emergência ou de interesse da comunidade”¹⁰.



Foto nº3: Sede do Aeroclube
Fonte: Aeroclube de Jaciara-MT

Foi passada a palavra para o prefeito onde o mesmo coloca a disposição o Aeródromo Municipal “Lurdes Fragelli” para a construção da sede do Aeroclube, entendendo a importância da Escola de Aviação para Jaciara, “pois a mesma daria aos jovens opção de uma carreira melhor”¹¹.

A partir desta reunião o sonho da criação do Aeroclube começa a se tornar realidade, fazendo-se necessário a formação de uma diretoria com cunho filantrópico que viesse executar ações para que os objetivos propostos fossem alcançados. Com sede própria e com diretoria organizada, no dia vinte e quatro de fevereiro de 1991, em reunião extraordinária a diretoria e demais membros “formulam uma carta pedindo ao Ministro da Aeronáutica Tenente Brigadeiro do Ar, Sócrates Monteiro autorização para funcionamento da entidade e aprovação dos cursos pretendidos pelo Aeroclube”



Figura nº4: Hangar
Fonte: Aeroclube de Jaciara-Mt

Buscando melhorias para a qualidade do atendimento do Aeroclube, a diretoria entra em contato com o governador do Estado de Mato grosso Sr. Jaime Veríssimo de Campos, e o mesmo acreditando na seriedade da entidade, delibera

¹⁰ Extraído da ATA da assembleia geral para a criação do Aeroclube de Jaciara
¹¹ Ib. Extraído da ATA de reunião extraordinária, f 4 e 5.

uma verba para ajuda da construção do hangar e da sala de aula do Aeroclube de Jaciara.

A partir de então se tornam aptos a receberem novos sócios e inscrições para os primeiros alunos para as aulas de aviação.

Em entrevista com o Sr. Domingos Braun, que participou ativamente desde a idealização até a concretização do Aeroclube, se tornando também um dos primeiros alunos



Foto nº 5: Sala de aula do aeroclube.

Fonte: Aeroclube de Jaciara-MT

da escola de aviação, e mais tarde após a conclusão do curso passa a ser instrutor de voo no próprio Aeroclube de Jaciara, pudemos vislumbrar a importância do Aeroclube para a comunidade de Jaciara que busca não só realizar um sonho, mas também adquirir uma profissão.

A busca de qualidade na formação dos futuros pilotos e a preocupação constante com a segurança de voo, sempre fizeram parte dos princípios morais da entidade e isso fica claro na fala de seu mais ilustre aluno Sr. Domingos Braun.

[...]. Uma das poucas profissões que a pessoa faz por vocação acho que é a de piloto, a pessoa que não tem vocação para ser piloto ela não passa nem no curso teórico. São cinco matérias que envolvem o curso inicial para piloto e essas cinco matérias tem que estudar bastante se dedicar e se a pessoa não tiver vocação ela desiste no primeiro momento no primeiro mês na primeira experiência porque exige muito e o piloto tem que dominar essas cinco matérias que são: regulamento de tráfego aéreo; teoria de voo; navegação; meteorologia, conhecimentos técnicos e a parte mecânica da aeronave [...].¹²

Percebemos na fala do Sr. Domingos a preocupação sempre presente com a formação teórica de seus futuros pilotos, o que faz com que o Aeroclube se tornando referência para Mato Grosso e demais regiões do país, lembrando que esta escola de aviação foi a “1º do Mato Grosso e 2º no centro-oeste”¹³ que obteve através do despacho de quatorze de dezembro de 1990, no processo nº. 07-1611806190 a autorização para funcionamento da entidade dada pelo Sr. Paulo Fernandes da Silva, Tenente Coronel do Ar, chefe do SERAC-6.

Outro ideal que permeou as intenções do Aeroclube desde a sua fundação foi oferecer uma opção de profissão para a população de Jaciara, que se concretizou quando estabeleceram um custo baixo de investimento para os alunos com baixa renda.

¹² Entrevista cedida pelo Sr. Domingos Braun, hoje parte da diretoria como vice-presidente do Aeroclube de Jaciara.

¹³ Id.

Conforme nos relata o Sr. Domingos Braun fica bem definida a intenção de profissionalizar os que têm a vocação para a profissão.

[...]. A preocupação do Aeroclube sempre foi o de baratear os custos, porque quem faz o aeroclube à parte de pilotagem para se tornar um profissional é justamente as pessoas que não tem condições de manter um curso caro, a pessoa que tem condição financeira de se tornar piloto que tem poder aquisitivo ele não continua a carreira como profissional, ela faz só para hobby, a pessoa que quer seguir carreira é uma pessoa que não tem um padrão de vida elevado, aqui nós tivemos pedreiro, servente de pedreiro, tivemos até uma experiência com um cortador de cana que veio fazer o curso com o sonho de ser piloto de avião. São pessoas que sonham em se tornar profissionais no assunto e o Aeroclube viabilizou muito a vida dessas pessoas ajudando, barateando o curso. Se fossemos cobrar o curso como deveria ser ninguém iria conseguir pagar. Hoje temos várias pessoas voando dentro de empresas aéreas como a Varig, a Tam, a Gol, pilotos agrícolas, mecânicos que se formaram aqui no Aeroclube de Jaciara [...]¹⁴.

Segundo o atual vice-presidente do Aeroclube de Jaciara Sr. Domingos Braun, o que torna possível esta profissão em especial é a determinação de correr atrás do que acredita, é o comprometimento com seu sonho, é lutar para chegar ao almejado. O próprio Sr. Domingos cita seu exemplo, ele ao iniciar-se nas aulas de pilotagem, tinha dificuldades financeiras, sua profissão na época era de encanador, mas acreditou e investiu com sacrifício e alcançou seu sonho e foi mais além pela sua dedicação e empenho, recebe do DAC (Departamento de Aeronáutica Civil) o crédito de checador, se tornando o único do centro-oeste, é através dele que os futuros pilotos tem que passar para adquirir seu brevê, e também para renovação do mesmo que se dá a cada dois anos, através da recheagem.

Diante da realidade que Jaciara vive hoje, podemos concluir que aquele sonho que nasceu tímido, do ideal de homens com uma visão futurista e visionária se realizou de forma a superar as expectativas dos mesmos. Hoje o Aeroclube de Jaciara tem em seus registros mais de cem alunos formados nas varias modalidades oferecidas e que os mesmos estão espalhados e atuando em varias regiões do país.

Relembrando a necessidade da mudança da primeira pista de pouso ainda no inicio da colonização de Jaciara, por motivo de crescimento populacional e a ocupação de espaço.

Na tentativa de solucionar o problema habitacional para as pessoas de baixa renda desenvolveu-se nos anos 80 e 90, através da



Foto nº6: Avião de instrução para aulas práticas Fonte: Aeroclube de Jaciara-MT

¹⁴ Entrevista cedida pelo Sr. Domingos Braun, hoje parte da diretoria como vice-presidente do Aeroclube de Jaciara.

Caixa Econômica, Governo Estadual e Federal, os projetos do Jardim Aeroporto, Projeto João de Barro e Jardim Esmeralda, que objetivava, de uma maneira racional de infraestrutura, promoveram a manutenção de casas populares para os menos desprovidos economicamente.

Assim o Aeroclube hoje vive os mesmos problemas: onde antes era um local ideal para a construção de um aeroporto por ser desabitado, se encontra cerceado por um conjunto habitacional que se seguiu de uma escola para atendê-los, o que coloca em risco tanto os instrutores e alunos do Aeroclube, como as aeronaves de visitantes e os próprios moradores do bairro que ali se localiza, tais obstáculos interferem em um dos princípios fundamentais que permeiam as normas do Aeroclube: a segurança de voo.

Nas entrevistas com o Sr. Márcio Cassiano¹⁵ ex-prefeito de Jaciara e Sr. Domingos Braun¹⁶, atual vice-presidente do Aeroclube de Jaciara; ambos falaram sobre uma possível mudança da pista de pouso e consequentemente do Aeroclube para um local mais adequado, pois novamente a cidade cresceu e ocupou grande parte dos arredores do aeroclube.

Ao término deste trabalho nos surpreendemos enquanto pesquisadoras, com a falta de informação que a população de Jaciara tem em relação à entidade denominada aeroclube de Jaciara e o que ela representa para o Município de Jaciara oferecendo vários cursos na área de aviação civil.

Dessa forma fica em nós um sentimento de pesar por saber que o Aeroclube não é reconhecida pela sua importância como viabilizador de oportunidades para a população de Jaciara.

O Aeroclube visa dar oportunidade aos jovens de Jaciara que busca uma profissão, oferecendo mais uma opção de carreira, seja de instrutor de voo, pois o próprio aeroclube forma seus instrutores e muitas das vezes exportam para outras regiões e Estados, seja na aviação agrícola, comercial ou doméstica e em empresas de táxis aéreos.



Foto nº 7: Voo panorâmico no Aeroclube de Jaciara

Fonte: Aeroclube de Jaciara-MT

¹⁵ Entrevista cedida pelo Sr. Márcio Cassiano ex-prefeito de Jaciara

¹⁶ Entrevista cedida pelo Sr. Domingos Braun atual vice-presidente do Aeroclube de Jaciara

O Aeroclube de Jaciara é reconhecimento a nível nacional, gerando uma procura cada vez maior de alunos de outras regiões. Favorecendo ainda a atividade agrícola.

Percebemos no decorrer da pesquisa que devido às mudanças ocorridas nos últimos decênios, a administração pública, no que se refere ao gerenciamento das ações políticas, visa o redimensionamento da cidade. As estratégias surgem como importante instrumento dos governos locais para fazer face às novas demandas das cidades. Essas estratégias de reposicionamento urbano estão sustentadas por Projetos Urbanísticos, principalmente pelo Plano Diretor da Cidade. Daí o fato do Aeroclube de Jaciara estar diante de uma nova readequação, visando uma revalorização desta atividade em todos os aspectos. Entretanto no local, novas intervenções deverão ser observadas, sobretudo, nas vias de acesso ao bairro, pois atualmente encontra-se uma das maiores empresas de transporte Rodoviário, que além de proporcionar uma arquitetura moderna, trouxe ainda uma valorização imobiliária dos terrenos circunvizinhos. Favorecendo o surgimento de farmácias, supermercados, postos de saúde e residências. As políticas públicas de reabilitação e preservação histórica do Aeroclube e do ambiente urbano pelo qual vem passando o bairro deverão ser feitas levando-se em consideração os anseios dos habitantes, considerando ainda o valor desta atividade.

Resta-nos então, parabenizar as personalidades que estiveram envolvidas desde o início do sonho de se formar uma faculdade de vôo concretizado no Aeroclube de Jaciara, e também as pessoas que dão continuidade a este sonho.

REFERÊNCIAS

ATA de fundação do Aeroclube de Jaciara, 07 de abril de 1990.

CAMPOS Humberto de. **A Serpente de Bronze**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1921.

Entrevista cedida pelo Sr. Marcio Cassiano ex-prefeito de Jaciara sobre a mudança da pista de pouso do centro de Jaciara para onde é hoje denominado Bairro Jardim Aeroporto. Dia 10/10/08.

Entrevista cedida pelo Sr. Domingos Braun, vice-presidente do Aeroclube de Jaciara. Dia 06/10/08

Fundação Júlio Campos. **Municípios de Mato Grosso**: Jaciara. Várzea Grande: PRONAC, 1986. Projeto memória viva

JESUS, Manoel de. **Jaciara Senhora da Lua**. Jaciara: Gráfica Mendonça, 1998

A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Cristiana da Silva Vilela¹

RESUMO

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa realizada no Programa de Mestrado em Educação, PPGE/IE/UFMT, quero aqui demonstrar os estudos realizados referentes a formação dos Professores de Educação Infantil (de 0 a 6 anos). O texto aborda a temática entre alguns autores, e também nas Políticas de Formação de Profissionais da Educação Infantil, sobre a necessidade de formação específica do professor dessa faixa etária. A discussão teórica acontece através de KISHIMOTO, KRAMER, CAMPOS, MACHADO, OSTETO E CERISARA, entre estes autores destaco a afirmação de Machado (1999) quanto à necessidade de se pensar na aquisição de uma competência específica para o cuidar/educar com crianças de 0 a 6 anos, tanto em interações sociais, quanto para atendimento a necessidade deste profissional estar apto em aglutinar temas voltados para o crescimento e desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos, para tanto ter uma formação que possa dar suporte a atuação na Educação Infantil no cotidiano para a configuração da identidade profissional desse adulto.

Palavras Chave: Formação de Professores, Educação Infantil e Políticas de Formação;

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa realizada no Programa de Mestrado em Educação, PPGE/IE/UFMT, quero aqui demonstrar os estudos realizados referentes a necessidade de formação específica dos Professores de Educação Infantil (de 0 a 6 anos).

O Plano Nacional de Educação também definiu metas para a valorização Formação dos Professores e valorização do magistério, dentre as quais, destacam-se: a formação inicial; as condições de trabalho, salário e carreira; a formação continuada. Entre os principais objetivos e metas o Plano Nacional de Educação –

¹⁷ EDUVALE/SEDUC/UFMT Mestre em educação, UFMT-PPGE/IE maria.cristiana@hotmail.com

PNE aponta a necessidade de garantir a implantação de planos de carreira, novos níveis de remuneração com piso salarial próprio e promoção por mérito, e também a necessidade de mapeamento em todo o território nacional, da formação dos professores, a fim de identificar quantitativamente as necessidades de formação, canalizando os que estão formados para que possam ser aproveitados em suas respectivas áreas de formação.

A formação dos profissionais de Educação Infantil no Brasil, começa a ser discutida no final do milênio, quando se instaura o Plano Decenal de Educação (1997 a 2007), a lei determina que ao final da “década da educação” somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço, a mesma lei para agilizar essa formação cria nova modalidade de curso, curso normal de ensino superior. Lei de Diretrizes e Base do Ensino Nacional obriga que o Estado institua o direito não só como assistencial, e sim educacional, com profissionais devidamente habilitados conforme o art. 62 da Lei de Diretrizes e Base do Ensino Nacional a lei determina o prazo máximo até 2007.

art. 62: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”.

Desde a década de 90, já havia uma grande discussão entre alguns autores, sobre a necessidade de formação específica do professor dessa faixa etária, KISHIMOTO, CAMPOS, MACHADO, OSTETO E CERISARA, entre estes destaco a afirmação de Machado (1999), quanto à necessidade de se pensar na aquisição de uma competência específica para o cuidar/educar com crianças de 0 a 6 anos, tanto em interações sociais, quanto para atendimento a necessidade deste profissional, em aglutinar temas voltados para o crescimento e desenvolvimento da criança, em ter uma formação que possa dar suporte a atuação na Educação Infantil no cotidiano para a configuração da identidade profissional desse adulto.

BRZEZINSKI, (1996) nas últimas décadas a Pedagogia vem sendo reformulada em processo de intensa revisão curricular, procurando ajustar seu projeto pedagógico, tendo em vista atender a padrões de qualidade, e a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (ANFOPE) tem conduzido esse movimento nos vários encontros nacionais.

Alguns autores questionam quanto à necessidade da especificidade de se promover formações com temas voltados para o crescimento e desenvolvimento da

criança de 0 a 6 anos, ocorrendo uma grande disparidade na construção da identidade do profissional em questão. OSTETO (1997, apud: Leal, 2004) defende que esta é uma profissão tão fundamental nos dias de hoje e tão delicada de ser definida.

A autora KISHIMOTO argumenta que a especificidade de formação é tão importante, que afirma que não requerer formação específica é desconhecer a complexidade da natureza humana, especialmente nessa faixa etária.

KISHIMOTO (1999) “Pensar em uma política de formação profissional para a educação infantil requer, antes de tudo, a garantia de um processo democrático que permita a ascensão na escolaridade, em todos os níveis, e a valorização dessa formação no patamar dos outros cursos”.

A autora SONIA KRAMER (2005) deseja uma formação de profissionais de Educação Infantil que contribua para a qualidade, que enfatize a dimensão cultural da vida das crianças e dos adultos com os quais convivem, [...] reconhecendo a especificidade da Infância.

2. POLITICAS PARA A ATUALIZAÇÃO DO PROFISSIONAL

O Plano Nacional de Educação também definiu metas para a valorização Formação dos Professores e do magistério, dentre as quais, destacam-se: a formação inicial; as condições de trabalho, salário e carreira; a formação continuada. Entre os principais objetivos e metas o Plano Nacional de Educação – PNE - aponta, a necessidade de garantir a implantação de planos de carreira, novos níveis de remuneração com piso salarial próprio e promoção por mérito, e a necessidade de mapeamento em todo o território nacional, da formação dos professores, a fim de identificar quantitativamente as necessidades de formação, canalizando os que estão formados para que possam ser aproveitados e suas respectivas áreas de formação.

Com o objetivo de suprir as lacunas deixadas pela formação inicial, a formação continuada visa atualizar o professor, foi instituída a partir de 2000, a fim de que o Professor aprimore seus conhecimentos, tenha um tempo programado para leitura, discussão individual ou em grupo, colocando questões da prática com suporte a teoria. RAUPP, (2005) “a formação continuada diz respeito a estudos sobre formação sistemática, que acontece externamente à formação inicial, sendo comum ocorrer no local de trabalho e, neste caso, pode ser denominada formação em serviço.”

A ação da formação continuada ou em serviço, é de grande importância para a construção da identidade do Professor de Educação Infantil, é nesse momento, em

que o Professor se vê reconhecido no cenário educacional, no cotidiano escolar no que diz respeito à qualidade da prática pedagógica junto às crianças e na luta pelo reconhecimento da valorização profissional, podendo inclusive mediante a mudança de o seu trabalho ser percebido pela comunidade.

Para formar uma opinião ou um conceito de formação necessária, o Professor de Educação Infantil, deverá enfrentar a cultura popular, os mitos de que não há necessidade de muitas especificações para instalar escolas infantis.

Muitas relações necessitam de uma base fortalecida para que a criança e a educação infantil não seja referendada ainda numa perspectiva romântica do século passado, ela necessita ser vista como um ser em desenvolvimento e para que se atue com crianças de 0 a 6 anos, não basta ser "mocinha, bonita, alegre e que goste de crianças". Fato, que se encontra refletida nas propostas que se distanciavam de uma formação profissional qualificada. Mudanças são necessárias e urgentes diante da situação concreta, aprovação e vinculação de recursos que possa subsidiar a implementação dessas mudanças, além de mobilização e ação conjunta dos órgãos públicos.

KRAMER (2005), com o FUNDEB as práticas de gestão, de formação e atuação com as crianças precisam estar no centro da cena...para que nunca mais encontremos nas instituições de educação infantil a humilhação, o descaso, o abandono,...o despreparo dos adultos, o número excessivo de criança...a falta de espaço, de natureza, de brinquedos e das mais variadas formas de expressão e criação artística que faça de nós quaisquer idades, humanos.

3. CONCLUSÃO

Enfrentando inúmeras dificuldades que apontam o distanciamento da qualidade da formação dos professores, bem como ao atendimento às crianças tais como: a grande demanda e capacidade de oferta, sabemos das dependências de recursos que os municípios destinam para esse fim, além da retaliação de recursos federais pautando-se na necessidade de aprovação de uma política que atenda as necessidades financeiras. Precisamos nos pararmos de estudos dirigidos, discussões, e muita força de vontade, para que tenhamos a nossa "identidade profissional", com formação específica, sendo ela complementar ou continuada, que seja reconhecida e valorizada, em busca da qualidade do ensino/atendimento à criança de 0 a 6 anos.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Parecer sobre o documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 7, p. 89-96, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Política de educação infantil:** proposta. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1993.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Política Nacional de Educação Infantil.** Brasília, MEC/SEF/DFE/COEDI, 1994.
- BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto, **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**, vol I, II e III. Brasília, MEC/SEF, 1998.
- BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB interpretada:** diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.
- CAMPOS, M.M. **A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos:** modelos em debate. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 20, n. 68, p.126-142, dez. 1999.
- _____, M.M. **Reescrevendo a Educação:** proposta para um mundo melhor. 2006 disponível em: <[http:// www.tvescola.gov.br](http://www.tvescola.gov.br)> acesso em, dezembro 2006.
- CERISARA, A.B. **A produção acadêmica na área da educação infantil a partir da análise de pareceres sobre o Referencial Nacional da Educação Infantil:** primeiras aproximações. In: FARIA, A.L.G.; PALHARES, M.S. (Orgs.). **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios.** Campinas: Autores Associados, 1999.
- CRAIDY, C. e KRAECHER, G. E. **Educação Infantil:** pra que te quero? São Paulo: Artmed, 2002.
- DIAS-DA-SILVA. M. H. G. F. **O Professore seu desenvolvimento profissional:** superando a concepção de algoz incompetente. In: Cadernos CEDES 44. (O professor e o ensino: novos Olhares), Ano XIX, Abril/98, p 33-45.
- FRABBONI, F. **A escola infantil entre a cultura da infância e a ciência pedagógica e didática in:** Zabalza, M. A. Qualidade em Educação Infantil, Cap. 4 p. 63 a 74. São Paulo: Artes Médicas, 1999.
- FREITAS, H.C.L. **A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica:** as políticas educacionais e o movimento dos educadores. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 20, n. 69, p. 17-44, 1999.
- GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de Professores:** para uma mudança educativa - Porto/Portugal: ed. Porto, 1999.

HADDAD, L. **A creche em busca da identidade** – Loyola : São Paulo, 1991.

_____. **O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil no contexto das políticas para a infância: uma apreciação crítica.** São Paulo, 1998.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil, a arte do disfarce.** Rio de Janeiro: Cortez, 2001.

_____, S. (Org.). Formação de profissionais de educação infantil no Estado do Rio de Janeiro. **Relatório de Pesquisa.** Rio de Janeiro: Ravil, 2001.

KUHLMANN JR., M. Educação infantil e currículo. In: FARIA, A.L.G.; PALHARES, M.S. (Orgs.). **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios.** Autores Associados: Campinas, 1999.

MALUF, A. C. M. **Brincar prazer e aprendizado.** 4ª ed. Vozes: Petrópolis/RJ, 2005.

MELLO, A. M. **Reflexões sobre a proposta pedagógica e currículo.** Texto encomendado pela Coordenadora geral de Educação Infantil. Dezembro, 1994.

MIZUKAMI, M. G. N. da, et al. **Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação.** São Carlos/SP: EdUFSCar, 2002.

MORETTINI, M. T. **Professoras de Educação Infantil: Personagens que se constituem no movimento de suas trajetórias.** Ed. UFMS: Campo Grande/ UFMS, 2000.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: muitos olhares.** SP: Cortez, 1994.

Secretaria Municipal de Educação Departamento de Ensino. Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Proposta Diretriz Curricular Municipal para Educação Infantil. – Rondonópolis – MT, 2004.

SILVA, J. **Formação do educador e educação política.** Cortez: .São Paulo, 1992.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil.** Editora Artes Médicas: São Paulo, 1998.

DIFICULDADES NA ESCRITA DOS ALUNOS DE ENSINO SUPERIOR: uma análise das narrativas escritas dos alunos da Faculdade Eduvale.

Íride Luiza de Oliveira Murari Motta¹

RESUMO

O estudo mostra que a Língua Portuguesa, quase sempre é encarada como objeto de estudo específico de uma disciplina curricular e não como instrumento básico para aprendizagem das demais disciplinas. E por abranger uma variedade tão grande de conteúdos didáticos é difícil inserir os conhecimentos em situações reais de utilização da língua. Buscando responder a estas indagações é que se desenvolveu este trabalho com o objetivo de relatar as dificuldades na escrita e na produção de textos que alguns alunos apresentam quando ingressam nos cursos universitários. Assim, o presente relato se refere a uma experiência pessoal vivida como docente no ensino da disciplina de Língua Portuguesa no primeiro semestre do curso de Pedagogia de uma instituição privada, na cidade de Jaciara- MT, cujos alunos, em sua maioria, são oriundos de escolas públicas da mesma cidade e vizinhanças. Ficaram registrados alguns pontos da reflexão acerca do "enfrentamento" que dizem respeito à perplexidade diante do quadro com o qual todos professores têm se deparado, quanto às dificuldades da maioria dos alunos em relação a conteúdos disciplinares mínimos exigidos para um aluno de ensino superior, e a resposta aponta para a direção: transmitir o que não pode deixar de ser transmitido em qualquer ato educativo, ou seja, uma posição subjetiva que implica um posicionamento ético que é considerar aquele que está diante do professor como um sujeito de desejo. As decorrências desse posicionamento são parte da experiência objeto deste relato.

Palavras-Chave: Leitura-escrita. Educação. Formação de professores

¹⁸ Especialista em Psicopedagogia Professora de Língua Portuguesa na Eduvale
iridemurari@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Muito se fala sobre os insucessos da educação no Brasil, mas apesar de tantas falhas apontadas, muito pouco tem sido feito com eficiência para minimizar o problema.

A Língua Portuguesa, quase sempre é encarada como objeto de estudo específico de uma disciplina curricular e não como instrumento básico para aprendizagem de todas as outras disciplinas. Por abranger uma variedade tão grande de conteúdos didáticos que, muitas vezes, nem mesmo o professor sabe por onde iniciar seu trabalho: redação, leitura, compreensão de textos, tipos de textos, gramática; fica em dúvida sobre o que deve ser ensinado primeiro? Como inserir tais conhecimentos em situações reais de utilização da língua materna?

Depara-se então com uma dura e estarrecedora realidade: alunos são avaliados pelo ENEM, por exemplo, que aponta resultados alarmantes e comprovam a constatação de professores e especialistas: a redação ainda é um bicho-papão para muitos.

Muitos são os culpados por esse desastre: a escola que não exige muito do aluno; o professor que não tem buscado resgatar a qualidade na produção textual; dos alunos que não demonstram interesse em evoluir; mas a responsabilidade também deve estender aos pais de alunos que nem sempre têm tempo, disposição ou condições de acompanhar o desempenho dos filhos.

Uma contradição no discurso social dominante no campo da educação afeta diretamente as crianças, pois por um lado não se fala de outra coisa que não a ruína do sistema educacional, na desvalorização do professor, na perda de sentido dos conteúdos escolares e por outro lado, as crianças são levadas a pensar que a salvação está na escola.

Os projetos, por melhores que sejam, duram o tempo dos mandatos políticos, não se pensa na nação. Grandes projetos são comentados, muitas mudanças propostas, mas nada se concretiza. E o resgate da qualidade da educação tem sido historicamente, apenas assunto de campanha eleitoral.

2 A ESCOLA DE HOJE

A situação escolar, em geral, é a seguinte: Na maioria das atividades de produção escrita o aluno escreve para interlocutor nenhum, sem qualquer propósito, a não ser receber uma nota, sem a qual não passará de ano. O professor é para o aluno um revisor, um apontador de “erros”, que farão, apenas com que a nota seja

rebaixada. Além disso, para o aluno falar sobre o que não conhece é difícil. Escrever, pior ainda. Escrever sobre o que não se conhece, apenas para cumprir obrigação, é a pior situação possível. Em geral se fornece um modelo formal, solicitando-se reflexões sobre o tema dado, isto é, a estrutura sintático-semântica não decorre da reflexão sobre o tema, e sim o contrário: junta-se um emaranhado de fragmentos de reflexão, ou frases desarticuladas.

Preparar o aluno antes da produção textual é oferecer uma alternativa ao “não tenho o que dizer”, e podem ser aplicadas a qualquer disciplina, pois estando envolvidos na temática, falam com prazer e naturalidade. Com isso deixam de prestar atenção ao professor/corretor, e ao artificialismo da situação, resultando numa produção com mais qualidade.

Por motivos que não cabem ser comentados, crescem as escolas de Ensino Superior e multiplicam-se as faculdades em todo o país, e com elas os vestibulares de massa, nos quais na grande maioria, a exigência recai no marcar (X), permitindo o ingresso, desde que a nota seja diferente de zero nas respectivas disciplinas avaliadas. Quando o aluno reconhece suas limitações, partem para cursos mais “fáceis” no ingresso, como os cursos de licenciatura e estes se tornarão professores!

Pior ainda, é perceber que estes alunos com dificuldades na escrita entram para o ensino superior e logo no início não são capazes de expor seus conhecimentos acadêmicos de forma clara. Eles chegaram à faculdade, mas não sabem escrever. Este problema é geral e vai desde o não saber separar sílabas, concordar verbos, falta de coesão e de coerência textual, o que indica que muitos universitários não sabem escrever um texto simples.

Muitos dos alunos se dão conta da falta do conhecimento necessário para "acompanhar" as disciplinas de curso superior. Muitos desistem do curso em função dessa constatação. Outros desistem sem se dar conta do fato. Alguns outros persistem, e que instruções conseguem lá, se não lhes foram dadas as bases. Além de atrapalhar a vida acadêmica, os erros de português prejudicam os candidatos na hora de conseguir uma colocação no mercado de trabalho, porque os erros ortográficos também atrapalham na hora de conseguir um emprego. Nas áreas de coordenação ou de atendimento ao público, por exemplo, as empresas de seleção reprovam os candidatos que não sabem escrever bem.

Os exames da OAB dão ciência pública, a cada ano com mais intensidade, da falência dos cursos de Direito. E os outros cursos? Se para Medicina, Odontologia, Engenharia e qualquer das outras profissões, houvesse um exame semelhante ao da

Ordem, quais seriam os resultados? Seguramente iguais ou talvez até piores. Que qualidade de profissionais estão se formando nas inúmeras Faculdades?

2.1 Fatores do Insucesso

O termo alfabetização, sempre entendido de uma forma restrita como aprendizagem do sistema da escrita, foi ampliado. Já não basta aprender a ler e escrever, é necessário mais que isso para ir além da alfabetização funcional (denominação dada às pessoas que foram alfabetizadas, mas não sabem fazer uso da leitura e da escrita).

Hoje o sentido ampliado da alfabetização, o letramento, designa práticas que se dá pela aprendizagem de toda a complexa tecnologia envolvida no aprendizado do ato de ler e escrever. Além disso, o aluno precisa saber fazer uso e envolver-se nas atividades de leitura e escrita. Ou seja, para entrar nesse universo do letramento, ele precisa apropriar-se do hábito de buscar um jornal para ler, frequentar revistarias, bibliotecas e livrarias, e com esse convívio efetivo com a leitura, apropriar-se do sistema de escrita. Afinal, para a adaptação adequada ao ato de ler e escrever, é preciso compreender, inserir-se, avaliar, apreciar e habituar-se à escrita e à leitura.

Há possibilidade de uma pessoa ser alfabetizada e não ser letrada e vice-versa. Diz-se que no Brasil as pessoas não leem. São indivíduos que sabem ler e escrever, mas não praticam essa habilidade e alguns não sabem sequer preencher um requerimento. Este é um exemplo de pessoas que são alfabetizadas e não são letradas. Há aqueles que sabem como deveria ser aplicada a escrita, porém não são alfabetizados.

Outro fato, é que o letramento não é só de responsabilidade do professor de língua portuguesa ou dessa área, mas de todos os educadores que trabalham com leitura e escrita. Inclusive os professores de outras disciplinas. Alunos leem e escrevem nos livros didáticos ou nas apostilas. Isso é um letramento específico de cada área de conhecimento. O mais correto seria usar letramentos, no plural. O professor de geografia tem que ensinar seus alunos a ler mapas, o de matemática, a ler gráficos, por exemplo. Cada professor, portanto, é responsável pelas habilidades de letramento em sua área.

Como os objetivos do ensino da Língua Portuguesa são habilitar o aluno a falar, ouvir, ler e escrever, os autores dos livros didáticos ora fazem opção por um, ora por outro objetivo. Alguns livros apresentam apenas propostas de redação, outros de leitura, outros ainda optam por treinar a linguagem escrita. Outros privilegiam as atividades orais. E para a fixação dos conteúdos que direcionam à descrição do

funcionamento do código linguístico, os livros apresentam também uma diversidade no tratamento.

O livro didático não habilita o aluno para as quatro habilidades de falar, ouvir, ler e escrever, mas, na falta de um professor preparado, de uma escola com livros variados, de administradores que valorizam projetos do professor e do aluno, o livro didático ainda é um álibi para enfrentar as contradições que existem no interior da escola, incompatíveis com a agilidade que exige a modernidade. A sequência e o detalhamento dos conteúdos por série dependem do conhecimento da realidade dos alunos, suas necessidades e aspirações, e o professor, consciente de que não lhe cabe apenas executar atividades, mas também definir ações, não deve abrir mão desse espaço de definição.

O fracasso escolar também se deve à avaliação, largamente empregada nas escolas, que é vulgarmente promotora da “decoreba”, que pouco estimula o raciocínio, e ocupa momentaneamente a memória descartável com informações que serão exigidas no dia da prova, e que posteriormente desaparecerão do cérebro como se nunca tivessem existido. Assim, quando os alunos são solicitados a produzir um texto, não conseguem encontrar nas experiências anteriores requisitos que os auxiliem.

A escola não pode permanecer tal como está, e não só em relação ao ensino do português, mas em várias outras disciplinas. Estamos ensinando a base daquilo que é fácil, o que não exige esforço, nem trabalho, fomentando gerações e gerações de alunos que não pensam, nem sequer sabem falar ou escrever.

Ao tornar a facilidade da escola comum para todos, um aluno que venha de um contexto familiar econômico melhor, no ponto de vista cultural, não vai ficar prejudicado, porque os pais têm de ter sempre dinheiro para que ele ingresse nos cursos extras ou para frequentar cursos novos ou escolas mais distantes e talvez até melhores. Já aqueles que vêm de espaços mais fragilizados socialmente, esses sim é que serão torturados e explorados pela sociedade.

[...] se uma escola transformadora pretende, através de suas disciplinas e atividades, levar o aluno das camadas populares à aquisição do *capital cultural*, a fim de assim instrumentalizá-lo para a mais ampla participação política, na luta contra as desigualdades, ela não pode deixar de considerar a distância que separa esse capital cultural da cultura do aluno [...] (SOUZA, 2001,)

E nem os pais podem ficar descansados. O que se tem feito, e isso é muito nocivo, é libertar os pais das suas preocupações com os filhos. Parece que tudo fica entregue à escola. Mas os pais são muito importantes no acompanhamento do estudo dos seus filhos. Não é aceitável que um aluno chegue ao Ensino Médio sem saber ler,

nem escrever sem que seus pais tenham percebido isso. Os pais têm que acompanhar, precisam ver que alguma coisa não está sendo bem feita. Eles precisam voltar a interessar-se pela formação de seus filhos, e perceber que [foram passando sem saber nada](#) e que [ler não é decifrar, escrever não é copiar](#). E como resultado futuro da falta de escolaridade, pode ser que gere a ociosidade, e esta também pode ser a principal causa de muitos males sociais. Por isso, os pais devem se envolver com a educação dos filhos, e cobrar resultados.

A contribuição social para a realidade atual da escola foi a inserção da mulher no mercado de trabalho. Antes ela era a "rainha do lar" e educadora de seus filhos, e agora é a guerreira, que junto com o homem (ou sem eles), tem que ir à luta pela sobrevivência, cada vez mais exigente, tendo para isto, que pedir o apoio da babá eletrônica, enche-se de culpa, e para compensar sua ausência junto aos filhos passa a ter atitudes permissivas, e a ordem natural das coisas se subvertem.... e pais e mães perdem-se na modernidade. Paralelamente, a droga encontra seu espaço no mundo moderno. O apoio profissional de psicólogos torna-se imprescindível. Já não se sabe mais como lidar com tanta informação/desinformação. Nem as igrejas, antes seguras e consistentes, também elas estão passando por suas adaptações, servem de arrimo.

Alunos desmotivados porque não são cobrados nas escolas, que não os reprovam, ou os aprova com dependências, deparam-se com a postura do: estudar pra que? O futuro é abstrato e está tão longe!

2.2. Papel do Professor

A professora da escola primária, na época em que pouco se questionava, numa sociedade com as funções bastante estratificadas, era tida como Autoridade. Gozava do mesmo respeito devido ao advogado, ao médico e ao padre, da época. Era a Educadora, e sentia-se como tal.

Na modernidade, passa a ser chamada, juntamente com a diretora, supervisora da escola de "trabalhadora da educação", com uma nítida conotação do fazer operário que, batido o ponto de horário de chegada e o de saída do serviço, encerra suas funções do dia, em contraponto com o conceito de "professora- mãe em tempo integral.

Devagar e paulatinamente vai se desmontando o conceito da "mestra" e também vão se desmontando as Escolas Normais, que hoje quase não mais existem no Brasil. Acabaram-se, foi principalmente por falta de candidatos para a profissão, que sem mais o *glamour* de antes, sem remuneração condizente com o padrão de

responsabilidade que um bom trabalho exige, sem estímulo, sem uma política clara dos governos, foi perdendo força até fenecer. O dia-dia do professor é duro. Para sobreviver, precisa trabalhar em diversas escolas, correndo de uma para outra, até a exaustão. Sem tempo para estudar, tem a nítida consciência de que seu trabalho não é satisfatório segue por dois caminhos: "deixe a vida me levar.... e salve-se quem puder" e os mais engajados sofrem com o cansaço, o desânimo, o estresse, a depressão. Destes muito pouco se pode exigir. E a roda da vida vai girando, até que se espantem: pais, professores e sociedade em geral, com os resultados.

[...] aquele que ensina o faz, obviamente, porque, alguma vez, deve ter aprendido, ao menos, aquilo que tenta transmitir. Aquilo que o mestre ensina, embora seja dele pois o apr(e)endeu, não lhe pertence. O aprendido é sempre emprestado de alguma tradição que já sabia o que fazer com a vida. Assim, aquele que aprende de fato contrai automaticamente uma dívida [...]. (LAJONQUIÈRE, 1997,)

É injusto também, atribuir ao professor toda culpa pelo fracasso de seus alunos, pois ele também não sabe. Ele aprendeu na época das verdades absolutas. E são oferecidos (embora nem todos possam frequentar) cursos de capacitação. Mas quem capacita também não sabe, não dão receita. A lógica da teoria é clara. Mas ao professor cabe operacionalizar as novas idéias. Piaget apenas deixou explicitadas quais as etapas do desenvolvimento mental da criança, mas não deixou método algum. E como pode ensinar um aluno a ter hábito de ler, se o próprio professor não tiver?

Os professores às vezes são mal preparados ou formados numa escola tradicionalista e não estão preparados para os desafios que são os projetos e experiências lançadas pelo governo. Aos professores são lançadas as teorias em cursos de curta duração, sem acompanhamento e estes vão para a sala de aula, sem terem mais contato com o que lhe foi dado como novo.

[...]o papel do professor universitário terá o intuito de estimular o futuro mestre a nutrir-se dessas informações e a conhecer uma bibliografia básica do que lhe será útil na atividade dentro da sala de aula, incutindo neles a tarefa de um cidadão útil e operante na sociedade de que vai tomar parte ativa. (BECHARA, 2002,)

Os cursos universitários tentam trabalhar o conhecimento dos seus alunos, nutrindo-os de conhecimento, conscientizando-os de seu importantíssimo papel na vida de seus futuros alunos e oferecendo condições de progresso no domínio da leitura e escrita, pois a maioria possui, em sua filosofia, preparar o cidadão consciente

e crítico. Sabendo-se que não se atingirá este objetivo sem oportunizar a todos, sem distinção, o direito ao acesso do saber.

3 A PESQUISA

As pesquisas que envolvem a escrita e o desenvolvimento da aprendizagem, por si, são consideradas difíceis, ou complexas, este grau de dificuldade acontece quando usamos alguns recursos de avaliação ou análise dos processos.

A exemplo, quando inserimos no processo de investigação da aprendizagem as narrativas como instrumentos de análise e posterior avaliação do desenvolvimento da escrita deste aluno. Certamente, algumas dificuldades são visíveis no processo de análise, primeiramente existe uma barreira que impede o pesquisador de entender o sujeito pesquisa, pelo fato de não ter a aproximação devida, podemos ressaltar, que isto ocorre em pesquisa facetadas, ou de pequena profundidade científica.

Outra barreira é a questão de se entender como sujeito que aprende constantemente, como uma condição de desenvolvimento do sujeito pesquisado, que na maioria das vezes renega a situação fática apresentada pelo pesquisador.

É comum em pesquisas qualitativas, que tem o sujeito como um interlocutor do processo e não apenas um sujeito que emite informações, encontrar-mos grande achados de pesquisa, entre eles fenômenos que mapeiam um caminho diferente e que possibilita a autonomia desses sujeitos pesquisados.

3.1 Tipologia de Pesquisa

Como abordagem de pesquisa temos a pesquisa qualitativa como uma corrente forte e possibilitadora de análise, usando para tal as narrativas escritas do sujeito e a partir dessas faz-se uma análise dessa escrita verificando fenômenos recorrentes e possibilitadores de uma análise mais aprofundada, determinando assim, uma ação de reparação dessas perdas e fomentando um desenvolvimento pautado na autonomia do sujeito que aprende.

Não é nada fácil propor uma atividade de produção textual. Quando os alunos percebem que a intenção do professor é fazer com que eles escrevam, já se sentem bloqueados, julgam-se incapazes. Parece que o que se propõe é um ato de extremo sacrifício. Então, nada é dito a princípio, eles vão se envolvendo com a atividade e quando solicitados a escrever, já se sentem capazes.

Segundo Paulo Freire, a motivação faz parte da ação. Um momento da própria ação. Isto é, você se motiva à medida que está atuando, e não antes de atuar.

O conhecimento não é um manual que se lê, segue ou repassa a alguém que passivamente recebe e acolhe as informações. Assim, tudo que é aprendido é fruto da percepção e os resultados atingidos nas atividades práticas não são padronizadas. Por isso, toda atividade de produção textual deve ser percebida pelo professor com subjetividade e, apesar das dificuldades, deve-se valorizar a produção de qualquer texto ou esboço, dando importância a todo progresso alcançado pelo aluno.

Uma das atividades desenvolvidas com os alunos, foi a leitura de um texto pelo professor, sem q o aluno o visualizasse. Após a leitura, uma discussão, onde os alunos expuseram oralmente sua interpretação pessoal, suas impressões e suas expectativas quanto ao final da história que não foi fornecida. Em seguida foi solicitada a reescrita do texto com o possível desfecho. Na aula seguinte, a após a correção dos textos, foram lidos na sala. A criatividade no desfecho foi o auge da atividade, pois cada um quis ser mais original que o outro.

Outra atividade sugerida foi, em grupo, a leitura de um texto impresso, mais longo, no qual os alunos sublinharam as palavras chave, ou as frases mais importantes. Houve a discussão, durante a qual os alunos fizeram anotações, sintetizaram as ideias através de um resumo, com o objetivo de perceber a abstração dos fatos descritos, reconhecer o foco narrativo, desenvolver a agilidade mental e as inferências.

[...] no momento de análise em que estamos trabalhando na aula, analisando este ou aquele objeto, algumas vezes através da leitura de um texto, escrito por nós mesmos ou escrito por outros. Algumas vezes procuramos dividir o objeto através do diálogo com os outros. Em dado momento, mesmo que não tenhamos esgotado o processo de dividir o objeto, tentamos compreendê-lo, agora em sua totalidade.[...] (FREIRE, 1986, p.23)

Noutra oportunidade foram apresentados aos alunos três textos de gêneros diferentes com o mesmo tema. Após a leitura destes, eles deveriam escrever um quarto texto sobre o mesmo assunto. Tais atividades apresentam o potencial de promover nos estudantes um grau mais elevado de compreensão, melhor armazenamento de informações, assim como o desenvolvimento de habilidades cognitivas.

3.2 Narrativas de Alunos no Ensino Superior

Quando a leitura dos textos dos alunos foi feita por eles, houve dificuldade de entendimento, como se não conseguissem decifrar as letras não legíveis, embora muitas delas não fossem, o que levou a perceber dificuldade na leitura. Quando um alunos leu o texto escrito por outro aluno, ocorreram alguns risos, principalmente por

parte do que lia, diante de algum erro na escrita, que este percebesse. Porém, na leitura feita pelo professor, ao corrigir os textos, houve uma indignação diante da dificuldade na escrita por parte de alguns; uma constatação da falta de prática de produção textual, deficientemente trabalhada nos ensinamentos fundamental e médio e a percepção da falta de compromisso e interesse por parte dos alunos, que cumpriram a tarefa de escrever sem envolvimento com a atividade.

Resultando frases como: “Um casal viveramu juntos”; “Um homem era casado há muito tempo com sua esposa”; “ eles era casado”; “ Nós ainda não tinha se visto”, o que reforça a percepção da reprodução da linguagem oral cotidiana. Além destas, outras dificuldades foram percebidas na escrita, quanto a ortografia, flexão de palavras, por exemplo: “pençando”; “concerteza”; “pença-se” (pensasse) ; “estrutor” (instrutor); “afia” (havia); “derrepente”; “quais” (quase). Na aula seguinte a realização destas atividades, estes dados foram comentados, foi pedida a reescrita do texto com suas correções e foram propostas atividades de ortografia e concordância por exemplo, com lacunas em frases e textos para serem completadas adequadamente.

4 CONCLUSÃO

É fato que a língua portuguesa apresenta um considerável grau de complexidade, porém é importante lembrar que quem dá vida à língua são seus próprios falantes e que, uma vez adquirida a experiência linguística oral, todo e qualquer indivíduo é capaz de aprender sua estrutura gramatical.

Imprescindível também, é lembrar que não bastam alguns poucos estudiosos realizarem pesquisas, criarem novas teorias de ensino e publicarem seus conhecimentos, se os profissionais da educação – neste caso, os professores de língua portuguesa – não estiverem dispostos a reverem sua prática em sala de aula e não optarem pela mudança de estratégia, em busca de melhores resultados.

Com isso, podemos inferir que é o comprometimento e a [responsabilidade](#) dos nossos educadores que farão com que o ensino da língua materna tome nova direção e torne-se mais adequado às expectativas e necessidades de seus aprendizes.

Um professor tem que ter a visão de um lavrador que prepara a terra e espera meses ou anos pela colheita; uma cozinheira que seleciona os ingredientes, prepara-os, tempera e depois de ficar em pé por vários minutos ou horas, serve o alimento; um jardineiro que planta a semente, acompanha seu desenvolvimento e colhe a flor. Não se pode agir com a educação como uma criança que constrói um castelo de areia, mesmo que com muito capricho, esperando que este se concretize.

Sabendo-se que quem lê pouco, lê mal, devemos priorizar conteúdos mais reflexivos que exijam mais habilidades de estudo. Os estudantes têm que se habituar a pensar e para isso os conteúdos devem ser aplicados para compreensão e aplicação nas produções textuais.

A avaliação dos resultados de um curso universitário - deveria começar bem antes - no Ensino Fundamental. É lá que se originam os problemas. No Ensino Fundamental que o futuro "doutor" deve aprender a ler. Nas séries iniciais se vão construindo as estruturas básicas da inteligência e a criança começa a desenvolver o pensamento lógico. As curiosidades e criatividade devem ser estimuladas nesta idade. Também devem ser trabalhados valores éticos, além das habilidades de leitura e de escrita. Enfim, é no Ensino Fundamental que se estabelecem as bases de todos os segmentos posteriores entendidos como Ensino Médio e Superior. A qualidade do fruto começa a ser construída muito antes da colheita.

Há que se começar pelo começo, preparando os educadores, para que se possa, inclusive, cobrar resultados, visando padrões de qualidade, hoje impossíveis, pois o professor não pode ignorar os alunos com dificuldades e prosseguir com os alunos que acompanham, com melhor ou mais facilidade na aprendizagem. Porém, por respeitá-los e ter a visão do dever de resgatá-los, promove-se a diminuição gradativa da qualidade da educação.

Para começar a resolver o problema, seria necessária uma política de formação e capacitação continuada dos docentes, para repensar a estrutura das escolas; pensar a escola como formação de sujeitos e não como formação de mão-de-obra; repensar o que se ensina reelaborando os conteúdos que são ministrados nas escolas, principalmente de ensino fundamental.

Também não se pode condenar "as vítimas" desta educação sem qualidade, que aí está. Independente da série em que se encontram, os professores devem oportunizar condições de progresso. Uma vez na mão do professor, a este cabe o dever de ensinar, mesmo que ciente que não atingirá o nível correspondente à série, mas, visando o máximo que puder fazer para "recuperá-los".

Quando se promove a qualidade da educação, abrem-se as portas do futuro para aqueles que participaram dela. Mas quando se depara com insucessos, condenam-se os alunos ao fracasso, pois não serão aprovados em vestibulares ou concursos ou até mesmo em testes de emprego. Por isso, não se pode fazer experiências com a educação, pois dela dependem vidas.

Quando o governo, preocupado com estatísticas (quantitativas), promove educação para todos, facilitando a conclusão dos estudos, desde a educação básica até os cursos universitários, restringe aos mais ricos (que podem estudar em escolas

particulares ou fazer cursos extras) as melhores chances, as melhores posições no mercado de trabalho. Enquanto aos pobres, quando não desistem nas séries iniciais, esbarram em obstáculos intransponíveis que a falta de base a eles se impõe, provocando assim a permanência da diferença de classes sociais, cada vez mais acentuada.

Esta é a educação que temos, mas sem dúvida, não é a educação que queremos para nossos descendentes.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?**. Ed. Ática, São Paulo. 2002

FRANCH. Eglê. **A Redação na Escola**, Ed. Livraria Martins Fontes Ltda, São Paulo. 2 ed. 2002

LAJONQUIÈRE, L. **Sobre uma degradação geral da vida escolar**. ETD, São Paulo. 2009.

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola. Uma perspectiva social**. Ed. Ática, São Paulo. 2001

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e Textualidade**. Ed. Livraria Martins Fontes Ltda, São Paulo. 1999

O INÍCIO DA CARREIRA DOCENTE: reflexões sobre a formação inicial e o trabalho do professor.

Tânia Aparecida Almeida Castro¹

RESUMO

Este artigo apresenta algumas considerações sobre o trabalho do professor de Ciências Naturais, a partir de uma pesquisa realizada acerca da atuação de professores iniciantes, quando da elaboração da dissertação de mestrado (CASTRO, 2007). A fundamentação teórica defende a ideia de que o desenvolvimento da aprendizagem docente é um processo *continuum* na trajetória formativa pessoal e profissional do professor. Tal processo de construção da profissão docente ocorre na medida em que o professor vai articulando a formação inicial, a experiência profissional, a cultura escolar e a prática reflexiva na atuação docente.

Palavras-chave: Aprendizagem da Docência. Formação em Serviço. Educação em Ciências.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo relata dados de uma pesquisa que tem como objetivo central compreender como os licenciandos-professores do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Naturais da UFMT analisam seu processo de aprendizagem profissional no início da carreira docente. Insere-se num programa de Qualificação Docente do Estado de Mato Grosso, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e com as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, objetivando a qualificação dos professores que atuam nessa área do conhecimento.

Essa formação de professores, por meio do projeto do curso LPCNM²⁰¹, situa-se na intersecção entre a formação inicial e continuada, pois se trata de professores atuantes nas áreas de Ciências Naturais, sendo que alguns já possuem a graduação em nível superior, mas não a habilitação nas áreas de Química, Física, Matemática. No entanto, há os iniciantes, que atuam na docência há muito tempo, embora não possuam uma graduação.

¹ Licenciada em Pedagogia – UFMT Mestre em educação – PPGE-UFMT Professora Universitária – EDUVALE Professora do ensino Fundamental – Rondonópolis/MT tncastro@hotmail.com

² LPCNM – Curso de Licenciatura Plena em Ciências Naturais e Matemática

Três questões nortearam a pesquisa: uma se voltava aos aspectos relacionados ao pensamento dos licenciandos-professores em relação à formação inicial, o início da carreira profissional; a outra focalizava a escolha da profissão docente e o aprender a ser professor.

O referencial teórico incluiu vários autores como Mizukami (2003), Pérez Gomes (1992), Imbernón (2004), Zeichner (1993), Schön (1992), Carvalho e Pérez (2002), Lima (2003), Valli (1992) Shulman (1986; 1996), Rosa (2004), Tardif (2004), Monteiro (2003), Marcelo Garcia (1992), dentre outros, têm proporcionado importantes contribuições referente à aprendizagem docente.

Os dados foram coletados em duas etapas, sendo que a primeira consistiu na aplicação de um questionário de perfil para caracterizar os licenciandos-professores do curso de Licenciatura. Na segunda etapa foram realizadas entrevistas com questões estruturadas e semi-estruturas com cada licenciando-professor, visando conhecer nos relatos expressivos como ocorreu o desenvolvimento do processo de aprender a ensinar na profissão docente.

O texto apresenta os fundamentos teóricos da pesquisa, que abrangem o estudo sobre a formação docente, os percursos metodológicos da pesquisa, a análise dos relatos expressivos de um dos licenciandos-professores do curso LPCNM e as considerações sobre o aprender a ensinar no início da carreira docente.

2 AS PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL E CONTINUADA

Nos cursos de formação de professores, é necessário que existam ações direcionadas para o desenvolvimento da prática interdisciplinar no sentido de que compartilhar saberes é um elemento essencial à constituição de um campo específico da produção de conhecimento para a atuação pedagógica e condição da criação de uma nova identidade profissional do professor.

Conforme Mizukami (2003) há de se compreender a formação a partir da confluência entre a pessoa do professor, seus saberes e seu trabalho. O exercício da docência não pode se resumir à aplicação de modelos previamente estabelecidos, pois deve dar conta da complexidade que se manifesta no contexto da prática desenvolvida pelos professores, a fim de que estes sejam entendidos como profissionais a tomarem as decisões que sustentam os encaminhamentos de suas ações.

Nesse contexto, compreende-se que os saberes específicos da docência, os quais dão essa sustentação ao trabalho dos professores, resultam da estreita articulação entre formação, profissão e as condições materiais em que estas se realizam. Essa articulação valoriza-o como sujeito das transformações que precisam

se processar continuamente na escola e na sociedade Além disso, mantêm estreita relação entre formação, condições de trabalho, salário, jornada, estão, currículo, pressupondo uma política de valorização e de desenvolvimento pessoal e profissional.

Na medida em que a formação se articula com os demais aspectos da atuação dos professores – contexto social de atuação, ética, condições de trabalho, carreira, salário, jornada, avaliação profissional – permite considerar a docência como profissão dinâmica, em constante desenvolvimento, conforme explicita Estrela (2006), ao afirmar que, para a mudança efetiva dos professores e das escolas, é necessário partir das suas culturas, ou seja, “dar vez e voz” aos docentes e atribuir importância aos contextos para a compreensão da ação formativa. No entanto, se essa articulação não ocorre, as novas possibilidades formativas, pensadas para responder ao dinâmico processo de mudanças sociais e educacionais, acabarão apenas por adicionar mais atribuições à sobrecarga que já lhes é imposta.

A este respeito, Pérez Gomes (2001) define a *cultura dos professores* como “um conjunto de crenças, valores, hábitos, e normas dominantes que determinam o que esse grupo social considera valioso em seu contexto profissional, assim como os modos politicamente corretos de pensar, sentir, atuar e se relacionar entre si”. Pérez Gomes, 2001 (apud Rodrigues 2004, p. 49). Só assim, é possível entender posições tão arraigadas e tradicionalistas que sustentam o perfil da maioria dos professores, uma vez que às mesmas estão impregnados desde seu ingresso aos cursos preparatórios para a docência.

Ao professor têm sido colocadas demandas de naturezas bastante distintas. Do ponto de vista social, ele precisa aprender a conviver mais intensamente com os interesses e pensamentos dos alunos e pais no cotidiano escolar e a ter maior interação com a comunidade que circunda a escola. Do ponto de vista institucional, ele tem sido solicitado a participar mais ativamente das definições dos rumos pedagógicos e políticos da escola, a definir recortes adequados ao universo de conhecimentos a serem trabalhados em suas aulas, a elaborar e gerir projetos de trabalho. Do ponto de vista pessoal, tem sido chamado a tomar decisões de modo mais intenso sobre seu próprio percurso formador e profissional, a romper paulatinamente com a cultura de isolamento profissional, a partir da ampliação da convivência com colegas em horários de discussões coletivas e nos trabalhos em projetos, a debater e reivindicar condições que permitam viabilizar a essência do próprio trabalho.

Pode-se verificar que as mudanças na sociedade são cada vez mais democráticas e, conseqüentemente, visam a concretizar as discussões coletivas, de maneira democrática, participativa, social, solidária, igualitária, intelectual e

integradora a fim de que essas mudanças possam ser acompanhadas também nas concepções de conhecimento. Neste aspecto, há o interacionismo que faz o ser humano se tornar mais responsável pela construção do conhecimento, interagindo com o ambiente, que outrora era visto como nocional e imutável.

Nesta perspectiva, o saber escolar fundamenta-se no diálogo entre professor e aluno, tendo em vista a realidade em que vivem, pois isso ajuda a entender a importância que esta temática vem adquirindo nos últimos anos, em meio aos esforços globais para melhorar a qualidade do ensino, objetivando, com isto, as práticas sociais que visem ao conhecimento do professor num aspecto construtivo dessa realidade, na qual aluno e professor são os interlocutores dessas mudanças da atualidade.

Nesse contexto, discutir os pressupostos da formação do professor é discutir como assegurar um domínio adequado da ciência, da técnica e da arte da profissão docente, ou seja, é tratar da formação profissional. No seu processo de formação, o professor se prepara para dar conta do conjunto de atividades pressupostas ao seu campo profissional. Atualmente, concebe-se essa formação de forma crítica com o desenvolvimento de uma ação educativa capaz de preparar seus alunos para a compreensão e transformação da sociedade em que vive.

Constata-se, pois, a importância da aprendizagem por meio da convivência e da relação, o que favorece a capacidade de o docente interagir com a comunidade que o envolve, ampliando sua cultura e seu saber.

Nesse sentido, Imbernón afirma:

[...] tudo isso nos leva a valorizar a grande importância que têm para a docência a aprendizagem da relação, a convivência, a cultura do contexto e o desenvolvimento da capacidade de interação de cada pessoa com o resto do grupo, com seus iguais e com a comunidade que envolve a educação (IMBERNÓN, 2004, p. 14).

Conforme Mizukami (2003), a aprendizagem da docência, nesse contexto, deve ser adquirida por meio de situações concretas e efetivamente problemáticas, o que exige o desenvolvimento de uma prática reflexiva. Exige, também, que sejam trabalhadas atitudes, as quais são consideradas tão necessárias quanto os conhecimentos.

A formação docente deve se entendida como processo de desenvolvimento para a vida toda, tendo em vista que o caminho apontado como ideal é uma postura centrada na reflexão-ação-reflexão, norteando sua *práxis* na pesquisa para promover a qualidade do ensino.

Na verdade, o professor constrói novas maneiras de agir na realidade da sala de aula, as quais ultrapassam o modelo da racionalidade técnica que nem sempre funciona por desconsiderar a complexidade dos fenômenos da educação.

Para Mizukami (2003), é necessário estabelecer um processo contínuo de construção do conhecimento em que haja nexo entre a formação inicial, a continuidade e as experiências vividas, sendo isso, promovido pela reflexão.

Essa reflexão se dá de modo relacional, entre o pensamento e a ação, dentro das próprias relações sociais, interferindo nas práticas a fim de reconstruí-las. É um processo muito importante na formação profissional para que o mesmo possa agir e refletir sobre sua prática pedagógica.

Quando o profissional apresenta-se flexível e aberto, no complexo cenário de interações da prática, a reflexão na ação é o melhor instrumento de aprendizagem significativa. Não apenas se aprendem e se constroem novas teorias, esquemas e conceitos, mas também - o que é mais importante - se aprende o próprio processo didático de aprendizagem, tendo em vista o processo dialógico e aberto que se estabelece na situação prática. Portanto, a reflexão sobre a ação é um componente essencial do processo de aprendizagem permanente que constitui a formação profissional.

3 METODOLOGIA, RESULTADOS E ANÁLISE

Quanto à metodologia, serão apresentados vários aspectos utilizados nesta investigação, com base na pesquisa qualitativa e interpretativa, assim como nos instrumentos que foram empregados na obtenção dos dados e na caracterização dos sujeitos do presente estudo.

Foi escolhida a entrevista estruturada e semiestruturada para a realização deste trabalho, que se fundamentou em dados do objeto da pesquisa, para que os entrevistados pudessem expor seus relatos orais, de forma livre, flexível e descontraída sobre as informações da sua formação docente, bem como fazer comentários pertinentes à carreira profissional, retomando algumas questões necessárias para imprimir maior fidelidade e clareza à entrevista.

Neste aspecto, as narrativas dos participantes revelam dados importantes, que constroem neste estudo, a biografia dos licenciandos-professores, mostrando sua trajetória escolar: o desenvolvimento do processo da aprendizagem da docência, as fontes que os influenciaram ao ingresso na carreira profissional, bem como a influência do curso de Licenciatura Plena em Ciências Naturais em Matemática em relação ao desenvolvimento do processo aprender para ensinar.

Objetivando-se tais respostas, realizou-se uma entrevista estruturada e semiestruturada por meio de uma conversação aberta e franca com os participantes da pesquisa, com a finalidade de coletar dados, com os quais se pudesse certificar ampliar e aprofundar as questões relativas ao tema. Do diálogo descontraído, emergiram relatos introspectivos que permitiram compreender como os sujeitos se veem e interpretam a realidade em que se inserem.

Os sujeitos desta pesquisa foram os licenciandos-professores do curso de LPCNM da UFMT que já estão atuando no Ensino Fundamental e Médio e que residem no Município de Rondonópolis.

A pesquisadora tomou a iniciativa de verificar a lista de matrícula dos licenciandos-professores do curso de LPCNM, porque nele havia licenciados de vários municípios do Estado. Foram identificados, na lista dos matriculados, nove licenciandos que são desse município. Após a identificação dos mesmos, foi feita a localização das unidades escolares onde os mesmos atuam.

Dos nove entrevistados, somente cinco se dispuseram a contribuir com esta pesquisa, mas com a condição de que a autora respeitasse o dia e a hora em que os mesmos estivessem disponíveis para a realização das entrevistas.

Para a identificação das características profissionais dos licenciandos-professores, foi elaborado um questionário, com questões estruturadas relacionadas com os sujeitos da pesquisa, respondido conforme o agendado para a entrega dos mesmos, no dia da entrevista.

As entrevistas semiestruturadas e estruturadas, excetuando-se as repetições da oralidade, foram transcritas de forma fiel para evitar interferência na significação dos relatos orais dos entrevistados.

Para manter o anonimato dos licenciandos-professores usou-se nomes fictícios como: Isabel, Danilo, Roberto, Danilo e Viviane. Os nomes fictícios respeitam o acordo de sigilo firmado entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa.

Os resultados obtidos, por meio das entrevistas, trouxeram relatos expressivos dos licenciandos-professores a respeito de como iniciaram a carreira docente articulando com a formação inicial, a cultura escolar e a experiência profissional.

a) Os relatos expressivos de um dos licenciandos-professores sobre a valorização do Magistério e opção pela profissão docente.

Inicialmente, optamos por destacar neste artigo, a análise dos relatos expressivos apenas de um dos licenciandos-professores do curso de LPCN, em

relação em relação à formação inicial, o início da carreira profissional, a escolha da profissão docente e o aprender a ser professor.

Faz-se a seguir uma breve descrição do histórico profissional de um dos licenciandos-professores que, a partir de agora, será denominada de Isabel.

A licencianda-professora Isabel, 32 anos, fez o curso Propedêutico no Ensino Médio e sua graduação foi em Licenciatura Plena em Ciências Físicas e Biológicas, na Universidade Federal de Mato Grosso - CUR - Campus Universitário de Rondonópolis. Iniciou a profissão docente após o término do Ensino Superior. Atua na docência há seis anos, em duas redes de ensino: Estadual como interina, e Municipal como efetiva. Leciona Ciências na rede municipal (Ensino Fundamental), com a carga horária de 30 horas/aula: vinte em sala de aula e dez horas/atividades destinadas ao planejamento das aulas, realizado coletivamente. Na Rede Estadual (Ensino Médio) leciona interinamente Química, com a carga horária de 18 horas na sala de aula, sem horas-atividades remuneradas para o planejamento das aulas. Prepara as atividades em sua residência individualmente. Até o momento da pesquisa, Isabel não exercia outra profissão.

Licencianda-Professora Isabel

Entrevista estruturada e semi-estruturada	Nº.	Relatos expressivos
Quais situações marcaram seu processo de formação escolar que considera importantes na realização da profissão docente?	1	O fato marcante foi à questão dos jogos [...] Outro fato interessante foi uma aula de Biologia, que o professor levou uma laranja e um ovo para sala de aula, para explicar a questão da célula, isso foi legal, assim nunca esqueci. Outro fato foi a professora do segundo grau, Joyce, que trabalhou um projeto de Química, desmistificando o que era Química, porque a gente achava que Química era sempre veneno, e ela foi falar que Química era presente no nosso dia a dia, mas isso foi em forma de teatro, aquilo eu nunca esqueci, foi muito legal.
Comente sobre sua formação no ensino superior.	2	Quando eu me formei, o curso apesar de ser licenciatura estava mais voltado para a pesquisa, então acho que não era um curso voltado para a licenciatura, para a sala de aula, porque a gente teve pouca experiência na sala, só a época do estágio mesmo, que eu lembro que foram duas semanas de estágio, que dava 20 dias, mas na verdade nunca a gente cumpria esses 20 dias. Então assim, foi à única experiência, para quem nunca tinha entrado na sala de aula, não falava na frente de ninguém, era tímida e deve ter tido na universidade uns três ou quatro seminários, durante todo o ano, que era o momento que você podia falar alguma coisa, então esse tempo de abrir, falar, aprender foi quando eu fui para a

		sala de aula, a gente aprende. Isso que eu acho que faltou no curso. (R.2)
Que contribuições a graduação do curso Licenciatura em Ciências Biológicas trouxe para sua formação profissional?	3	Eu acho que foi a questão teórica, mais aprofundada, muito mais além do que a área para o ensino fundamental e médio que estou atuando, muita coisa que eu aprendi não tem aplicação hoje na sala. Então eu tenho que buscar mais livros, com a linguagem mais fácil, e muita coisa que eu aprendi no curso, eu não gravei, foi mais assim uma questão de decoreba, você aprendia para a prova, mas não relembro mais, não tem muita coisa relacionada com a prática.(R.3)
O curso de licenciatura Física e Biológica em algum momento ensinou você a ser professora?	4	Eu só me lembro, assim as únicas dicas que o meu professor deu, depois que eu ministrei o estágio, foi que eu não escrevi direito no quadro, que eu deveria ter repartido o quadro em partes menores, que eu deveria ter começado comentando a aula, com coisas atrativas para o aluno e que eu deveria apagar menos o quadro [...] As aulas de laboratório eram mais voltadas para nível de terceiro grau, lembro que a gente abriu um sapo na universidade, mas quando eu fui abri há uns dois anos atrás com os alunos, eu tive que pegar o livro e vê cada parte, porque era uma coisa que eu já tinha esquecido, apesar de ter sido naquela época uma prática, não me chamou tanta atenção. É diferente, por exemplo, no que o curso em Cuiabá faz, você tem uma aula prática, mas ele volta aquilo dali, como eu posso trabalhar com meu aluno do segundo grau, o que eu posso fazer pra ajudar ele, o da 5ª à 8ª, como que eu posso usar aquilo que estou aprendendo, relacionado ao conteúdo. Então, acho que na graduação que fiz, faltou esse relacionar o conteúdo com a prática. (R.4)
Você se lembra como e quando ingressou na profissão docente?	5	Lembro-me. Foi bem trágico, foi que eu peguei as aulas, é assim porque não tinha na escola, eu me lembro era o Marechal Dutra, lotou todas as matérias de Biologia e Ciências e só sobrou Química, aí uma amiga minha, que tinha trabalhado na escola, falou bem assim: Então pega, você dá conta, você estuda, você dá conta, aí eu peguei de supetão a matéria, sem saber nada de química, sem conhecer nada, era 1º, 2º e 3º ano. Quando eu fui para a sala de aula, me lembro que eu tinha que estudar, preparar as aulas sentar, ler com vários livros pra poder preparar a minha aula, mas eu tinha que resolver os exercícios era assim, hoje não faço assim eu leio os exercícios e já sei como resolve, mas eu tinha que resolver passo por passo, aí eu chegava na sala de aula, às vezes eu esquecia, que ia para o material correndo para olhar, para ver como resolvia, às vezes aconteceu também de eu chegar explicar, aí quando eu estava no fim do exercício, eu voltava, nossa! Não é isso eu falei errado na sala de aula, e no outro dia voltar, pedir

		desculpas e explicar novamente como que era o exercício, isso aconteceu no primeiro ano (R.5).
Você se lembra de como e quando ingressou na profissão docente?	6	Eu só entrei para a sala de aula quando eu terminei a graduação (. R.6)
Qual foi o motivo da escolha de se tornar professor?	7	Não tem um motivo específico, eu acho que foi a questão de entrar no curso que estava relacionado com a minha mãe que trabalha na área da saúde [...] (R.7).
Como, onde e com quem você aprendeu a ser professor?	8	Sozinha. Estudando para poder dar aula, vendo outras pessoas como trabalhavam, observando os colegas. (R.8).
Você se sentia preparado para atuar na profissão docente	9	Quando terminei a licenciatura, não. Eu acho que faltava algo, eu sempre pensei assim, quando começou o curso em Cuiabá, sempre achei assim, agora vou tirar aquela minha dúvida que nem o livro tirou, uma dúvida que eu tinha que eu não sabia como explicar. Eu tinha muitas dúvidas, eu via assim tanto tempo que eu perdi na Universidade, que às vezes o professor falou tanta coisa, mas aquilo lá não está sendo usado nada agora na sala de aula, o que era totalmente diferente, porque o que tinha explicado, e o que tinha visto lá, o que eu tinha visto eram muito aprofundados, e o que no livro não estava tão aprofundado daquela maneira, era mais superficial. (R.9)
Como você se preparou para assumir a profissão?	10	Corri atrás de livros, de colegas que já estava dando aula algum tempo, e quando aparecia algum exercício que eu não sabia explicar, corria, aí o colega às vezes não sabia falar, esse conteúdo não dou, é o que acontece até hoje. Esse conteúdo aí, eu pulo porque eu também não sei (R.10).
A escolha da profissão docente foi consciente?	11	Hoje eu vejo que foi consciente [...] (R.11).
Gosta de ser professora?	12	Eu aprendi a gostar (R.12).
Como você aprendeu a gostar de ser professora	13	Acho, que sentindo falta da sala de aula quando estou de férias. Quando fico muito tempo longe dos alunos. É legal quando você ensina e depois faz o questionamento no ano seguinte o aluno consegue lembrar daquilo que você ensinou, parece assim, que é gratificante. (R.13)

Ao analisar os relatos orais da licencianda Isabel no quadro acima, constatou-se que sua formação escolar foi toda em escola pública. Das situações marcantes no seu processo de formação escolar, Isabel citou três do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (R.1). Daí se infere a importância

inconteste de o professor contextualizar o conteúdo, relacionando-o com conhecimentos prévios dos alunos, além de valorizar as habilidades que os alunos demonstram no decorrer do processo ensino e aprendizagem. Tanto é assim que Isabel as usou como referência na sua atuação docente.

Instigada a comentar sobre sua formação no Ensino Superior [R.2], Isabel relatou certa frustração, pois relatou que o curso, apesar de ser estruturado para preparação de professores (licenciatura) direcionou mais para o ensino à pesquisa. Esse desvio de objetivo do curso foi negativo, pois Isabel teve o contato com a sala de aula, somente no período dos estágios, no qual ministrou poucas aulas no contexto escolar.

No curto período da realização dos estágios supervisionados, Isabel percebeu as lacunas existentes na sua formação específica e na formação pedagógica, porque, ao entrar em contato com a prática docente, sentiu muitas dificuldades no domínio dos conteúdos da área específica, os quais tiveram que ser estudados e reaprendidos de acordo em que o contexto escolar exigia.

É possível perceber, nos relatos de Isabel, um descontentamento em relação ao curso, quanto à forma como foram conduzidas tanto as disciplinas específicas quanto às disciplinas pedagógicas, pois as aulas eram muito teóricas e dissociadas à prática pedagógica. Tal formação, segundo Pereira (1998), é baseada na *racionalidade técnica*, em que o professor é visto como um técnico, que aplica as regras derivadas do conhecimento científico e do conhecimento pedagógico na prática educativa. Nesse tipo de formação, é necessário que estudem um conjunto de disciplinas científicas e um outro de disciplinas pedagógicas, que vão fornecer as bases para a prática docente. Em relação aos estágios supervisionados, o futuro professor aplica tais conhecimentos científicos e pedagógicos em sala de aula. O descontentamento de Isabel tem relação com esse modelo de formação que, na visão de Pereira (1998), pode dar prioridade à formação teórica em detrimento da formação prática, vista como o mero espaço de aplicação de conhecimentos teóricos, porque sua formação não foi dialética, o que teria proporcionado uma articulação entre teoria e prática.

Neste sentido, Gatti (1997) explicita que estudo referente ao baixo nível de satisfação dos licenciados com a formação profissional recebida que se dá pela dissociação da formação teórico-prática, oferecida por esses cursos não asseguram a base para a atuação na profissão docente. Ainda, segundo a mesma autora, as pesquisas mostram que alunos que não tiveram experiência no Magistério atribuem o fato de aprender a ser professor no exercício da profissão docente.

Isto se torna evidente quando a licencianda-professora Isabel revela que, no término da licenciatura Físicas e Biológicas, possuía uma base mínima para atuar na docência, insuficiente para aplicar, efetivamente, os conteúdos de Ciências Naturais exigidos pelo contexto escolar. Por isso, a licencianda-professora teve de buscar constantemente reaprender e reconstruir os conhecimentos científicos, relacionando-os com a prática pedagógica cotidiana, por meio da formação continuada, da troca de experiências entre os pares no contexto escolar e de diversas leituras que, gradativamente, está possibilitando-lhe superar as lacunas existentes na sua formação inicial.

Isabel, apesar de não ter claro o motivo que a levou à docência, demonstra, implicitamente, que, procura desempenhar seu papel na docência da melhor maneira possível. Relata, ainda, que a convite de uma colega-professora, assumiu as aulas de Química numa escola, pois estavam faltando professores para trabalhar nessa área do conhecimento. Segundo Isabel, essas aulas foram assumidas de “supetão”, porque considerava despreparada para tanto, mesmo já sendo licenciada (R.5 e 6).

Isabel deparou com diversas dificuldades no início da carreira docente, principalmente com relação à falta de domínio dos conhecimentos específicos da disciplina e da transposição didática dos conteúdos propostos para mediar a aprendizagem dos alunos. Neste aspecto, Pérez e Carvalho (1993), destacam que o professor precisa conhecer a matéria a ser ensinada, pois o domínio do conteúdo envolve diversos conhecimentos, que na maioria das vezes, não são considerados e nem contemplados na graduação. Dessa forma, Isabel, busca conhecimentos específicos e necessários para a sua atuação na sala de aula e para sua aprendizagem profissional, por meio de leituras de livros, nos cursos de formação continuada.

Indagada sobre onde, quando e com quem aprendeu ser professora, Isabel afirma ter aprendido sozinha, estudando e preparando suas aulas propostas, como também, observando como os outros professores desenvolviam o trabalho educativo com os alunos. Além disso, afirma que sempre procurou ajuda dos colegas-professores com mais experiência na docência, mas nem sempre os colegas-professores podiam tirar todas suas dúvidas, já que algumas eles também as tinham. A solução imediata (pasmem!) era pular aquele conteúdo com a justificativa de que ninguém ensina o que não sabe (R.8; 9 e 10). Isabel denuncia que essa “prática” ainda permanece no contexto escolar e que é pernicioso no processo de aprendizagem, pois alguns conteúdos podem ser pré-requisitos para a construção e compreensão de novos conhecimentos. Percebe-se, assim, a preocupação de Isabel em relação a esse tipo de prática no contexto escolar e a consciência que ela tem

sobre a complexidade do ato de ensinar que, segundo Almeida (1998), é uma tarefa complexa, e que, “somente um professor autônomo pode razoavelmente dar conta dessa complexidade”.

Almeida (1998) acrescenta ainda que:

O professor autônomo, além de artífice, planeja suas aulas e tem capacidade de analisar e se adaptar a novas situações; pode aceitar e procurar colaborações e, certamente, irá servir-se de recursos didáticos anteriormente produzidos, com ou sem a sua participação. Porém as decisões sobre quando e como utilizá-los serão suas (p.146).

De acordo com essa autora, o professor autônomo poderá refletir e tomar decisões a respeito da organização do trabalho pedagógico: se segue os conteúdos do livro didático, ou se propõe novos conteúdos, se prioriza os aspectos qualitativos ou quantitativos desses conteúdos, entre tantas decisões e atitudes possíveis e necessárias na forma de conduzir e preparar o planejamento escolar e na sua concretização na sala de aula.

Contudo, o que se percebe, no relato 10, é que alguns dos professores, considerados experientes por Isabel, ainda não refletiram sobre a sua ação pedagógica cotidiana, no contexto da sala de aula. Em vez de buscarem a realização de um trabalho coletivo, colaborativo e reflexivo, preferem permanecer excluindo conteúdos do planejamento escolar, ocasionando lacunas na aprendizagem dos alunos.

Isabel revela, em seus relatos 11 e 12, que, quando iniciou a docência, não estava consciente da escolha da profissão, entretanto, após seis anos na atuação docente, percebeu que essa escolha fora acertada. Aprendeu a gostar da profissão e a considera gratificante. Tem consciência de que essa profissão requer muita determinação, paciência, compromisso, dedicação e criatividade para estar sempre inovando a prática pedagógica. Tudo isso para ensinar os conteúdos de forma contextualizada e significativa para os alunos. Sabe que a reflexão sobre sua ação educativa cotidiana tanto na sala de aula fora dela, junto à comunidade escolar, é muito importante.

Para Isabel, o início da carreira docente consistiu em várias frustrações e desafios, mas hoje consiste em satisfação. Embora no início da carreira não dominasse os conhecimentos específicos e pedagógicos necessários à prática escolar, aos poucos foi superando os desafios, dedicou mais à profissão docente, buscou ajuda entre os pares na escola, mesmo que às vezes sem êxito. Não desanimou, expunha suas dificuldades. Lia vários livros e tirava suas dúvidas para

trabalhar melhor o conteúdo com os alunos. Ela estava, deveras, determinada a enfrentar os desafios que surgiam na atuação educativa.

Nesse sentido, a preocupação da Isabel pela busca incessante em construir e reconstruir novos conhecimentos para a qualidade do ensino e, conseqüentemente, a aprendizagem dos alunos, possibilitou-lhe rever suas concepções de ensino e aprendizagem, desencadeando indagações, dúvidas e a procura por inovação na ação educativa. Contudo, ela afirma nos relatos (13) que aprendeu a gostar de ser professora, por meio do relacionamento com os alunos e ao ver o interesse dos alunos em adquirir novos conhecimentos significativos. Isso nos permite dizer que a profissão docente pode ser aprendida, independente de que já se tenha experiência ou não. Neste aspecto, Mizukami (2003, p.12) explicita que aprender a ser professor é uma aprendizagem que deve ser adquirida por meio de situações práticas que, mesmo efetivamente problemáticas, exigem do professor o desenvolvimento de uma prática reflexiva na ação e sobre a ação à sua prática pedagógica, ou seja, a formação de professores é considerada como um processo de desenvolvimento pessoal e profissional para a vida toda.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos e a pesquisa realizada, por meio dos relatos orais e pelo percurso profissional da licencianda-professora Isabel, permitem dizer que ela aprendeu a ser professora por meio das experiências práticas, na interação com os pares no contexto escolar, no convívio com os alunos e na junção dos conhecimentos obtidos na formação acadêmica, profissional e a formação continuada. É nesse entrelaçamento que acontece gradativamente a construção do desenvolvimento da aprendizagem da docência. Os relatos revelam que Isabel iniciou a refletir sobre a prática pedagógica no período dos estágios e, após assumir a profissão docente continua essa reflexão, o que sem dúvida a auxilia no processo de construção e reconstrução da sua prática pedagógica em sala de aula. É um aprender e um reaprender constantes, considerados um de saberes que revergem no cotidiano, como afirma Darsie:

Saber ensinar implica ter aprendido seu objeto de ensino em sua gênese e historicidade, saber quais os processos desencadeados pelos alunos para construir tais conhecimentos e, sobretudo, saber organizar estes saberes num novo saber didático (DARSIE 1998, p.41).

Por esse motivo, Isabel busca assegurar sua aprendizagem na formação continuada no curso de Licenciatura Plena em Ciências Naturais e Matemática.

Neste sentido, é preciso reconhecer que a aprendizagem profissional não só acontece em sala de aula, e que nem sempre as crenças, as convicções do professor sustentam a ação pedagógica. Torna-se necessário que o professor tenha conhecimentos específicos e pedagógicos, para propor atividades inovadoras na sala de aula, uma vez, que é impossível ensinar o que não se aprendeu.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria José Pereira Monteiro de. **Expectativas sobre desempenho do professor de física e possíveis consequências em suas representações.** Disponível em: [www.fc.unesp.br/pos/revista/pdf/rev.6vol 1.pdf](http://www.fc.unesp.br/pos/revista/pdf/rev.6vol%201.pdf). Acessado em: 29 de dezembro de 2006.

DARSIE, M.M.P.; CARVALHO, A.M.P. de. **A reflexão distanciada na construção dos conhecimentos profissionais do professor em curso de formação inicial,** 1998. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação – São Paulo.

ESTRELA, Maria Teresa. In FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.) **Formação continuada e gestão da educação.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GATTI, Bernadetti. **Formação de Professores e Carreira:** problemas e movimentos de renovação- Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

GÓMEZ, Angel Pérez. **O pensamento prático do professor** - A formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. Os professores e a sua Formação. Portugal: Dom Quixote, 1992.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional:** formar-se para mudança e a incerteza. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2004. - (Coleção Questões da Nossa Época; v. 77).

MIZUKAMI, M. da G. N. et. Al. **Escola e aprendizagem da docência:** processos de investigação e formação. São Carlos: Ed. FUFSCar, 2003.

PEREIRA, Júlio Emílio. **As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente.** Educação e sociedade.v.20, n.68, Campinas: dez.1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. **Proposta Curricular do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Naturais e Matemática,** 2003.

EFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO UTILIZANDO A METODOLOGIA KAIZEN NA EMPRESA BUNGE BRASIL DE RONDONÓPOLIS-MT

Antônio Leão¹

Wanderlan Barreto Da Rosa²

RESUMO

Atualmente, com o mercado altamente competitivo, as empresas buscam ferramentas que possibilitem o aumento de produtividade em seus sistemas sem custos adicionais. Assim, a metodologia Kaizen utilizada de forma consistente, proporciona as organizações grande diferencial competitivo na área industrial em busca da melhoria contínua da produção. O artigo apresenta um estudo de caso de melhoria de produtividade na empresa Bunge Brasil, especificamente em um processo de esmagamento de soja para produção de óleo vegetal, utilizando a metodologia Kaizen, com objetivo de aumentar a disponibilidade e a eficiência, reduzindo custos e eliminando desperdícios. Verificou-se a importância deste estudo através dos resultados demonstrados, da disseminação da metodologia e motivação da equipe Kaizen.

Palavras-Chave: Kaizen; Produtividade; Melhoria Contínua;

INTRODUÇÃO

Com a economia brasileira em expansão e o mercado cada vez mais competitivo, faz-se necessário desenvolver ferramentas que expressem resultados satisfatórios às empresas, sem custos adicionais ou demande longo período de tempo em sua aplicação. Os custos com insumos, manutenção, mão-de-obra, matéria prima, tecnologias entre outras, tem sido cada vez mais exigidos pelas indústrias no crescimento sustentável de uma empresa.

Observa-se na metodologia *Kaizen* os requisitos preponderantes para dinamizar o bom desempenho da empresa Bunge Brasil, no que se refere a padrões de qualidade, produtividade e custo, para evitar gastos excessivos e demanda de tempo prolongado.

¹ Acadêmico do MBA em Gestão Estratégica de Negócios da Faculdade Anhanguera de Rondonópolis

² Prof. Orientador Msc em Administração pelo PPGA-UFRGS

[...] para Imai "Kaizen é uma palavra japonesa que significa melhoria que veio representar a prática de melhoria eliminando desperdícios e envolvendo todos os empregados, sem gastar muito dinheiro para criar uma vantagem competitiva, permitindo às companhias baixarem custos e melhorar a qualidade e a variedade do produto. Se mantido, o *KAIZEN* é uma arma poderosa contra as concorrentes". (IMAI, 1994 s/d)

Neste mesmo entendimento será demonstrado ao decorrer do trabalho como a metodologia *Kaizen* é fundamental para as empresas, como um diferencial no mercado competitivo. Colocando em pauta a implantação na empresa Bunge Brasil, bem como, os resultados obtidos no andamento do programa.

ASPECTOS METODOLOGICOS

Como Lembra MINAYO (1994), “a metodologia não só contempla a fase de exploração de campo, como a definição de instrumentos e procedimentos”.

Foram adotados alguns procedimentos de acordo com as normas acadêmicas de trabalhos científicos para compreensão das etapas deste artigo, para descobrir novas pistas e reformulações das ações que serviram para conduzir a estrutura da pesquisa.

Dessa forma buscaram-se referenciais para compreensão do objeto de estudo em questão. Conhecendo-se a aplicação do programa *Kaizen* na fábrica da Bunge Brasil, somados ao embasamento teórico adquirido durante a pesquisa e levantamento de campo.

De acordo com ROSS (1990) “a metodologia deve representar a espinha dorsal de qualquer pesquisa”, na busca incessante do conhecimento, de forma assim, como definição dos instrumentos e procedimentos que foram adotados.

No levantamento de fontes secundárias os levantamentos bibliográficos foram consultados diversas obras relativas ao assunto, tais como: trabalhos acadêmicos, livros, documentos, fotografias, artigos, revistas, fontes documentais e material proveniente de meios eletrônicos (Internet).

No tratamento estatístico dos dados a fase referente à interpretação envolveu a seleção e tabulação dos dados, permitindo nas identificações frequentes através de coletas de dados obtidos no perímetro industrial, sendo assim, realizaram o mapeamento para análise espacial da problemática e o arranjo em tabelas e gráficos, para melhor compreensão do assunto.

Na última fase, já de posse dos dados tabulados, os mesmos foram analisados e incorporados as argumentações, interpretações e resultados pertinentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

O que é *kaizen*?

A palavra *Kaizen* tem origem japonesa e significa “*mudar para melhor*”. Na prática das empresas significa que nenhum dia deve passar sem que sejam feitas melhorias. O *Kaizen* também pode ser definido como melhoramento contínuo, e tem por objetivo a promoção de melhoramentos sucessivos e constantes, ou seja, mais e menores passos de melhoramento incremental (SLACK et al., 2002).

Para (IMAI, 1994) Mais especificamente, “*Kaizen* significa pequenos melhoramentos, como resultado dos esforços contínuos” e não melhoramentos drásticos resultantes de grandes investimentos, os quais caracterizam a inovação.



Figura 01: Kaizen: palavra de origem japonesa
Fonte Sharma e Moody (2003, p114)

Estudo de caso: Empresa Bunge Brasil

A Bunge, presente no Brasil desde 1905, é uma das principais empresas do agronegócio e alimentos do país, conquistando a liderança em originação de grãos e processamento de soja e trigo, na produção de fertilizantes, na fabricação de produtos alimentícios e em serviços portuários. É uma das maiores exportadoras do Brasil (a primeira em agronegócio), contribuindo de maneira substancial para o saldo positivo da balança comercial e para as divisas para a economia nacional. Desde 2006 atua também no segmento de açúcar e bioenergia.

Marcas como Serrana, Manah, Iap, Ouro Verde, Salada, Soya, Cyclus, Delícia, Primor e Bunge Pró estão profundamente ligadas não apenas à história econômica brasileira, mas também aos costumes, à pesquisa científica, ao pioneirismo tecnológico e à formação de gerações de profissionais.

A Bunge Brasil pertence à *holding Bunge Limited*, fundada em 1818, com sede em *White Plains*, Nova York, EUA. Os mais de 30.000 funcionários da Bunge, localizados em mais de 30 países, melhoram a vida das pessoas aprimorando a cadeia global de alimentos e agronegócio.



Figura 02: Imagem aérea da empresa Bunge Brasil, unidade de Rondonópolis-MT (Foto arquivo Bunge Brasil 2010).

Melhoria Contínua

Uma das definições para melhoria contínua é a busca pela excelência.

[...] melhoria contínua como a busca por melhores resultados e níveis de desempenho de processos, produtos e atividades da empresa. Ela deve ser um objetivo e desenvolvida culturalmente na empresa, podendo ser resultado de uma ação gerencial ou de modo espontâneo pela sugestão de todos os funcionários. (MOURA, 1997)

O *Kaizen* gerou uma forma particular de pensar, voltada para o processo, e uma metodologia que apoia e reconhece os esforços para o melhoramento. Por meio desse conceito, os funcionários passam a incorporar a melhoria contínua aos seus cotidianos. A autonomia dada a cada funcionário é um fator de motivação para a prática e desenvolvimento das atividades de melhoria.

A ausência de elevado montante de investimento de capital é uma das principais razões que tornam a melhoria contínua uma prática com elevado retorno de investimento.

Os grandes projetos de melhoria da qualidade não estão relacionados apenas a grandes investimentos, mas em ajustes de processo feito pelos próprios colaboradores que são apenas incentivados e motivados pela metodologia do *Kaizen*.

Brainstorming

Para MANGANOTE (1998) *Brainstorming* é uma técnica para geração de ideias, proposta originalmente como uma forma não convencional para geração de ideias, posto não serem admissíveis quaisquer críticas às sugestões dadas por outros participantes.

O **brainstorming** (literalmente: "tempestade cerebral" em inglês) ou **tempestade de ideias**, mais que uma técnica de dinâmica de grupo, é uma atividade desenvolvida para explorar a potencialidade criativa de um indivíduo ou de um grupo - criatividade em equipe - colocando-a a serviço de objetivos pré-determinados (WIKIPÉDIA, 2011)

É importante ressaltar que a técnica de *Brainstorming* auxilia com ênfase, resolver problemáticas que estão inerentes ao sistema, buscando critérios para resolver problemas através do desenvolvimento participativo da equipe.

Suas aplicações mais comuns são: busca de problemas por meio da análise de áreas problemáticas, procura de fatos que levem a definição de um problema; formação de idéias que ajudem na solução de problemas; busca de critérios para a avaliação de soluções de problemas; estabelecer a aceitação, através do desenvolvimento participativo de um plano de ação e sua implementação. (MANGANOTE 1998,p. 21)

Importante haver uma abertura e confiança na aplicação do *Brainstorming* para facilitar a filtragem das ideias que caracterizam um resultado final Consistente, Manganote referencia esse assunto com ênfase, os bloqueios como: Sua ideia não é valida, ou, não se aplica esta fora de contexto, não agrega valor, entre inúmeras particularidades. A abertura para geração de ideias é importante para identificar o potencial de cada uma delas.

Mudança Cultural

Fazer *Kaizen* é apostar numa mudança cultural e para mudar a cultura há que eliminar os desperdícios e mudar o comportamento. O modelo *Kaizen* de Gestão da Mudança trás essa proposta que estimula a mudanças comportamentais a equipe envolvida que por sua vez, produzem estímulos as áreas que participam.

Os empregados podem desempenhar função vital no melhoramento dos padrões, especialmente por meio de um sistema de sugestões. No *Kaizen*, isto é muito estimulado, e têm, como uma das consequências positivas, pessoas mais dispostas a seguir os novos padrões por elas mesmas propostos. (IMAI, 1996).

Os estímulos para mudança cultural começam no envolvimento do grupo nas atividades eventual que implique na busca múltiplas de meta simplesmente bem definida e todos focados para buscá-la com intuito de obter resultados cada vez mais satisfatórios.

RESULTADOS

Na empresa, a metodologia *Kaizen* foi aplicada em 2008 pelo setor de Melhoria Contínua criada pelo corporativo para atuarem em todas as unidades da empresa no Brasil.

Para realização do *Kaizen* na unidade de Rondonópolis, o gerente geral define um tema onde há potencial de ganho com redução de custo, desperdícios, falhas entre outros quesitos. É repassada a equipe de Melhoria contínua que irá definir junto aos responsáveis de área a definição da equipe e do grupo que irá compor o *Kaizen*.

Em seguida são definidos o líder e o co-líder da equipe, em geral colaboradores que tenham conhecimentos técnicos da área, e apresentem características de tendência para a mudança, facilidade para motivar os participantes, facilidade de comunicação e habilidade para resolver conflitos.



Figura 03: Definição da equipe é muito importante para o sucesso da atividade.

#	Time	Área
1	Marco (líder)	Eng. Manutenção
2	Washington	Elétrica
3	Carlos	Elétrica
4	Ronny	Algodão
5	Anderson	Eng. Algodão
6	Jorge	Refinaria
7	Lindomar	Envase PET
8	Mateus	Instalações Térmicas
9	Ronivalter	PCPS
10	Clecius	Eng. Planta I
11	Antônio	Planta I

12	Walter	Planta II
13	Rubens	Armazenagem
14	Itulo	Manutenção Elétrica
15	Michele	MC

Com o tema em mãos **“Redução do consumo de energia elétrica na unidade de Rondonópolis”** inicia-se o levantamento de dados históricos referente ao tema posposto para elaboração de metas e discussão de desafios a equipe.

Energia Consumida por Tonelada Processada (Kwh/ton)

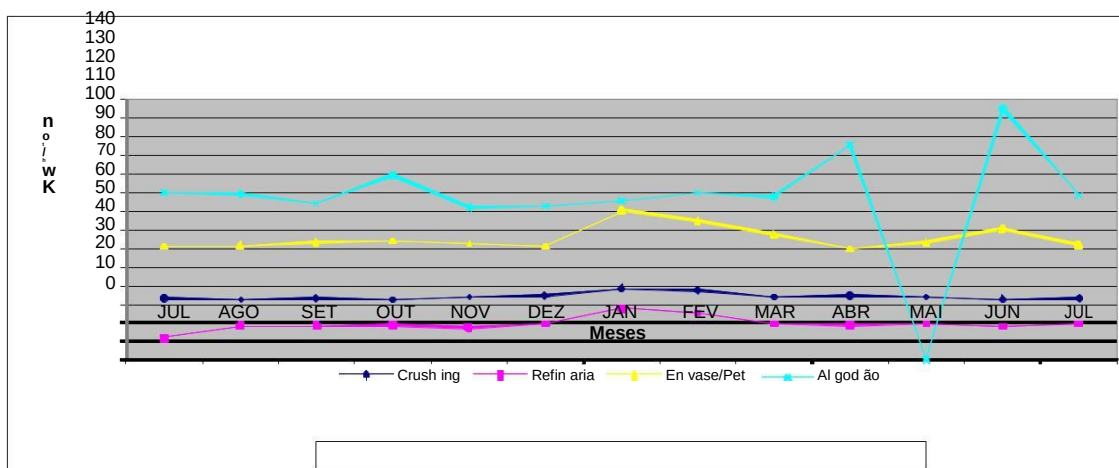


Figura 04: Gráfico de consumo de energia por setor utilizado no Kaizen para formular

Realização do escopo do projeto para evitar desvios do foco principal proposto nesta etapa em que foram selecionadas as seguintes áreas: 1 – Armazenagem, 2 – Planta I, 3 – Planta II, 4 – Caldeiras, 5 – ETE, 6 – Algodão, 7 – Refinaria e 8 – Envase.

Definição das metas que irão estabelecer os direcionadores do *Kaizen*. Redução do consumo de energia elétrica do *Crushing* para 32 kWh/ton., Algodão para 86,50 kWh/ton., Refinaria para 18 kWh/ton., Envase para 64 kWh/ton., baixar a demanda contratada para 12.700 kWh e melhorar o fator de potencia de 0,92 para 0,94.

Qual a situação atual encontrada nas áreas impactantes para o consumo de energia elétrica: Utilização inadequada da iluminação nos setores, equipamentos ligados desnecessariamente equipamentos ligados com baixa produção, falta de rotinas para economia de energia, sem controle de demanda e fator de potência nos supervisórios, alta temperatura dos CCM's e distribuição inadequada dos circuitos de energia.

Como critérios definidos as oportunidades levantadas não poderiam alterar os seguintes fatores do processo:

- PRODUTIVIDADE;
- QUALIDADE;

- SEGURANÇA;
- MEIO AMBIENTE.

Se na oportunidade afetar alguns dos itens citados e não puder ser controlada, está é descartada.

Utilizando o Brainstorming para geração de ideias da equipe e logo após a aplicação na Matriz de Impacto:

O **brainstorming** (literalmente: "tempestade cerebral" em inglês) ou **tempestade de ideias**, mais que uma técnica de dinâmica de grupo, é uma atividade desenvolvida para explorar a potencialidade criativa de um indivíduo ou de um grupo - criatividade em equipe - colocando-a a serviço de objetivos pré-determinados. (WIKIPÉDIA, 2011)

Ajudando o grupo a conseguir identificar as oportunidades e melhorias que agregam valor ao processo.

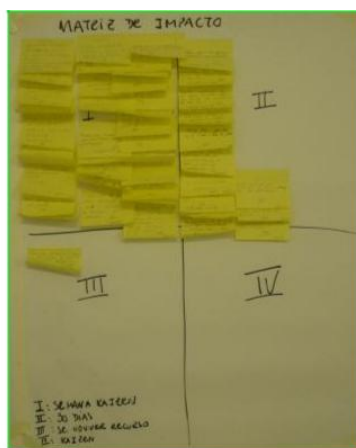


Figura 05: Matriz de Impacto realizada no evento Kaizen (Foto Michele 2008)

Na situação alvo identificou-se: Utilização eficiente da iluminação, otimização do uso dos equipamentos, rotinas estabelecidas e conhecidas, controle de demanda e fator de potência por área, temperatura dos CCM's controladas, distribuição dos circuitos de energia adequada facilitando o controle.

Nesta etapa fica a critério do instrutor que conduz o Kaizen o uso das ferramentas de resolução de problemas adequada para o tema em questão, seja ela, Diagrama de Ishicawa, PDCA, DEMAIC, Just in Time, Lean Time, MASP, Gráfico de Pareto, Cinco Porquês, entre outros programas como o Seis Sigma ou Lean Manufactory, para atingimento do objetivo principal proposto.

No plano de ação foram estabelecidas 57 ações sendo que 51% finalizadas na semana Kaizen e 49% em andamento para realização no Kaizen 30 dias.

Estabeleceram-se os indicadores de cada área e seus responsáveis pelo monitoramento e correções.



Figura 06: Fotos dos participantes em ações técnicas para solução do plano de ação. (Foto Michele 2008)

Após o estudo definiu-se as prioridades sendo elas: Paradas de Equipamentos no horário de Ponta, melhoria da utilização dos equipamentos, trocas de produção que favorecem a redução do consumo de energia elétrica, modificações de fluxos de processo, separação de circuitos de iluminação para utilização de somente lâmpadas necessárias, estabeleceram-se os indicadores de cada área e seus responsáveis pelo monitoramento e correções.

Em campo essas foram as principais ações feitas:

1 Para padronização das manobras de parada Armazenagem: Parar Equipamento no horário de ponta, Compressor de ar 01 e 10 lâmpadas, redução esperada 4,8 kWh.

2 Caldeiras: Diminuir funcionamento das roscas transportadoras no horário de ponta e alteração do pistão para evitar quedas da caldeira durante horário de ponta, redução esperada 9,5 kWh.

3 Planta I: Parar equipamento no horário de ponta, Bomba de água dos condensadores 03, ventilador VS-36AA e sistema de degomagem, redução esperada de 280 kWh.

4 Planta II: Parar equipamento no horário de ponta, produção de farelo floculado e parada do sistema de degomagem, redução esperada 553,6 kWh.

5 Algodão: Parar equipamento no horário de ponta, ventilador 180, ventilador 198, fita transportadora CT-30, 20 lâmpadas 1200 Watts, 35 lâmpadas: 2450 Watts, Refletores: 3000 Watts e Tulha 6: 450 Watts, redução esperada de 54 kWh.

6 Refinaria: Parar equipamento no horário de ponta, SP 606, EX 606, EX, AG 201, AG 201B, AG 201C, 635A, Ventilador Torre, Bomba Torre (permanente), Não carregar e descarregar no horário de ponta, redução esperada de 98 kWh.

7 Envase: Parar equipamento no horário de ponta, 1185A, 1130C, 1192B, 22 Lâmpadas de 250 Watts, redução esperada de 560 kWh.

No horário de ponta e disseminação para as equipes a fim de evitar desvios quanto aos procedimentos estabelecidos em Kaizen, foram confeccionadas LUP's (Lição de um Ponto) que é uma forma de padronizar as ações de parada de equipamentos em campo.

Figura 07: Modelo LUP para atividades predeterminadas em campo, para padronizar as ações criadas no evento Kaizen para evitar desvios no dia a dia dos operadores da cada setor.

A LUP é uma ferramenta do TPM (Manutenção produtiva Total) adaptada para as ações Kaizen, é um formulário onde é aplicado um método de treinamento, visando ensinar um determinado tema de maneira objetiva, em pouco tempo, e deve se aplicado para: ampliar o conhecimento de forma prática e descontraída, a qualquer período do dia; possibilitar a compreensão de maneira fácil a qualquer pessoa e num curto tempo; possibilitar o auto aprendizado, por ser elaborado pela própria pessoa, permitir o desenvolvimento conjunto do treinando e do treinador, e elevar a competência do grupo (TAKAHASHI, 2000).

A equipe Kaizen atuando na busca de melhorias e na motivação do trabalho, criaram vários projetos para redução do consumo de energia para execução em longo prazo com retornos financeiros, utilizando a metodologia Lean Production para redução de equipamentos desnecessários, melhorarem o tempo de fluxo para agregar valor ao sistema e diminuindo o número de etapas do processo.

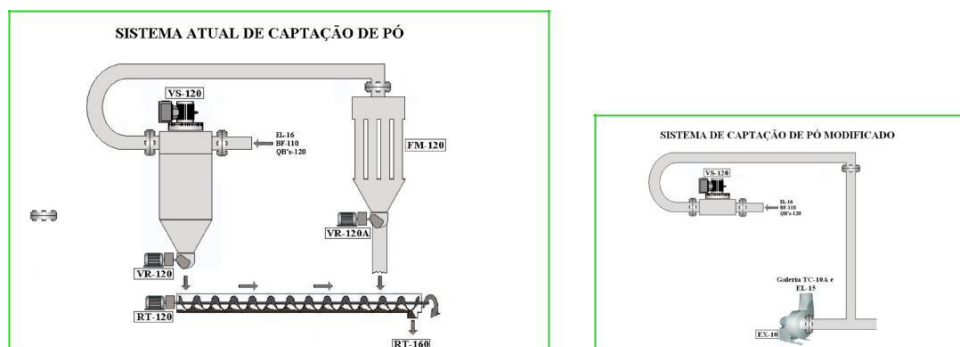


Figura 08: Projeto criado pela equipe Kaizen para dimensionar captação de pó para descarregar na linha

de resíduo do KW 65. Melhorando a aspiração de pó e eliminando três motores de 1 CV cada.

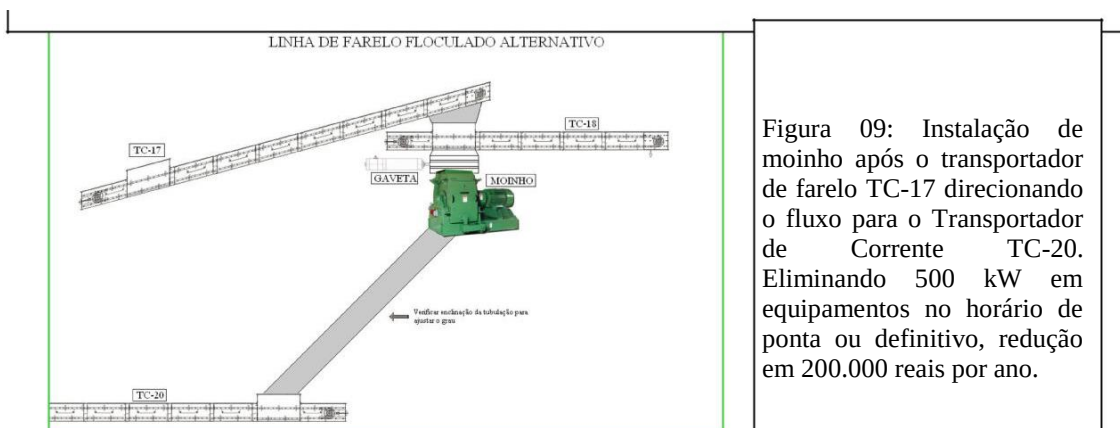


Figura 09: Instalação de moinho após o transportador de farelo TC-17 direcionando o fluxo para o Transportador de Corrente TC-20. Eliminando 500 kW em equipamentos no horário de ponta ou definitivo, redução em 200.000 reais por ano.

Etapa de Testes para verificação da eficácia das ações propostas, realizando testes no final de semana com os equipamentos que realmente poderiam parar. Traçando uma Meta de Redução de 4680 kW/dia em consumo.

Analisando os dados de consumo no Fim de semana depois do Kaizen conseguindo uma redução diária de 4.526 kW no consumo total. Na demanda máxima foi de 12.457 kW no horário de Ponta.

Sustentação dos resultados é chave do negocio e a equipe Kaizen se acentuou nesta questão para manter os valores e consolidar todas as ações feitas na semana, para firmando uma redução de 17.045,84 kW.

Fim de Semana					
Áreas	Antes	Mes	Ano		Produção
Grinding (Bwh/ton)	32,98	32,07	32,35	32,92	5089,7
Belmans (Bwh/ton)	19,45	15,79	19,72	19,9	1195
Algodão (Bwh/ton)	90,48	88,55	95,6	90,75	285
Envase (kwh/ton)	64,52	60,12	64,52	64,42	1000
Dia 01/09/2008					
Áreas	Antes	Mes	Ano		Produção
Grinding (Bwh/ton)	32,98	31,7	31,72	32,91	5089,5
Belmans (Bwh/ton)	19,45	15,82	15,82	19,88	888,7
Algodão (Bwh/ton)	90,48	0	0	90,74	0
Envase (kwh/ton)	64,52	43,25	43,25	64,32	1084,6

Figura 10: Nos testes efetuados no fim de semana observamos a redução do consumo de energia elétrica em todas as áreas levantadas no escopo do projeto, apenas o algodão não teve consumo devido estar parado por estratégia da empresa.

Criação do A3 para acompanhamento dos indicadores e estados das ações Kaizen 30 Dias, um formato simples e dinâmico que facilita o monitoramento das ações.

Potencial de Ganho com a Redução de Consumo e de ICMS. Não foram calculados os ganhos com demanda, pois serão validados nos próximos 30 dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se através deste estudo, que a filosofia Kaizen utilizada nas empresas pode trazer resultados muito satisfatórios sem onerar as receitas financeiras e ainda causar impactos positivos na motivação da equipe de trabalhadores, pois, os resultados são visíveis e sustentáveis.

A implantação não exige grande demanda de recursos financeiros e intelectuais, basta a disponibilidade parcial de uma determinada equipe da empresa sendo ela da Garantia da qualidade ou não, para execução da metodologia e formação da equipe, assim, os resultados são sem dúvida muito satisfatório.

REFERÊNCIAS

Brainstorming. Site da Wikipedia Disponível Em<
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Brainstorming> > Consulta: Setembro /2011.

IMAI, M. **Kaizen: a estratégia para o sucesso competitivo**. 5. ed. São Paulo: IMAM, 1994.

IMAI, Masaaki. **KAIZEN - A Estratégia para o Sucesso Competitivo**. São Paulo: IMAM, 1990

MANGANOTE, EDMILSON J. T. **Brainstorming**. Organização Reinaldo Dias. Campinas, SP : Editora Alínea, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Teoria, **Método e Criatividade**. Petrópoles, Vozes, 1994.

MOURA, L. R. **Qualidade simplesmente total: uma abordagem simples e prática da gestão da qualidade**. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 199p.

ROSS, J. S. **Geomorfologia: Ambiente e Planejamento**. In: OLIVEIRA, A. U. São Paulo: Contexto, 1990.

SHARMA, A. MOODY, P. E. **A Máquina Perfeita; Como vencer na nova economia produzindo com menos recursos**. Trad. Maria Lúcia G. Leite Rosa. 1.ed. São Paulo : Prentice Hall, 2003. 255 p.

TAKAHASHI, Y; OSADA, T. **Manutenção Produtiva Total**. 2.ed. São Paulo: Instituto IMAN, 2000. 322p.

MOTIVAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO EDUCACIONAL DE RONDONÓPOLIS.

Benair Alves da Silva¹

Wanderlan Barreto Da Rosa²

RESUMO

O artigo tem a intenção de saber se os servidores públicos educacionais de Rondonópolis estão motivados a prestar um serviço de qualidade à população. O setor educacional do nosso país infelizmente tem deixado a desejar, desmotivando muitos profissionais da área a exercer de maneira eficiente o seu serviço. Sendo assim, devido à grande reclamação da sociedade em relação ao atendimento de alguns servidores, objetivou-se saber como está a motivação dos professores, que têm uma tarefa muito importante em suas mãos, que é de educar pessoas e formar cidadãos. Para tanto foi feita uma entrevista com professores públicos para identificar se existe algum fator que ainda os motivam ao serviço eficiente e quais são as expectativas de mudança no setor público educacional de Rondonópolis. Muitos têm culpado o poder público pela má qualidade na educação, mas vale ressaltar que para o professor estar motivado a dar uma boa aula ele não precisa apenas receber um bom salário, o reconhecimento profissional e o respeito por parte da população são fatores que influenciam bastante no comportamento desses profissionais dentro da sala de aula.

Palavras - chave: motivação, serviço, público, educação.

1. INTRODUÇÃO

Diante das inúmeras reclamações referentes ao atendimento no serviço público, o presente estudo busca investigar se existe algum fator que motiva o funcionário público da educação a prestar um serviço de qualidade à sociedade e de que maneira esses instrumentos são utilizados.

Baseado em algumas teorias observa-se quais são as opiniões dos autores em relação à motivação e o que pensa cada um sobre o assunto. Muitos dizem que a motivação depende da interação entre o indivíduo com a ocasião, entende-se então

¹ Acadêmica do curso de Administração UNIC-FAIR – Rondonópolis/ MT

² Professor, coordenador do curso de Administração e orientador – UNIC- FAIR – Rondonópolis -MT

que, para um colaborador, seja ele público ou privado, estar motivado é trabalhar em um ambiente agradável, ser valorizado pelo serviço realizado, ter condições favoráveis de realizar seu serviço, tudo isso na busca de sua satisfação e consequentemente na realização de um serviço de qualidade.

A carreira pública é o objetivo de pelo menos metade da população brasileira, isso se dá pela estabilidade que o serviço público oferece, mas infelizmente dentro dessas organizações existem aqueles que aproveitam dessa estabilidade para fazer o seu serviço de qualquer maneira, todavia não se pode generalizar, há profissionais no setor público que têm compromisso com seu trabalho e prestam à população um serviço de qualidade, desmentindo o dizer popular de que “funcionário público não trabalha”.

2. METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi feito uma pesquisa bibliográfica, que segundo Severino (2007, p. 122) é aquela que se realiza a partir do registro disponível, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrado.

Foi realizado uma entrevista pré-estruturada com servidores públicos da educação contendo seis questões de múltipla escolha e uma dissertativa. Observando Marconi e Lakatos (2010, p. 278) encontra-se que entrevista pré-estruturada é quando o pesquisador segue um roteiro previamente estabelecido, as perguntas feitas ao individuo são predeterminadas.

Por último, os dados coletados foram descritos de forma quali-quantitativos, analisados e representados em forma de quadros, Marconi e Lakatos (2010, p. 269) conceitua o método qualitativo como a análise e interpretação de aspectos mais profundos, descrevendo a complexibilidade do comportamento humano, já o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Motivação

Segundo o dicionário Aurélio (1993, p.374) motivação é um conjunto de fatores, os quais agem entre si, e determinam a conduta de um individuo. Já Robbins (2002, pg. 151) define motivação como: o processo responsável pela intensidade,

direção e persistência dos esforços de uma pessoa para alcançar determinada meta. Ainda em Robbins (2002, p.152) encontra-se que, os indivíduos motivados se mantêm na realização da tarefa até que seus objetivos sejam atingidos, ou seja, o grau de importância de uma tarefa é que define o quanto o indivíduo estará motivado a realizá-la.

Maximiano (2006, p. 249 e 250) descreve que:

O estudo da motivação é um dos temas centrais do enfoque comportamental, porque é necessário compreender os mecanismos que movimentam as pessoas, para os comportamentos de alto desempenho, indiferença ou improdutividade, a favor ou contra os interesses da organização e da administração.

Ou seja, é necessário estudar a motivação para entender os fatores que fazem as pessoas se sentirem motivadas e a terem um bom desempenho ou não dentro de uma organização, a favor ou contra seus interesses.

Maximiano (2006, p. 250) adverte que “uma pessoa motivada usualmente significa alguém que demonstra alto grau de disposição para realizar uma tarefa ou atividade de qualquer natureza.” Megginson, Mosley e Pietri (1998, p. 365) descrevem uma das melhores afirmativas para a necessidade de motivação feita por Clarence Francis, presidente da General Foods, dizendo que:

Você pode comprar o tempo de um homem: você pode comprar a presença física de um homem em determinado lugar; você pode até mesmo comprar dele um certo número de movimentos musculares por hora ou por dia; mas não pode comprar entusiasmo. Não pode comprar iniciativa; não pode comprar lealdade; não pode comprar devoções de corações, mentes e almas. Essas coisas você precisa ganhar.

Por tudo que dizem os teóricos podemos concluir que motivação não é algo pessoal e sim periódico, uma pessoa não estará sempre motivada, tudo vai depender da necessidade e desejo que ela tem em realizar um objetivo, Maximiano (2006, p. 252) afirma isso dizendo que:

O comportamento é sempre motivado por alguma causa interna ao próprio indivíduo (motivos internos) ou alguma causa externa, do ambiente (motivos externos). Motivação não significa entusiasmo ou disposição elevada; significa apenas que todo comportamento sempre tem uma causa.

Quanto aos fatores que motivam o ser humano eles são diversos, pois cada pessoa tem objetivos diferentes e se motivam por fatores diferentes, veremos então algumas teorias motivacionais que estudam os diversos fatores que motivam as pessoas.

3.1.1. Teorias sobre Motivação

As mais populares teorias de conteúdo segundo Megginson, Mosley e Pietri (1998, p. 350) são: a hierarquia de necessidades do psicólogo Abraham Maslow, a necessidade de realização do pesquisador e autor David McClelland e a teoria da motivação e manutenção de Frederick Herzberg. As teorias de conteúdo, também chamadas de teorias da necessidade, se preocupa com a questão das causas pelas quais as pessoas agem, levando a uma identificação de necessidades, incentivos e percepção.

3.1.1.1 Teoria de Maslow

A teoria de Maslow baseia-se nas necessidades humanas, Robbins (2002 p.152) afirma que a mesma é a teoria sobre motivação mais conhecida, onde Abraham Maslow, através de uma pirâmide, revela que dentro de cada ser humano existe uma hierarquia de cinco necessidades.



Figura 01 Fonte: conexaorh.com.br

De acordo com a teoria de Maslow, as necessidades são atendidas sucessivamente, a tendência é progredir ao decorrer de cada uma, buscando satisfazer uma após a outra norteando-se para a auto realização, ou seja, é um processo gradativo, não pode pular as etapas, só se passa para a etapa seguinte se a anterior for atendida.

3.1.1.2 Teoria de McClelland

Outra teoria que se baseia na ideia das necessidades foi proposta por David McClelland, considerando Maximiano (2006, p. 264 e 265), pode analisar-se que McClelland identificou e estudou três necessidades específicas, que se encaixam nas propostas por Maslow, ou a elas acrescentam, são elas;

- Necessidade de realização: sucesso, avaliado segundo algum padrão de excelência;
- Necessidade de filiação: relacionamento e amizade;
- Necessidade de poder: controle ou influência direta ou indiretamente sobre outras pessoas.

Segundo McClelland, citando ainda Maximiano (2006, p. 265) as pessoas que têm necessidade de realização, escolhem metas que são desafiadoras, preferindo as situações cujos resultados pode controlar; precisam de feedback específico sobre seu empenho e dedicam tempo a pensar sobre realizações de alto nível.

Levando essa teoria para as organizações públicas, que é o foco principal do artigo, as necessidades estudadas por McClelland resumem na valorizam da auto realização e nas relações humanas e devem ser de grande influência para as organizações públicas como um fator a ser melhorado, pois o ser humano têm anseios diferentes, uns valorizam o bom relacionamento humano dentro das organizações, já outros têm a necessidade de realização pessoal, necessidade de poder e de influenciar outras pessoas e até mesmo o ambiente de trabalho.

3.1.1.3. Teoria dos dois fatores

A teoria dos dois fatores, de Frederick Herzberg esclarece a maneira que o ambiente de trabalho e o trabalho se interagem a fim de produzirem motivação, Maximiano (2006, p. 267) relata que segundo Herzberg, a motivação resulta de fatores que podem ser divididos em duas categorias principais, os fatores motivacionais e os fatores higiênicos.

Os fatores motivacionais ou intrínsecos são os fatores que estão relacionados ao trabalho, ao sentido de desempenhar algo importante, a chance de subir de cargo, ao reconhecimento pelo trabalho bem feito, já os fatores higiênicos ou extrínsecos se relacionam com as condições de trabalho, ou seja com a maneira que o mesmo é supervisionada, o relacionamento com os colegas, segurança do trabalho, as condições físicas e a remuneração.

Maximiano (2006, p. 268) afirma que Herzberg descobriu em suas pesquisas que as pessoas gostam mais de seu trabalho do que do ambiente de trabalho,

principalmente quando sua função é correspondente com suas capacidades ou objetivos.

4. SERVIÇO PÚBLICO

Conceituando serviço público, Kohama (2003, pg. 21) considera-o como um conjunto de atividades e bens que são exercidos ou colocados à disposição da coletividade, visando abranger e proporcionar o maior grau de bem-estar social ou “da prosperidade pública”.

Segundo Kohama (2003, pg. 21) o serviço público é organizado com a finalidade de harmonizar sua atividade, de forma que atinja o objetivo que é de promover e satisfazer à prosperidade pública, ou seja, o bem comum.

Entretanto o que se vê é o contrário, o serviço público não tem cumprido com um dos seus objetivos que é a satisfação do cidadão, que espera do serviço público um atendimento de qualidade e eficaz, muita das vezes o que acontece é o oposto, descumprindo com a finalidade do serviço público. Infelizmente, o atendimento de alguns funcionários públicos deixam a desejar, não há respeito com o cidadão, que se submete a esse serviço mesmo de péssima qualidade pela falta de condições de procurar o setor privado.

No entanto vale ressaltar que a desmotivação dos servidores públicos não se dá por acaso, existem diversos fatores que levam os mesmos a não prestarem um serviço de qualidade à sociedade, que por outro lado tem sua parcela de culpa, por não entender as dificuldades enfrentadas pelo servidor público.

5. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS.

No dia 25 de maio de 2011, foi feita uma pesquisa quali-quantitativa na escola Atrativa André Maggi, onde foram entrevistados dezessete professores, que estão atuando nessa função entre quatro meses e vinte e seis anos, ocasião em que participaram da entrevista. Utilizou-se a estruturação em formato de quadro conforme figura 1, para melhor se analisar e interpretar os dados coletados, de tal modo que se obtenha a resposta ao problema principal de investigação.

Analisando as respostas, percebe-se que o prazer pelo que faz é o fator que motiva pelo menos metade dos entrevistados, embora alguns unificassem esse fator a outros, como a carga horária, o salário e a estabilidade. A carreira que um professor constrói tem um foco no ensino e isso faz com que a função dos mesmos não mude

deixando muitos desmotivados, em contrapartida foi entrevistada uma profissional de educação que está a mais de 25 anos nessa função e isso faz com se sinta motivada.

Considerando o teórico McClelland (Maximiano 2006), que estudou as três necessidades específicas do ser humano, comparamos as respostas dos entrevistados e concluí-se que o reconhecimento do trabalho motiva o ser humano a ser um profissional de qualidade, isso ficou evidente ao ser constatado através da entrevista, onde quase metade dos entrevistados disseram que o seu trabalho é reconhecido motivando-o a ser um bom profissional.

Apesar da motivação que existe em alguns dos entrevistados, a valorização foi citada como sendo um dos fatores que faz com que boa parte dos mesmos não se sintam realizados profissionalmente, e eles acreditam que há muito que ser feito para serem profissionais realizados e poucos são os que alcançaram a realização profissional. No entanto, percebe-se que mais da metade estão em busca de aperfeiçoamento e os que não o fazem disseram ser por causa das condições salariais que os impossibilitam.

Os profissionais entrevistados foram questionados sobre quais os fatores necessários para motivá-los e os mesmos responderam que plano de carreira; salário satisfatório; melhores condições de trabalho; reconhecimento dos governantes; valorização pessoal; trabalho em equipe; investimentos na educação; parceria com instituições públicas como saúde e segurança; participação da família na escola; respeito dos alunos; aperfeiçoamento profissional através de palestras, oficinas, cursos de auto-ajuda; hora-atividade, dentre outros. Portanto, melhores condições de trabalho aos servidores públicos da educação são o que esperam os professores públicos de Rondonópolis.

Sendo assim, analisando as respostas e comparando-as com a Teoria de McClelland (Maximiano 2006), que estudou as necessidades humanas em três aspectos, conclui-se que a mesma pode ser encaixada dentro do ambiente escolar pesquisado, pois dentre as respostas pode-se observar que uns tem necessidade de realização, outros de filiação e outros de poder.

Quadro 1:

1) Diante da realidade do ensino público brasileiro, qual fator lhe motiva a ser um bom profissional?	Percentual %
a) estabilidade.	23,52
b) prazer pelo que faz.	41,16
c) prazer pelo que faz e carga horária.	5,88
d) prazer pelo que faz e salário.	5,88
e) prazer pelo que faz e estabilidade.	5,88
f) salário.	5,88
g) nenhuma das alternativas.	11,76
2) Seu cargo não passa por mudanças, sua função também não, como isso te deixa?	Percentual
a) pouco motivado.	29,4
b) muito motivado.	11,76
c) pouco desmotivado.	41,16
d) totalmente desmotivado.	17,64
3) Em relação ao reconhecimento do seu trabalho pelos seus gestores, como você identifica?	Percentual
a) meu trabalho não é reconhecido pelos meus gestores.	11,76
16 há uma certa dificuldade por parte dos gestores em reconhecerem o meu trabalho.	17,64
17 meu trabalho é reconhecido, me motivando a continuar sendo um bom profissional.	47,04
d) as vezes reconhecem o meu trabalho, as vezes não.	23,52
4) Você se sente realizado com o salário recebido, o reconhecimento profissional e as condições de trabalho que lhe são proporcionados?	
a) não, pois estou insatisfeito(a) com as condições de trabalho e com o salário.	17,64
b) não, pois apesar de ser um bom profissional, não sou valorizado(a) pelo meu trabalho.	35,28
c) ainda há muito o que fazer para me sentir realizado(a) profissionalmente.	41,16
d) sim, me sinto realizado(a) profissionalmente.	5,88
5) Você aperfeiçoa seus conhecimentos com cursos, palestras ou seminários?	Percentual
a) sim, sempre busco adquirir mais conhecimentos.	52,92
b) as vezes, pois não tenho tempo, mas acho extremamente importante.	35,28

c) não, pois as condições salariais me impossibilitam.	11,76
6) Quais são suas perspectivas em relação ao serviço público de Rondonópolis?	Percentual
a) muitas, tenho esperança que um dia possa melhorar.	35,28
b) melhores condições de trabalho aos servidores públicos da educação.	64,88

5. CONCLUSÃO

Levando em consideração as definições de motivação, pode-se concluir que no serviço público da educação a desmotivação tem ocorrido por diversos fatores, e um dos mais evidentes é o falta do reconhecimento por parte de alguns professores e as condições desfavoráveis de trabalho. Apesar da insatisfação de muitos servidores públicos, considera-se o prazer pela profissão um dos fatores que ainda os motivam a serem bons profissionais. No entanto, deve-se ficar claro que o servidor público, como ser humano tem necessidades e as mesmas só serão satisfeitas com salários favoráveis, ambiente de trabalho satisfatório e reconhecimento por parte da população e dos governantes. Sendo assim, resta a cada um fazer a sua parte, ao invés de julgar os mesmos e entender o que leva alguns funcionários públicos a serem ineficientes em suas funções.

REFERÊNCIAS

- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública**. São Paulo: Atlas, 2003.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. São Paulo: Atlas, 2006.
- MEGGINSON, Leon C.; MOSLEY, Donald C.; JUNIOR, Paul H. Pietri. **Administração conceitos e aplicações**. São Paulo: Harbra, 1998.
- ROBBINS, Stephen Paul. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

A DECLARAÇÃO ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA – EXERCÍCIO 2012/ANO – CALENDÁRIO 2011

Gisele Moreira de Oliveira¹

Maria Isabel Della Valle Obersteiner²

RESUMO:

O Brasil vive um momento de crescimento na demanda por mão de obra em todos os setores do mercado e conseqüentemente a remuneração dos profissionais aumenta. Com esse aumento, o governo consegue arrecadar mais tributos, sendo um deles o imposto de renda cobrado das pessoas físicas através de uma alíquota que pode variar de 7,5% até 27,5% sobre os rendimentos. Durante o ano de 2012, quem auferir renda mensal maior do que R\$ 1.637, 11 deve ter uma retenção que varia de 7,5% a 27,5% sobre seu rendimento, ou seja, as fontes pagadoras dos salários cobram o imposto de renda antecipado aos cofres do governo, porém, existe a possibilidade deste valor retornar ao contribuinte durante o ano de 2013. Para que se consiga reaver este valor, o contribuinte, em 2013, deverá elaborar a Declaração Anual de Imposto de Renda e apresentá-la sem erros a Receita Federal do Brasil. Este artigo tem como objetivo divulgar parte dos resultados de uma pesquisa qualitativa que culminou na elaboração de uma monografia. Aqui apresentaremos a revisão bibliográfica a respeito do tema Declaração de Imposto de Renda.

PALAVRAS-CHAVE: Imposto, Renda, Pessoa Física, Declaração, Profissional da Contabilidade e Contribuinte.

INTRODUÇÃO

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

² Professora especialista do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

O interesse por este assunto é devido a vontade de entender a legislação e constatar como funciona a declaração do imposto de renda da pessoa física e poder atender futuros clientes que necessitem do meu serviço.

O imposto de renda pertence à competência da União Federal, conforme a Constituição Federal em seu art. 153, inciso III, e o Código Tributário Nacional, art. 43. Este tributo, muito embora conhecido apenas por imposto de Renda, tem a denominação técnica de “Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza”.

Conforme a legislação vigente, tanto a pessoa física quanto a jurídica tem a obrigação de apresentar anualmente a Declaração do Imposto de Renda. Essa declaração constitui-se em um ato complexo que exige do contribuinte atenção redobrada para a realização de uma declaração segura e correta.

- do conhecimento público que a Receita Federal disponibiliza, via internet, um programa que pode ser preenchido pelo próprio contribuinte. Mas só isso não é suficiente para a segurança da declaração.

A Declaração Anual do Imposto de Renda é o resultado da ocorrência de inúmeros eventos tributados ou não e, portanto, a assessoria de um Contador se faz necessária.

Consta que a cada ano aumenta consideravelmente o número de pessoas físicas que são obrigadas a apresentar a Declaração Anual do Imposto de Renda. A Receita Federal do Brasil divulgou que foram entregues no ano de 2012, mais de 25 milhões de declarações de Imposto de Renda da Pessoa Física referente ao calendário 2011.

Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), no ano de 2011 foram arrecadados mais de 250 bilhões com imposto de renda em geral, ou seja, de pessoas físicas e jurídicas, porém, pode – se estimar que uma grande parte deste valor é referente a pessoa física.

Com o grande volume de declarações e expressivos valores arrecadados, sempre há risco de ocorrência de equívocos do contribuinte na declaração das informações para a Receita Federal.

Sem dúvida a Declaração Anual relativa ao tributo em análise, para a maioria dos contribuintes, representa uma grande preocupação já que se trata de um ato complexo, que exige conhecimento e habilidade do declarante.

Pretende-se apresentar uma pesquisa acerca da Declaração Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com o objetivo de demonstrar a imprescindibilidade do profissional da contabilidade no processo de consultoria de dúvidas do contribuinte no decorrer do ano-calendário, na elaboração, apresentação e monitoramento da declaração até a análise final pela Receita Federal.

SURGIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA

No mundo

O Imposto de Renda nasce no século XVI na Inglaterra por causa da guerra. A Inglaterra estava precisando de recursos para bancar a Guerra contra Napoleão Bonaparte. O nome não era o atual, mas foi chamado de “empréstimo de lealdade”.

O modelo inicial arrecadava 10% sobre a renda do ano acima de 60 libras, conforme o site da Receita Federal do Brasil: “[...] taxa era de 10% para renda total no ano acima de 60 libras. Podia ser paga em até seis quotas.”

Em 1802 o imposto foi suspenso e em 1803 voltou a vigorar sendo suspenso novamente em 1816 pelo final da guerra retornando somente em 1842 devido a falta de recursos da Inglaterra.

Conforme citado no site da Receita Federal do Brasil:

No final do século XVIII, a Inglaterra estava ameaçada por Napoleão Bonaparte e necessitava angariar recursos para o financiamento da guerra. [...]

Em 1802, o imposto sobre a renda foi suprimido, não por causa da demissão de Pitt, que ocorrera pouco antes, mas como consequência da paz transitória entre Inglaterra e França. Um ano após, as hostilidades recomeçaram. Novamente, o imposto sobre a renda foi lembrado como fonte de recursos. Addington, que sucedera a Pitt, restabeleceu o imposto em 1803, com uma série de aperfeiçoamentos: [...]

Em junho de 1815, Napoleão Bonaparte foi derrotado em Waterloo, Bélgica. Terminava a guerra. Apesar do excelente resultado, o imposto sobre a renda havia sido instituído como forma de angariar receita para financiar a guerra. Não havia clima político para mantê-lo e foi novamente suprimido em 1816. O governo inglês foi obrigado a buscar outras fontes de renda. [...] Inglaterra passou por um período de crises e déficits orçamentários. Em Robert Peel, que chefiava o governo nos primeiros anos da era vitoriana, restabeleceu o imposto sobre a renda, apesar de, em outras épocas, ter sido feroz crítico e adversário intransigente desse tributo.

Estes são os principais pontos do início do Imposto de Renda no mundo.

No Brasil

No ano de 1843, surgiu a primeira versão do imposto de renda com o nome de “Imposto Progressivo” e as mudanças e adaptações foram ocorrendo durante todos estes anos. Conforme citado no site da Receita Federal, o imposto vigorou por dois anos, com a função de formar a receita e fixar a despesa perante os cofres públicos:

A primeira disposição no Brasil sobre o imposto de renda, não especificamente com este nome, surgiu no início do segundo reinado com a Lei n° 317 de 21 de outubro de 1843, que fixou a despesa e orçou a receita para os exercícios de 1843-1844 e 1844-1845. O artigo 23 estabeleceu um imposto progressivo sobre os vencimentos percebidos pelos cofres públicos e vigorou por dois anos. Assemelhava-se a uma tributação exclusiva na fonte.

Em 1867 iniciou-se uma movimentação para aprovação do Imposto de Renda e em 1898 o projeto do Imposto de Renda foi aprovado pela Comissão de Orçamento, porém, na Assembleia, o mesmo não foi aprovado. Os deputados viram vários pontos, sendo um deles o de que os contribuintes não estavam preparados para estas mudanças.

Conforme art. 31 da Lei n° 4.625 de 31 de dezembro de 1922, ficou instituída a obrigação do pagamento do Imposto por Pessoa Física e Jurídica dentro de território nacional:

Art.31. Fica instituído o imposto geral sobre a renda, que será devido, annualmente, por toda a pessoa physica ou jurídica, residente no território do paiz, e incidirá, em cada caso, sobre o conjunto liquido dos rendimentos de qualquer origem.

I. As pessoas não residentes no paiz e as sociedades com sede no estrangeiro pagarão o imposto sobre a renda liquida que lhes for apurada dentro do território nacional.

II. • isenta do imposto a renda annual inferior a 6:000\$ (seis contos de reis), vigorando para a que exceder dessa quantia a tarifa que for annualmente fixada pelo Congresso Nacional.

III. será considerado liquido, para o fim do imposto, o conjunto dos rendimentos auferidos de qualquer fonte, feitas as deducções seguintes:

4 impostos e taxas;

5 juros de dívidas, por que responda o contribuinte;

6 perdas extraordinárias, provenientes de casos fortuitos ou força maior, como incêndio, tempestade, naufrágio e accidentes semelhantes a esses, desde que taes perdas não sejam compensadas por seguros ou indenizações;

as despesas ordinárias realizadas para conseguir assegurar a renda.

I. Os contribuintes de renda entre 6:000\$ (seis contos de reis) e 20:000\$ (vinte contos de reis) terão deducção de 2% (dous por cento) sobre o

montante do imposto devido por pessoa que tenha a seu cargo, não podendo exceder, em caso algum, essa dedução a 50% (cincoenta por cento) da importância normal do imposto.

II. O imposto será arrecadado por lançamento, servindo de base a declaração do contribuinte, revista pelo agente do fisco e com recurso para autoridade administrativa superior ou para arbitramento. Na falta de declaração o lançamento se fará ex-officio. A impugnação por parte do agente do fisco ou o lançamento ex-officio terão de apoiar-se em elementos comprobatórios do montante de renda e da taxa devida.

III. A cobrança do imposto será feita cada anno sobre a base do lançamento realizado no anno immediatamente anterior.

IV. O Poder Executivo providenciará expedindo os precisos regulamentos e instruções, e executando as medidas necessárias, ao lançamento, por forma que a arrecadação do imposto se torne efectiva em 1924.

V. Em o regulamento que expedir o Poder Executivo poderá impor multas até o Máximo de 5:000\$ (cinco contos de réis). (RECEITA FEDERAL, 2008)”

Em 1922, o imposto sobre a renda passou a fazer parte da sociedade brasileira, incidindo somente sobre a renda. Esse período foi de grandes mudanças e ajustes para os brasileiros e governo também.

No ano de 1923 foi criada uma classificação dos rendimentos em quatro categorias, conforme art. 3º da Lei 4783:

Art. 3º: O imposto sobre a renda creado pelo art. 31 da Lei nº 4625 de 31 de dezembro de 1922, recahirá sobre os rendimentos produzidos no paiz e derivados das origens seguintes:

- 1 Categoria – Comercio e qualquer exploração industrial, exclusive agrícola;
- 2 Categoria – Capitães e valores mobiliários;
- 3 Categoria – Ordenados públicos e particulares, subsídios, emolumentos, gratificações, bonificações, pensões e remunerações sob qualquer título e forma contractual;
- 4 Categoria – Exercício de profissões não commerciaes e não comprehendidas em categoria anterior.

§6 As pessoas phisicas e jurídicas que pagarem rendimentos produzidos no paiz serão obrigadas a prestar os esclarecimentos solicitados pelos agentes fiscaes quanto s pessoas que os receberem e as importancias pagas.

§8 º As taxas do imposto recahido sobre os rendimentos de cada uma das categorias referidas neste artigo, serão as constantes da seguinte tabella:

- Até 10:000\$ e 20:000\$, isentos;
- Entre 20:000\$ e 30:000\$, 1% (um por cento);
- Entre 30:000\$ e 60:000\$, 2% (dous por cento);
- Entre 60:000\$ e 100:000\$, 3% (tres por cento);
- Entre 100:000\$ e 200:000\$, 4% (quatro por cento);
- Entre 200:000\$ e 300:000\$, 5% (cinco por cento);
- Entre 300:000\$ e 400:000\$, 6% (seis por cento);
- Entre 400:000\$ e 500:000\$, 7% (sete por cento);
- Acima de 500:000\$, 8% (oito por cento).”

Este modelo de apuração é parecido com a atual e muito moderna para época. Neste período, os agentes fiscais não podiam solicitar os documentos para a contabilidade, conforme a informação no site da Receita Federal do Brasil:

Nos termos do artigo 3º parágrafo 7º da Lei nº 4.783 de 31 de dezembro de 1923. as declarações dos contribuintes estavam sujeitas à revisão dos agentes fiscais, que não podiam solicitar a exibição de livros de contabilidade, documentos de natureza reservada ou esclarecimentos, devassando a vida privada”

Neste período também aconteceram fatos legais como a aprovação do primeiro regulamento do imposto de renda, a obrigação de apresentação da declaração de rendas, primeiros modelos de formulários, isenções de impostos e primeiro adiamento no prazo de entrega. Importante destacar em resumo, os principais acontecimentos sobre o Imposto de Renda na história.

1922 a 1924 - A Instituição do Imposto de Renda no Brasil 1925 A 1929 - As Primeiras Reformas

1930 A 1939 - A Adaptação do Imposto

1940 A 1943 - O Imposto de Renda Alcança o Primeiro Lugar em Arrecadação 1944 A 1963 - A Consolidação do Imposto

1964 A 1967 - A Reforma tributária

1968 A 1981 - Começa a Era da Secretaria da Receita Federal

1982 a 1990 - O Lançamento por Homologação e o Sistema de Bases Correntes

1991 a 1996 - Começa a Informatização no Preenchimento da Declaração 1997 a 2006 - O avanço tecnológico: segurança, rapidez e facilidade no preenchimento e na entrega da declaração.

2007 a 2009 – Consolidação da Receita Federal do Brasil

CONCEITO DE IMPOSTO DE RENDA

O Imposto de Renda é um tributo de competência da União Federal, conforme art. 153, inciso III da Constituição Federal (CF) e art. 43 do Código Tributário Nacional (CTN). Segundo o art. 153 do CTN, inciso III diz:

Compete a União instituir impostos sobre: III – renda e proventos de qualquer natureza” [...] • 2º “O imposto previsto no inciso III: I – será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei.

O Tributo em análise visa servir de instrumento de redistribuição de renda no país para manter em equilíbrio o desenvolvimento econômico das regiões Brasileiras objetivando reduzir as desigualdades inter-regionais.

O Imposto de Renda incide sobre a renda, ou seja, o produto de capital e do trabalho e de proventos de qualquer natureza, isto é, o acréscimo patrimonial não é compreendido no conceito de renda, pois é tratado como ganho de capital. Conforme art. 44 do CTN, “A base de cálculo do imposto é o montante, real, arbitrado ou presumido, da renda ou dos proventos tributáveis.” Por tratar-se de tributo sobre a renda, é imprescindível conceituar a renda, assim, Baleeiro diz em seu livro (1973, p. 323): “Renda é atributo quase sempre periódico da fonte permanente da qual promana, como elemento novo criado e que com ela não se confunde”.

Machado (2006, p. 327) diz: “[...] podemos afirmar que o âmbito material de incidência do imposto de renda é a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda”.

O imposto de renda pessoa física é cobrado sobre os rendimentos do capital e do trabalho. São os salários, comissões, demais proventos e ganhos obtidos com aplicações de capital, financeira e alugueis.

A base de cálculo é computada com as despesas (deduções) e com os pagamentos e os rendimentos ocorridos durante o ano anterior ao da entrega da declaração.

IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA

O imposto de renda da pessoa física para ser arrecadado aos cofres públicos deve ter um fato gerador, um sujeito passivo e também uma função para o governo, pois ele incide sobre uma renda percebida pelo contribuinte.

Um tributo cobrado sobre os rendimentos da pessoa física durante o decorrer o ano calendário e é passível de restituição ao bolso do contribuinte no ano seguinte, desde que seja elaborada uma declaração que prove tal possibilidade.

Fato gerador

O fato gerador do imposto de renda é o momento quando ocorre a movimentação da situação econômica que por lei é exigido o Imposto, por exemplo, no momento do recebimento de um salário ou remuneração, do aumento de bens, da compra, da venda de imóveis.

Veja o art. 3º do RIR/99:

Art. 3º A renda e os proventos de qualquer natureza percebidos no País por residentes ou domiciliados no exterior ou a eles equiparados, conforme o disposto nos arts. 22, • 1º, e 682, estão sujeitos ao imposto de acordo com as disposições do Livro III (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 97, e Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, art. 3º, • 4º)."

Função e aplicação

Entende-se que a função do Imposto de Renda é subsidiar os gastos com o funcionamento das estruturas do governo e ainda espera-se que boa parte destes recursos sejam aplicados em benefícios da população como um todo.

O pagamento do imposto é um dever do cidadão. É também um dever do Estado informar para onde vão os recursos recolhidos.

O dinheiro que paga-se em imposto é utilizado diretamente pelo Governo Federal. São destinados < saúde, < educação, aos programas de transferência de renda e de estímulo < cidadania, como o Fome Zero e o Bolsa Família. Parte dos recursos obtidos com impostos destina-se aos programas de geração de empregos e inclusão social, tais como:

- plano de reforma agrária;
- Crédito rural para a expansão da agricultura familiar;
- Plano de construção de habitação popular;
- Saneamento e reurbanização de Áreas degradadas nas cidades.
- Construção e recuperação de estradas;
- Investimentos em infraestrutura;
- Construção de portos, aeroportos;

- Incentivos para a produção agrícola e industrial;
- Segurança pública;
- Estímulo à pesquisa científica, ao desenvolvimento de ciência e tecnologia;
- Cultura e esporte, e
- Defesa do meio ambiente.

Contribuinte

O contribuinte é a pessoa física ou jurídica que realiza movimentações que por Lei são exigidos Tributos e Contribuições sobre as mesmas, é o sujeito passivo.

A pessoa física recebe, paga, compra, vende, ou seja, realiza diversas operações que são ou não tributadas conforme a lei, tributos e contribuições que a pessoa física contribui conforme exigido. O RIR/99 (Regulamento do Imposto de Renda) fala sobre quem é o contribuinte em seu art. 2º:

Art. 2º As pessoas físicas domiciliadas ou residentes no Brasil, titulares de disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou proventos de qualquer natureza, inclusive rendimentos e ganhos de capital, são contribuintes do imposto de renda, sem distinção da nacionalidade, sexo, idade, estado civil ou profissão (Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, art. 1º, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 43, e Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991 art. 4º).

Sabe-se que todas as pessoas físicas são contribuintes, queira ou não, por que toda a tributação recolhida para se produzir, vender e revender vários produtos e serviços é sempre o consumidor final que paga.

OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAR A DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA

Estão obrigados a elaborar e a apresentar a declaração de ajuste anual do Imposto de Renda Pessoa Física do ano base 2011, os contribuintes que se enquadram nas seguintes situações:

- Rendimentos tributáveis superiores a R\$ 23.499,15 (vinte e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quinze centavos).
- Rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- Obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;

Relativamente à atividade rural:

a. Obteve receita bruta em valor superior a R\$ 117.495,75 (cento e dezessete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta e cinco centavos);

b. Pretenda compensar, no ano-calendário de 2011 ou posteriores, prejuízos de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2011;

Teve, em 31 de dezembro, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

Passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês e nesta condição se encontrava em 31 de dezembro;

Optou pela isenção do imposto sobre a renda incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, cujo produto da venda seja destinado à aplicação na aquisição de imóveis residenciais localizados no País, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da celebração do contrato de venda, nos termos do art. 39 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

O RIR/99 cita em seu Livro IV, capítulo I e art. 787 sobre a obrigatoriedade de apresentação:

Art. 787. As pessoas físicas deverão apresentar anualmente declaração de rendimentos, na qual se determinará o saldo do imposto a pagar ou o valor a ser restituído, relativamente aos rendimentos percebidos no ano-calendário (Lei nº 9.250, de 1995, art. 7º)."

A seguir vamos esclarecer o objetivo de se apresentar a declaração do Imposto de Renda.

O OBJETIVO DE APRESENTAR A DECLARAÇÃO

A Declaração de Ajuste Anual é uma das obrigações que o brasileiro Pessoa Física tem em relação à Receita Federal, em que se verifica o imposto declarado pelo contribuinte com o realmente devido.

Caso o contribuinte tenha imposto a pagar pode ser parcelado em até oito vezes mensais (até o ano de 2005, eram seis), desde que o valor de cada parcela não seja inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Ao dividir os valores a pagar ou a restituir, cobra-se acréscimos de 1% em cada parcela e o pagamento também pode ser feito por meio de débito automático na conta bancária do contribuinte.

Se o contribuinte tiver imposto a restituir, a Receita Federal fará a devolução do dinheiro a partir de quinze de junho de cada ano, em lotes definidos e também corrigidos pela taxa SELIC do período.

Então o objetivo principal da declaração do imposto de renda pessoa física é o controle do patrimônio e movimentação de cada brasileiro em cada ano para que a Receita saiba e tenha o controle dos valores a entrar e sair dos cofres públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se com este trabalho que, tanto o profissional contábil quanto o contribuinte, tem sua parcela de responsabilidade com relação à declaração do imposto de renda da pessoa física, pois, sem um acompanhamento pelo profissional e sem informações não consegue-se realizar uma declaração segura para ser entregue à Receita Federal do Brasil.

Faz-se necessário o contribuinte consultar um profissional da contabilidade durante o ano-calendário com finalidade de acompanhar suas movimentações financeiras e patrimoniais para evitar problemas com a prestação de contas com a Receita Federal.

O profissional contábil deve saber que cada contribuinte tem uma situação específica. É necessária uma análise dos documentos e uma entrevista com o contribuinte para identificar cada situação e declará-la de maneira segura à Receita

Federal, pois, não basta baixar o programa da declaração do imposto de renda e preencher os campos.

A cada dia, novas pessoas que antes não eram contribuintes passam a ser e isto se deve ao aumento da remuneração das pessoas físicas, remuneração esta que acaba ultrapassando o teto da tabela progressiva do imposto de renda do ano-calendário.

Observou-se que o Órgão governamental que cuida da análise das declarações é a Receita Federal e a legislação que rege o imposto de renda é o Decreto 3.000 de 26 de março de 1999.

Ainda entende-se onde surgiram os primeiros sinais do imposto de renda no mundo, pois, que foram na Inglaterra no século XVI para financiar guerras. Identificou-se um grande volume de entrega anual de declarações de imposto de renda de pessoa física que neste ano foram mais de 25 milhões de declarações entregues, e alguém precisa orientar e fazer a declaração destes contribuintes.

Conclui-se que o profissional contábil é especial neste processo de declaração de imposto de renda de pessoa física, pois, é capacitado para assessorar o contribuinte a prestar contas com o governo de uma maneira correta e com a finalidade de conseguir uma restituição corretamente e ainda minimizar os riscos fiscais, como, entrega de declaração em atraso, sofrer multas, pagar imposto a mais e ainda ser cobrado pela Receita Federal a prestar informações sobre suas movimentações.

REFERÊNCIAS

BALEEIRO, Aliomar. **Uma Introdução à Ciência das Finanças**. 9 edição Rio de Janeiro: editora Firenze, 1973.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Edição administrativa do texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n° 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n° 1 a 6/1194. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Decreto n. 3.000, de 26 de março de 1999 (Regulamento do imposto de Renda – RIR 99)**, Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 26 de

março de 1999. Disponível

em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3000.htm>

BRASIL. **Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional - CTN)**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 25 de outubro de 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm

CASSONE, Vittorio. **Direito Tributário** : Fundamentos constitucionais da tributação. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LATORRACA, Nilton. **Direito Tributário – Imposto de Renda das Empresas**. 15. ed. São Paulo: editora Atlas, 2000.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 31.ed.São Paulo: Malheiros Editores , 2010.

A EFICÁCIA NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO DA PREFEITURA DE JACIARA – MT

Sandra Santos de Souza ¹

Evaldo Rezende Duarte ²

Braz da Silva Oliveira ³

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é divulgar os resultados parciais de uma pesquisa que resultou em uma monografia. O tema da monografia era a participação da população de Jaciara – MT na elaboração do orçamento. Os resultados apontaram que a adesão da população a essa forma de construir o orçamento tem sido tímida, cabendo ao gestor promover campanhas para esclarecer os conceitos, a importância do envolvimento de toda a comunidade, estimulando e promovendo a capacitação dos cidadãos para que estes realizem a fiscalização e ajude a administração pública na seleção das prioridades. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso com revisão bibliográfica, a qual se fundamenta teoricamente, principalmente, em Angélico (1995), Lacher (1995); Giacomo (2009); Kohama (2000); Pires (2001).

PALAVRAS-CHAVE: Orçamento Público; Gestor Público; Legislação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho divulga alguns resultados de uma monografia cujo objetivo foi verificar se, na elaboração do último orçamento público da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, houve a participação popular tanto na averiguação dos problemas enfrentados pelo município quanto na seleção das prioridades orçamentárias.

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE.

² Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela União das Escolas Superiores de Rondonópolis. Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE. Oficial Administrativo da Prefeitura Municipal de Jaciara – MT. Atualmente, docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: erezende_9@hotmail.com.

³ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica Dom Bosco. Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade de Cuiabá. Mestrado em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco. Atualmente, é docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: professor.braz@hotmail.com.

O orçamento participativo é uma metodologia nova para elaboração dos orçamentos a qual deve ser implantada nas governamentais, inclusive a municipal. Essa investigação torna-se relevante também ao permitir que certos aspectos que envolvem a esfera pública passem amplamente ser conhecidos, discutidos e esclarecidos.

É importante e necessário que todo cidadão conheça o que vem a ser o Orçamento Participativo, os resultados que a comunidade pode obter com a sua utilização, podendo esses resultados ultrapassar a questão do bom emprego dos recursos públicos, sendo possível o alcance de uma sociedade mais justa, confiante, participativa e consciente das ações de seus representantes.

De início, faz-se necessário uma breve explanação sobre o sistema orçamentário e orçamento participativo. Somente em seguida, apresentamos a metodologia utilizada na pesquisa, bem como os resultados obtidos após análise do orçamento, revelando se há interação da atual administração pública com os Jaciarense na elaboração da peça orçamentária e os quais critérios utilizados na sua formulação.

O SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

De maneira especial, podendo assim ser dito, o orçamento tem valor real e expressivo nas entidades públicas principalmente se tratado da parte financeira, sendo seu comportamento diferenciado se comparado com as organizações privadas.

As organizações privadas, como regra geral, mantêm a execução financeira – receitas e despesas – de forma autônoma em relação ao orçamento. Este, quanto existe, cumpre o papel de orientador geral, andando, porém, num circuito paralelo. Neste sentido, é naturalmente aceito que o orçamento das organizações sofra mudanças de rumo, acompanhamento, por assim dizer, o comportamento real das finanças. Na finança governamental, não há semelhante flexibilidade, pelo menos no que diz respeito aos gastos. O orçamento de despesas não é apenas uma peça de orientação; a execução financeira das despesas deve ter sempre como marco definidor as autorizações constantes do orçamento. O comportamento financeiro da instituição pública é produto da execução de determinada programação, a qual se reveste da forma orçamentária. (GIACOMONI, 2009, p. 290)

Para que o administrador público possa acompanhar efetivamente a execução do orçamento, faz-se uso da Contabilidade Pública, sendo um dos ramos

da Contabilidade, a qual foi confeccionada exclusivamente para atender as necessidades dos Órgãos públicos com a finalidade de controlar, registrar e demonstrar todos os atos concernentes a execução dos programas/projetos contidos no orçamento, dos atos e fatos, evidenciando todas as variações do patrimônio público.

O foco da contabilidade pública refere-se ao balanço de resultados, que trata da despesa e da receita, ou seja, de que forma foi arrecadado o dinheiro e como foi aplicado. Observamos o que descreve Angélico (1995)

Examina as operações de créditos, exerce controle interno, acompanhando passo a passo a execução orçamentária, a fim de que ela se processe em conformidade com as normas gerais do Direito Financeiro. (...) Aponta, em seus relatórios finais, o resultado da execução orçamentária e seus reflexos econômico-financeiro. Mostra as variações patrimoniais resultantes ou não da execução orçamentária. Evidencia as obrigações, os direitos e os bens da entidade. (ANGÉLICO, 1995, p. 107)

Kohama (2000), aponta o seguinte:

A Contabilidade Pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, União, Estado, Distrito Federal e Municípios e respectivas autarquias. (KOHAMA, 2000, p. 50)

Com base nisso, podemos dizer que a realização de tais registros visa o cumprimento de diversas etapas que as entidades públicas deverão executar em obediência a diversas normas legais e, portanto, ao final de sua execução será possível vislumbrar se a administração atendeu ao que estava proposto no orçamento público, ou se provocou o endividamento da máquina pública, Caderno 4, do Programa Nacional de Educação Fiscal, 2009.

Desta feita, por meio da técnica “contabilidade pública” é possível mensurar mensalmente a ocorrência de entrada das receitas e do pagamento das despesas, com o intuito de obter o equilíbrio das contas. “A gestão financeira deve obedecer ao princípio do equilíbrio financeiro, ou seja, deve zelar para que os valores gastos não ultrapassem os valores arrecadados. **DESPESA = RECEITA (D = R)**” Caderno 4, do Programa Nacional de Educação Fiscal, 2009, p. 29.

Ao iniciar o processo de execução/cumprimento do orçamento, são observadas três etapas.

Obtenção de Recursos	Gestão dos Recursos	Aplicação dos Recursos
Toda arrecadação advinda do sistema tributário nacional, dos empréstimos e venda/aluguel do patrimônio público.	Compreende a administração e conservação do patrimônio público.	Realização de despesas visando ao alcance das finalidades do Estado e satisfação das demandas da sociedade.

TABELA 01 – Execução Orçamentária FONTE: Caderno 4, do Programa Nacional de Educação Fiscal, 2009, p. 29

Vale lembrar, que a realização dessas etapas deve considerar o que encontra-se estabelecido na LOA, devendo o gestor ficar atento sobre quanto foi arrecadado para que as despesas não ultrapassem ao estipulado, evitando que ocorra o déficit orçamentário. Na incidência de tal fato, o gestor dispõe de algumas alternativas que é o caso da abertura de créditos adicionais, sendo este, uma lei que autoriza a realização de despesas não previstas no orçamento, ou na forma de restos a pagar, obedecidas as condições legais, Caderno 4, do Programa Nacional de Educação Fiscal, 2009.

Com efeito, a Lei Federal n.º 4.320/1964 regulamenta os meios de registro das finanças públicas, além da CF e da LRF n.º 101/2000, que estabelece normas orientadoras das finanças, expõe as punições que os governantes poderão sofrer caso ocorra o descumprimento da legislação em vigor.

Enfim, as atribuições que o gestor público desenvolve para a concretização de sua proposta de trabalho, terão início com o planejamento de quais projetos serão efetivados na elaboração das peças orçamentárias. Logo após a publicação da LOA e do início do novo exercício financeiro, dar-se-á início a realização dos projetos, ocorrências de gastos, e estes necessitarão cumprir “os três estágios da despesa pública são: o empenho, a liquidação e o pagamento. O desrespeito de qualquer um desses estágios, conforme prevê a legislação, poderá ensejar punições para os infratores”, Caderno 4, do Programa Nacional de Educação Fiscal, 2009, p. 30.

Note-se que, todo esse processo de planejamento, elaboração, aprovação, execução e avaliação cumprem a execução do Sistema Orçamentário. “Ao contrário do que acontecia no passado, hoje o orçamento deve ser visto como parte de um sistema maior, integrado por planos e programas de onde saem as definições e os

elementos que vão possibilitar a própria elaboração orçamentária” GIACOMONI, 2009, p. 202.

Ou seja, com a constituição do orçamento, há a necessidade de utilizar inúmeros sistemas que auxiliem a administração pública na conclusão dos trabalhos “através de metodologias especialmente concebidas para tal, que utiliza-se de contas escrituradas nos seguintes sistemas: Sistema Orçamentário; Sistema Financeiro; Sistema Patrimonial e Sistema de Compensação”. (KOHAMA, 2000, p. 50)

Vejam os que diz Kohama (2000), sobre o que vem a ser o Sistema Orçamentário:

Evidencia o registro contábil da receita e da despesa, de acordo com as especificações constantes da Lei de Orçamento e dos Créditos Adicionais, assim como o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada, “ conta dos créditos, e as dotações disponíveis, ou seja, no final do exercício apresenta os resultados comparativos entre a previsão e a execução orçamentária, registrados. (KOHAMA, 2000, p. 51.)

A Lei Federal n.º 4.320/64, em seu Anexo n.º 12 apresenta como deve estar constituído o Balanço Orçamentário das entidades públicas.

Balanço Orçamentário							
RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES				CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES			
Receita Tributária							
Receita de Contribuições							
Receita Patrimonial				ESPECIAIS			
Receita Agropecuária							
Receita Industrial							
Receita de Serviços				EXTRAORDINÁRIOS			
Transferências Correntes							
Outras Receitas Correntes							
RECEITAS DE							

CAPITAL							
Operações de Crédito							
Alienação de Bens							
Amortiz. De Empréstimos							
Transferências de Capital							
Outras Receitas de Capital							
SOMA				SOMA			
DÉFICITS				SUPERÁVITS			
TOTAL				TOTAL			

TABELA 02 – Balanço Orçamentário

Assim, para que a equipe de trabalho possa realizar os empenhos das despesas, estes necessitam observar em qual das classificações das despesas aquela deverá ser registrada, ocorrendo do mesmo modo o registro das receitas obtidas. Tanto as despesas como as receitas podem ser classificadas como correntes ou de capital, o que irá variar o grupo ao qual serão vinculadas. Nesta fase é observada a existência de dotação para ingresso de tal despesa.

Categorias Econômicas	RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Fontes de recursos	Receita Tributária	Operações de Crédito
	Receita de Contribuições	Alienação de Bens
	Receita Patrimonial	Amortização de Empréstimos
	Receita Agropecuária	Transferências de Capital
	Receita Industrial	Outras Receitas de Capital
	Receita de Serviços	
	Transferências Correntes	
	Outras Receitas Correntes	

TABELA 03 – Classificação das Receitas FONTE: Caderno 4, do Programa Nacional de Educação Fiscal, 2009, p. 32

Categorias Econômicas	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
Grupo de despesa	Pessoal e encargos Sociais	Investimentos
	Juros e Encargos da Dívida	Inversões Financeiras
	Outras Despesas Correntes	Amortização da Dívida
		Outras Despesas de Capital

TABELA 04 – Classificação das Despesas FONTE: Caderno 4, do Programa Nacional de Educação Fiscal, 2009, p. 34

Após estes registros os Órgãos públicos poderão verificar o seu Balanço Orçamentário. “O Balanço Orçamentário é apurado mensalmente, para que as contas públicas possam ser, além de controladas pelo gestor público, monitoradas pela sociedade.” Caderno 4, do Programa Nacional de Educação Fiscal, 2009, p. 34.

No Balanço Orçamentário são registradas as despesas e receitas previstas na LOA, as realizadas no exercício até o presente momento, o valor da diferença entre o que foi estabelecido no orçamento e os consolidados.

Receitas	Previsto ou Inicial	Executado ou Realizado	A Realizar
Relaciona os títulos por categoria econômica e por fontes de recursos	Apresenta o montante da receita prevista na LOA para o exercício	Apresenta o valor realizado durante a execução da receita até o mês de apuração	Observa-se a diferença entre a receita prevista e a receita executada

TABELA 05 – Balanço Orçamentário (Lado das Receitas)

FONTE: Caderno 4, do Programa Nacional de Educação Fiscal, 2009, p. 35

Despesas	Previsto ou Inicial	Empenhado	Liquidado	A Realizar
Relaciona os títulos por categoria econômica e por grupo de despesa	Apresenta o montante da despesa fixada na LOA para o exercício	É o valor da despesa que já está reservada para se usada	É o valor da despesa que já finalizou o processo de liquidação	Observa-se a diferença entre a despesa prevista e a despesa executada

TABELA 06 – Balanço Orçamentário (Lado das Despesas)

FONTE: Caderno 4, do Programa Nacional de Educação Fiscal, 2009, p. 35

Quanto ao regime contábil adotado pelas instituições públicas, registram-se dois ao mesmo tempo, o de Competência e o de Caixa. Angélico (1995, p. 113) discorre sobre a ocorrência de um regime misto. Segundo ele, isso ocorre devido ao fato das despesas que ora empenhadas devem vincular ao exercício financeiro ao qual houve o registro, embora não tenha ocorrido o devido pagamento. Como no Brasil o exercício financeiro é compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro, se a quitação de tal despesa não ocorrer nesse período, “mesma deverá ser escriturada na conta “Restos a Pagar”, sendo o regime adotado para esse caso o de competência.

Com relação “s receitas o regime empregado é o de caixa, pois a sua relação vital se conclui no momento em que os valores inscritos são efetivamente entregues “s entidades públicas. Se a receita prevista não for arrecadada naquele ano, é escriturada na conta “Dívida Ativa”, constante do Sistema Patrimonial, “embora não arrecadada e não considerada como tal, no Sistema Financeiro, o Patrimônio sofre, com tal procedimento, uma variação ativa, como se de fato tivesse a receita sido arrecadada” (ANGŽLICO, 1995, p. 113).

Tal determinação encontra-se no Art. 35 da Lei Federal n.º 4.320/64 “Pertencem ao exercício financeiro: I – As receitas nele arrecadadas; II – As despesas nele legalmente empenhadas”.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O processo de elaboração do orçamento público desenvolvido especialmente no nível de governo municipal pode ser aperfeiçoado com a participação popular, com a indicação dos problemas que a comunidade vem sofrendo, discutindo e auxiliando a equipe de planejamento e o gestor público na seleção das prioridades, definindo em conjunto sobre quais problemas deverão ser resolvidos primeiramente.

Por outras palavras, Gonçalves (2005, p. 47) afirma que a utilização desse mecanismo permitirá que “a população venha interferir por meio de tomada de decisões coletivas, havendo atendimento das prioridades e o melhor aproveitamento dos recursos públicos” [grifo nosso].

Este processo conduz o orçamento público a deixar de ser apenas um instrumento de controle das contas públicas, direcionando o Estado a cumprir suas reais atribuições. Dessa forma, além de proporcionar o bem estar “ sociedade, seja na execução de obras e na prestação de diversos serviços, torna-se um agente de formação de consciência, quando capacita o cidadão para que este assuma seu papel de participante ativo e fiscalizador das ações do governo, contribuindo consideravelmente na construção de uma sociedade cada vez mais justa. Assim encontra-se descrito no Caderno 4, do Programa Nacional de Educação Fiscal, 2009, p. 57.

(...) é fundamental que se construa uma gestão pública que privilegie uma relação governo-sociedade baseada na troca de informações e na corresponsabilização das ações entre governo e sociedade. **O governo deve propiciar ao cidadão a possibilidade de entender os mecanismos de gestão, para que ele possa influenciar no processo de tomada de decisões. O acesso do cidadão “informação simples e compreensível é o ponto de partida para maior transparência.** [grifo nosso]

Como o orçamento público recebe o lançamento dos programas/ projetos a ser executado em um exercício juntamente com os seus custos, a efetiva participação popular, pode transformar o simples controle financeiro exercido sobre o orçamento, em um processo que “reflita a realidade da comunidade” e não em um simples programa de governo totalmente desconectado dos anseios da sociedade, promovendo assim, maior controle na aplicação do recursos arrecadados, pois com a fiscalização dos cidadãos será possível interferir nas decisões, conhecendo melhor os custos das obras e serviços.

A participação dos cidadãos na definição das prioridades para o gasto público possibilitará converter as demandas da sociedade em ações previstas nos programas de trabalho da administração pública, constantes do Orçamento. (...) É preciso que todos tenham a consciência de que o processo orçamentário não é e não pode ser algo frio, somente para técnicos, distante da realidade do cidadão. O Orçamento Participativo permite, “comunidade, participar das diversas etapas de elaboração do Orçamento. Caderno 4, do Programa Nacional de Educação Fiscal, 2009, p. 59.

Em suma, destacamos os apontamentos de Pires (2001), o qual cita que um dos problemas encontrados na confecção das peças orçamentárias refere-se “forma como os recursos são destinados.

Tais recursos não pertencem a nenhum indivíduo ou grupo isoladamente, devendo, pois, receber destinação que resulte em benefícios coletivos. Esse fato constitui um dos principais problemas das finanças públicas, pois cria uma situação em que o beneficiário é um ente sem existência física palpável: a comunidade. (PIRES, 2001, p. 31)

Diante disso, Pires (2001) expõe que os mais diversos tipos de opiniões e interesses da sociedade é expressa através de seus representantes, democraticamente eleitos.

prefeitos, vereadores, deputados e quaisquer outros mandatários escolhidos pelo voto são os portadores da vontade popular que se efetiva

no momento da escolha das melhores fontes para obtenção de recursos públicos e dos mais convenientes itens de despesa a efetivar com estes recursos. (PIRES, 2001, p. 32)

Logo, o autor questiona se estes representantes serão capazes de reconhecer o esforço que a sociedade teve para obter tais recursos que logo são recolhidos pelo Estado e assim tomar as melhores decisões sobre como investir?

Em seguida Pires (2001), vai mais longe ainda em suas observações quando afirma:

Se o elo entre representantes e representados é forte, o caráter democrático das decisões em torno do dinheiro público sobressairá e vice-versa. Se a capacidade política e jurídica dos representantes para intervir nos assuntos orçamentários for baixa, o elemento democrático se fragiliza, pois para pouco serve uma relação de fidelidade entre eleitos e eleitores se os primeiros tiverem as mãos atadas para decidir ou se, tendo-as livres, não souberem dela fazer bom uso, no sentido técnico.

Por fim, Pires (2001) conclui seu pensamento afirmando que, em nenhum lugar e em tempo algum, se constata a existência de representantes que “dispussem de competência política e capacidade técnica para agir em defesa de seus representados”, portanto nossa “democracia representativa está em crise”. (PIRES, 2001, p. 32-33).

Além disso, Lacher (1995, p. 219), nos relatos sobre a atual problemática do orçamento, descreve que “a questão específica da crise do orçamento público está intimamente ligada “ questão geral da crise do Estado brasileiro”, devido “ falta ou péssima prestação de serviços que o Estado vem realizando ao longo dos anos e a crise de financiamento da máquina pública. Em seguida Lacher (1995) cita três fatores que devem ser observados para analisar os motivos pelo qual o Estado deixa de lado os instrumentos de planejamento que compõe o orçamento, sendo eles:

Em primeiro lugar (...) o processo inflacionário crônico pelo qual passa o País, principalmente a partir da década de 80, em segundo, a atual incapacidade de financiamento do Estado; e, em terceiro lugar, a inexistência de projetos articulados de desenvolvimento de médio e longo prazo. (LACHER, 1995, p. 219)

O fato da incidência da desvalorização dos índices de preços causa um total descontrole tanto na formulação do orçamento quanto na sua execução, haja vista que, no momento da elaboração das peças orçamentária os custos ali existentes poderão não ser mais os mesmos até que se conclua as etapas das

despesas. A extensão desse evento não se restringe apenas as contas das despesas, sua influência altera as contas das receitas.

Outra consequência do processo inflacionário diz respeito ao aumento do grau de incerteza da economia. Esse processo gera uma elevada dose de instabilidade, que prejudica a atividade econômica como um todo e, conseqüentemente, o setor público. Este é afetado na medida em que a redução da atividade econômica tende a diminuir o montante de impostos arrecadados, impondo dessa forma uma menor disponibilidade de dinheiro. (LACHER, 1995, p. 221 e 222)

Essa falta de recursos impulsiona os gestores públicos a realizarem financiamentos, aumentando cada vez mais a dívida pública. Enfim, a escassez de recursos associada “falta de articulação entre os agentes públicos e a sociedade civil, impede que os instrumentos de planejamento sejam executados de forma adequada, sem a analisar se este ou aquele projeto vem proporcionando considerável benefício a população, os mesmos permanecem por inúmeros anos, onde na verdade outros setores poderiam ser atendidos, setores estes que são esquecidos, mas que poderiam promover melhores condições aos cidadãos.

Na realidade, os agentes políticos e a sociedade civil organizada não tem articulado de forma efetiva a discussão sobre projetos de desenvolvimento econômico e social. Assim, podemos admitir que praticamente inexistem o debate de alternativas articuladas de desenvolvimento no País. (...) inexistem diagnósticos efetivos do setor público e análises setoriais e globais, que são, na verdade, peças fundamentais para a articulação de projetos de desenvolvimento. Os instrumentos de planejamento e avaliação perderam seu conteúdo e importância, deixando de analisar a eficiência e a eficácia do gasto público. (...) nos orçamentos públicos, análises e avaliações de programas e projetos orçamentários, bem como o questionamento e a avaliação do atingimento de objetivos e metas. Assim, o orçamento acaba adquirindo um viés incrementalista, onde a despesa futura é estabelecida exclusivamente pela passada, sem que se avalie de forma efetiva o impacto de gastos anteriores, de alteração de prioridades etc. (LACHER, 1995, p. 222).

Com isso o orçamento público vem sendo estruturado como uma peça de ficção, devido ao fato de não expressar a realidade das políticas e dos gastos públicos, podendo ser classificado como “uma peça muito mais contábil e legal do que um instrumento de políticas financeiras” (LACHER, 1995, p. 221), apresentando mais as características de um orçamento tradicional do que um orçamento moderno, deixando de executar grande parte do que diz o “1º”, do Art. 165 da CF. Complementando essa questão de representar mais o lado contábil e contemplar a questão das obrigações legais, registramos o seguinte desabafo.

O próprio processo, analisando pragmaticamente, torna-se um verdadeiro círculo vicioso. De um lado, o Executivo, através do seu Órgão central de orçamento, vê-se obrigado, por razões legais, políticas e de escassez de recursos, a estabelecer valores subestimados “s reais necessidades dos Órgãos setoriais. Os Órgãos setoriais, por sua vez, dados tanto a precariedade dos seus sistemas de orçamento e planejamento quanto os limites subestimados a serem orçados, elaboram uma proposta pouco embasada tecnicamente. Assim, o Executivo fecha uma proposta orçamentária descolada da realidade e com pouca sustentação técnica no que diz respeito “avaliação de critérios econômicos e sociais. (...) a cada fase do ciclo orçamentário, são incluídos “ingredientes” que afastam o orçamento de sua função fundamental (...) passa a ser um mero fechamento contábil, com o intuito de cumprir uma formalidade legal não refletindo as políticas públicas. [grifo nosso]. (LACHER, 1995, p. 223)

Observemos ainda os dizeres de Lacher (1995), o qual considera que os problemas enfrentados com o Orçamento Público no Brasil, está intimamente ligada as questões políticas, com isso, os cidadãos deve buscar interar - se dos conceitos, entender como se da as alocações de recursos, evitando assim, que seus interesses sejam deixados de lado em detrimentos de outros.

Parece-nos que a crise do orçamento público no Brasil está muito mais ligada a questão políticas, com um certo “acomodamento” dos agentes que se beneficiam do caos, e “ falta planos articulados de desenvolvimento do que a questões como a inflação e a crise de financiamento do setor público. (LACHER, 1995, p. 223)

Diante desses argumentos que cercam o orçamento democrático representativo, há a necessidade de buscarmos fazer valer a execução da nova proposta de elaboração e cumprimento do orçamento participativo, que ao final todos sairão ganhando, o administrador público que terá a ajuda da população, a própria sociedade que adquirirá conhecimento, respeito, qualidade de vida, com o reconhecimento de seus direitos.

Nele não somente os parlamentares devem participar das decisões sobre finanças e políticas públicas: a população organizada, a sociedade civil assume papel ativo, passa a ser agente e não mero paciente. (...) o governo vá paulatinamente abandonando a tentação de fazer valer sempre o seu ponto de vista e, de outro lado, a população vai adquirindo visão de conjunto sobre a escassez de recursos e sobre a infinidade de demandas que se apresentam ao governo. (PIRES, 2001, p. 32 e 33).

Note-se que, a prática desse processo conduzirá os eleitores a aplicarem o controle social, trazendo benefícios para si e para toda a comunidade, na

fiscalização do cumprimento das propostas, no bom emprego dos recursos e evitando o aumento da corrupção.

O controle social pode ser entendido como a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da administração pública. Trata se de importante mecanismo de prevenção da corrupção e fortalecimento da cidadania. (...) Para que os cidadãos possam desempenhar de maneira eficaz o controle social, é necessário que sejam mobilizados e recebam orientação sobre como podem fiscalizar os gastos públicos. Caderno 4, do Programa Nacional de Educação Fiscal, 2009, p. 50 e 51.

RESULTADOS

Na realização do Estudo de Caso, houve a utilização de pesquisa envolvendo 35 pessoas da comunidade em geral. Esta pesquisa teve a contribuição de estudantes universitários, comerciantes, funcionários de sindicatos, de Órgãos públicos, professores, além de outros cidadãos. As questões aplicadas juntamente com os dados obtidos nesta pesquisa correspondem com as seguintes:

1- Você sabe para que serve as Audiências Públicas na formulação do Orçamento Público Municipal?

() Sim

() Sabe em parte

()

Não

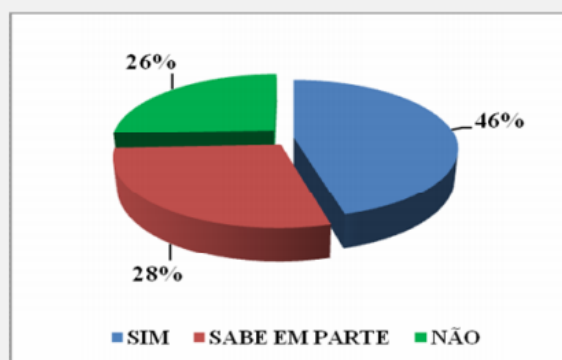


Gráfico 01 – Índice de conhecimento sobre audiência pública na elaboração do orçamento

Fonte: A Autora

O resultado obtido com relação “ pergunta 01, revela que 46% da população que respondeu a pesquisa conhece para que serve as Audiências Públicas na formulação do Orçamento Público, 28% informaram que sabe em parte para que serve e 26% apontaram que não sabem para que serve as audiências. Estes dados nos mostra, que ainda existe uma grande parcela da população Jaciarense que não possui pleno conhecimento sobre a importância de sua participação nas audiências públicas realizadas com o intuito de elaborar o Orçamento Público.

2- Você já participou de alguma Audiência Pública que tratasse da formulação do Orçamento Público?

() Sim

() Não

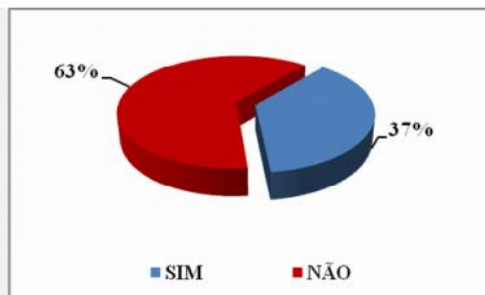


Gráfico 02 – Indicativo de Participação em Audiências

Fonte: A Autora

As respostas da questão 02 demonstram que 63% da população pesquisada nunca participou de Audiências Públicas que tratasse da elaboração de Orçamentos Públicos, contra 37% que afirma ter participado. Esses dados comprovam que nos dias de hoje, a participação dos cidadãos Jaciarense na formulação das peças orçamentária representa uma pequena parcela, isso significa que o orçamento atual tem se configurado mais pela vontade dos representantes da população e não pela vontade da comunidade local

Em caso de SIM, indique a quantidade de vezes que esteve participando:

() 01

() 02

() 03

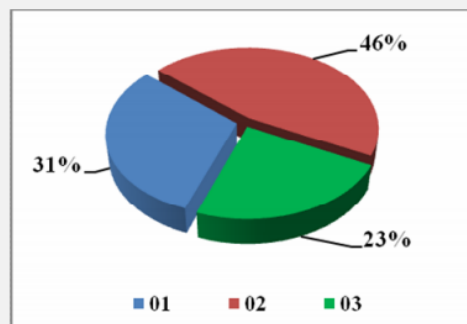


Gráfico 03 – Quantidade de participação de Audiências

Fonte: A Autora

A pergunta 02 contava ainda com 02 questionamentos, o primeiro buscava saber o número de vezes que os entrevistados tinham participado de audiências com foco na elaboração do orçamento. O número total de pessoas que afirmaram ter participado de audiências corresponde a 13, sendo que desse total, 46% disseram ter participado de 02 audiências, 31% de apenas 01 audiência e 23% de 03 audiências.

Em caso de NÃO, indique os motivos:

() Desconhecimento

() Desconfiança

()

Desmotivação

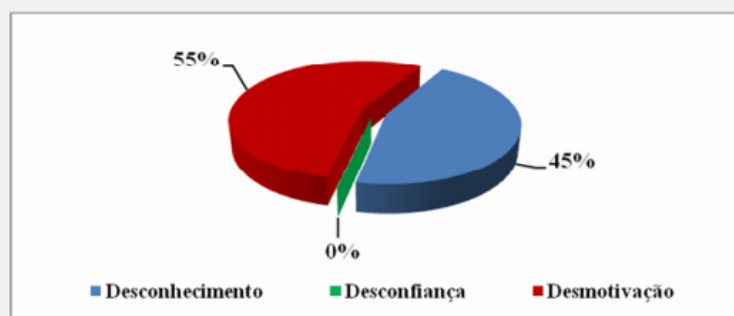


Gráfico 04 – Indicativo dos motivos da não participação

Fonte: A Autora

Com relação ao segundo questionamento da pergunta 02, que busca verificar os motivos da não participação nas audiências, o total de pessoas que apontaram nunca ter frequentado essas audiências, refere-se a 22 cidadãos. Com

isso, o gráfico acima nos mostra que 55% dos entrevistados estão desmotivados e 45% alegam desconhecimento. Nenhum dos entrevistados apontou desconfiança.

3- Você sabe dizer o que é Plano Plurianual?

() Sim

() Sabe em parte

() Não

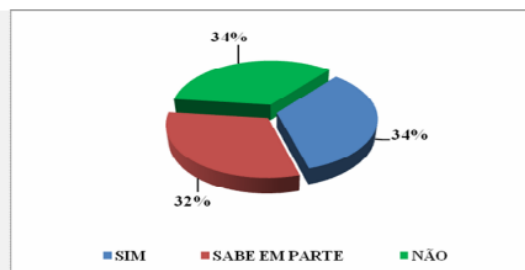


Gráfico 05 – Cidadão que conhecem o que é Plano Plurianual

Fonte: A Autora

A questão 03 abordou a população pesquisada se a mesma era capaz de dizer o que é Plano Plurianual. Os percentuais se igualaram para as respostas dos que afirmaram ter conhecimento e dos que desconhecem o que é Plano Plurianual, ambos obtiveram 34%. Contra esses percentuais, 32% dos entrevistados declararam que sabe em parte. Isso significa, que mais da metade os entrevistados não possui total conhecimento sobre o que vem a ser o Plano Plurianual.

4- Indique seu nível de interesse em participar da elaboração do Orçamento Público?

() Nenhum

() Pouco

() Razoável

() Muito

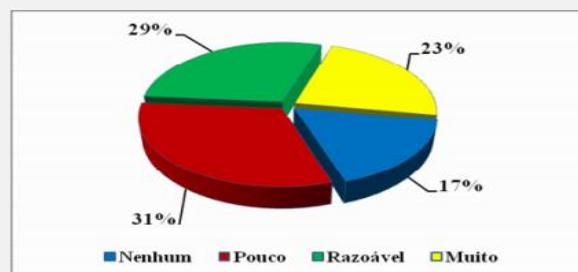
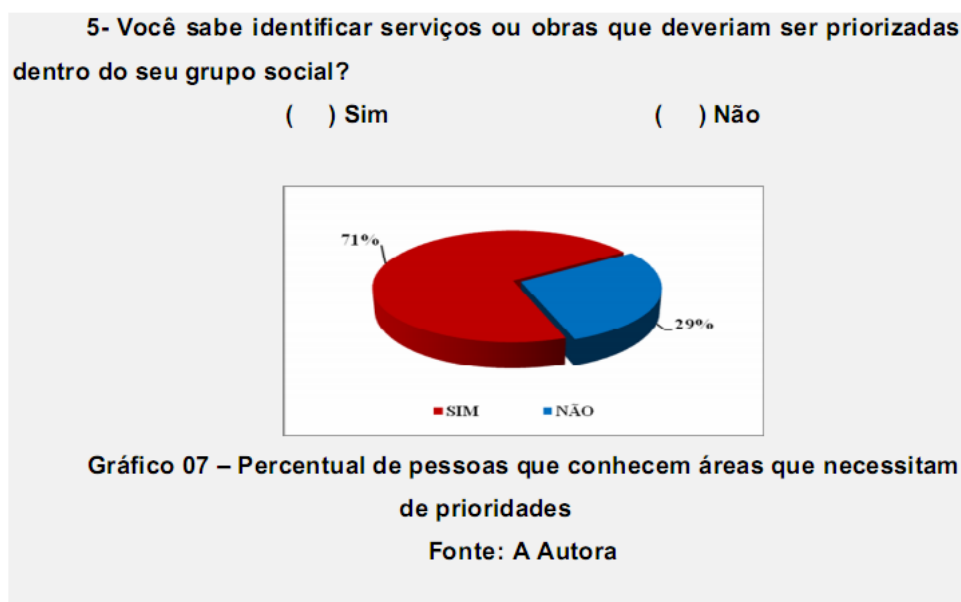


Gráfico 06 – Indicativo do nível de Interesse

Fonte: A Autora

As respostas dos entrevistados quanto a pergunta 04, resulta no gráfico acima. Os percentuais demonstram que 31% têm pouco interesse em participar, 29% consideram o seu nível de interesse razoável, 23% afirmam ter muito e 17% declaram não ter nenhuma vontade em fazer parte da elaboração do orçamento. Se somarmos os percentuais dos que consideram ter um interesse “*razoável*” com os que opinaram ter “*muíto*”, obteremos 52% de pessoas com vontade de fazer parte da equipe que elabora as peças orçamentária.



A questão 05 busca verificar se os entrevistados têm conhecimento de algum serviço ou obra que deveria ser priorizada, os resultados lançados no gráfico acima revelam que 71% dos entrevistados afirmam ter conhecimento de Áreas que necessitam ser priorizadas contra apenas 29% que alegam desconhecimento. Dessa forma, esses dados apontam a necessidade do envolvimento da população com a equipe de elabora as peças orçamentárias, para que estas peças possam contemplar tais serviços e obras, possibilitando que os anseios da população sejam atendidos. O alto índice registrado exprime a falta de conexão existente entre o orçamento atual com a realidade da população.

6- Como você avalia a participação popular na formulação das políticas públicas?

() Nenhum () Pouco () Razoável () Muito

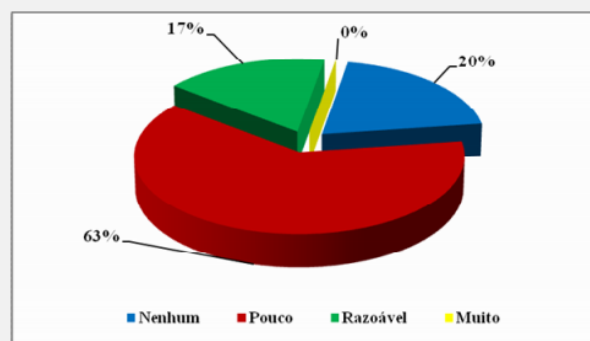


Gráfico 08 – Avaliação da Participação Popular

Fonte: A Autora

A questão 06 buscava verificar a avaliação que os entrevistados fazem quanto ao envolvimento da comunidade na elaboração do orçamento nos dias atuais. Os números divulgam uma realidade nada satisfatória. Dos 35 habitantes da cidade de Jaciara que contribuíram com a pesquisa, 63% declararam que a participação popular na formulação de políticas públicas é pouca, 20% afirmaram que a mesma corresponde a nenhuma participação, 17% considera razoável e 0% para Muito. Se considerarmos a soma dos percentuais 63% e 20%, o resultado corresponderá a 83% de pessoas que não acreditam que a participação da comunidade possa resolver algum problema.

7- Você tem conhecimento sobre tudo que é discutido nas audiências?

() Sim () Sabe em parte () Não

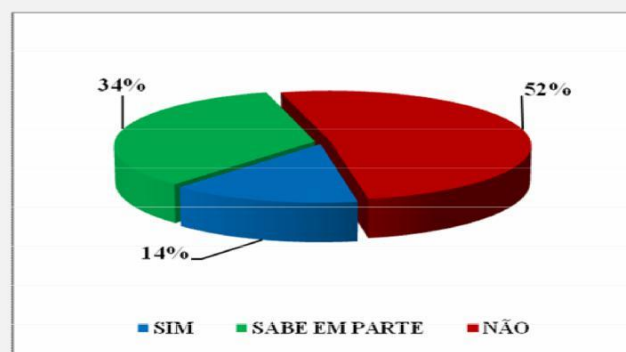


Gráfico 09 – Índice de pessoas que conhecem os assuntos das audiências

Fonte: A Autora

Quanto à questão 07, que busca analisar se os entrevistados possuem pleno conhecimento sobre tudo que é discutido nas audiências, detectamos que 52% desconhecem, 34% sabe em parte e apenas 14% afirmam ter conhecimento. Será que o índice que demonstra o número de pessoas com pleno conhecimento do que é tratado nas audiências públicas sobre a formulação dos orçamentos públicos refere-se a um péssimo índice se comparado com os 86% que é a soma dos que desconhecem com os que sabem em parte? Não seria esse o motivo da população não participar das audiências, de acordo com a constatação das respostas da questão 06? Bem, o que constatamos refere-se ao um grande número de cidadãos que nos dias atuais não compreendem plenamente sobre o funcionamento das ferramentas utilizadas pelas entidades públicas com a finalidade de resolver os problemas da sociedade.

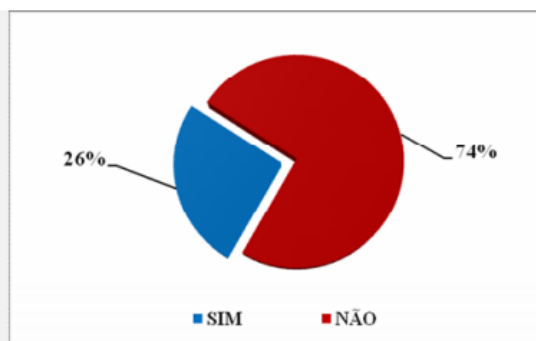


Gráfico 10 – Percentual de pessoas que conhecem a legislação sobre orçamento

Fonte: A Autora

Ao verificar o índice de conhecimento dos entrevistados quanto a legislação que se aplica a elaboração das peças orçamentária, fica evidente que a grande maioria desconhece os preceitos que regulam as normas orçamentária, com um percentual de 74%, contra apenas 26% que garantem conhecimento sobre a parte legal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto o Orçamento Público é um dos instrumentos mais antigos, idealizado inicialmente como forma de controle financeiro tanto para o Executivo como para o Legislativo, sendo que mais tarde seu campo de atuação se direcionasse também para expressar os programas que o governo busca realizar em prol da sociedade. Nele houve a incorporação da questão de planejamento, quais programas devem ser inseridos, sua importância, metas a serem cumpridas. A legislação veio com tudo, impondo aos administradores novas regras, devem ser publicados os atos, onde a cada quatro meses os entes públicos são obrigados a divulgar suas ações até ali realizadas nas conhecidas audiências públicas.

Com essas normas o orçamento público passe a ser interpretado não mais como um orçamento desenhado pela representação, onde os eleitos elaboram seus programas sem a interferência dos seus eleitores, transforma-se em um orçamento democrático, onde o povo passa a participar da elaboração do orçamento.

Assim, orçamento democrático é definido como orçamento participativo, derivado da ferramenta de controle denominada “Orçamento Público”, onde vem se destacando nos últimos anos nas cidades que o aderiram, como instrumento que visa não somente o controle de receitas e despesas, mas seu foco principal está na participação da população, com ênfase neste aspecto, o orçamento público torna-se mais eficaz, haja vista que, a sociedade pode contribuir consideravelmente quando apresenta os problemas e juntamente com a administração pública trabalha em prol de encontrar as soluções, ajudando os gestores na seleção das prioridades.

Desse modo, tal ação deveria ser observada em todas as cidades brasileiras, haja vista, que a legislação impõe a transparência dos atos públicos, com o intuito de alcançar o maior número de pessoas engajadas em participar.

Mas porque será que não há a participação maciça da população? O que estaria faltando se os entes públicos prestam contas aos Tribunais, realizam a publicação de seus atos, divulgam a realização das audiências, e nem os membros de conselhos participam?

Bem isso de fato acontece, carros volantes anunciam a realização de audiência, há a convocação no site da Prefeitura, publicação em Jornais e divulgação na Tv, mas mesmo com toda essa divulgação, as audiências que tinha

como foco a elaboração do orçamento não contaram com a participação efetiva dos cidadãos, podendo ser considerada como mínima.

No processo da elaboração do último orçamento da Prefeitura de Jaciara havia protocolos de encaminhamento de convites para membros de conselhos, os quais não se fizeram presentes nas reuniões.

Uma das hipóteses que poderíamos levantar quanto a essa falta de participação refere-se ao fato da sociedade em si ainda desconhecer os termos audiência pública, Plano Plurianual, entre outros que são divulgados sem ao menos ser esclarecidos de forma clara. Outro ponto a considerar, refere-se ao número de informações lançadas nessas audiências, que por vezes, nada significam para quem participa, ou melhor, nada é traduzido... Somando esses acontecimentos obteremos uma comunidade com total desinteresse em participar, pois nada entendem e mais do que isso, não acreditam que suas reivindicações serão levadas em conta.

Portanto, o orçamento que deveria ser democrático pela participação da população retorna ao seu estado anterior, o orçamento atualmente realizado retrata a vontade dos eleitos (governantes) e não da população. Sua confecção em si revela e a divulgação dos atos públicos reflete apenas um cumprimento legal, sem importância para os administradores.

Vale lembrar que, mesmo que os tribunais e outros Órgãos fiscalizem o cumprimento legal quanto “s publicações, prestações de contas e etc., estes Órgãos jamais saberão ao certo se os gestores públicos estão confeccionando orçamentos que reflitam a realidade daquele local. Os tribunais não conhecem os problemas da população, seu foco é verificar a aplicação dos recursos conforme ditames legais e fiscalizar a qualidade das obras, mas os agentes capazes de intervir na elaboração das peças orçamentária, estes, são os cidadãos que necessitam ser capacitados para agir em benefício de sua região.

Por isso, na realização deste trabalho fez-se necessário a aplicação de questionários com a comunidade geral, envolvendo estudantes universitários, professores, comerciantes, funcionários de sindicatos, de Órgãos públicos e outros cidadãos, com o intuito de verificar o índice de participação da população jaciarense e o seu nível de conhecimento.

De posse dos resultados, mais da metade dos entrevistados revelam que desconhecem em parte ou totalmente a importância das audiências públicas na formulação do Orçamento Público e sobre o que vem a ser Plano Plurianual; nunca

participaram de audiências desse tipo por sentirem desmotivados, porém ao serem questionados sobre o seu nível de interesse 52% declaram que possuem vontade em participar desse ato democrático. Incrível foi o percentual da questão 05, que buscava verificar se os pesquisados poderiam indicar algum serviço ou obra que mereceria atendimentos prioritários, 71% afirmaram que sim.

Enfim, estas respostas demonstram que a população em si não encontra-se totalmente capacitada para participar das audiências com eventuais questionamentos e cobrança, sabem quais serviços e obras necessitam de atendimento prioritário mas não cobram por estarem desmotivadas, qual seria a consequência dessa desmotivação? O fato do cidadão desconhecer em parte ou totalmente sobre o que vem a ser as peças orçamentária, sobre as informações que são apresentadas, faria com que toda uma comunidade se dirigisse a um local onde ocorreria uma audiência que tratasse da elaboração de tais peças? É evidente que não. Esse caso somado ao ritmo de trabalho e compromissos da população possibilita a ocorrência de pessoas descompromissadas em tentar interar - se sobre estes assuntos. Além de tudo isso, devemos considerar que a falta de participação também é registrada por aqueles que conhecem os instrumentos e peças orçamentária e que nada fazem por não acreditarem que a sua interferência mude alguma coisa, ou seja, a hipótese levantada a pouco quanto “ falta de participação da população nas audiências, passa a ser comprovada após a realização desta pesquisa.

Como se pode ver, o atual orçamento público da cidade de Jaciara-MT, não pode ser considerado como um orçamento elaborado com os moldes da participação da comunidade. Como dito anteriormente, na realização da elaboração do último Plano Plurianual, ouve o encaminhamento de convites para os conselhos e dentre os convidados estava o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, o qual não se fez presente nas reuniões, conforme registros de atas.

É evidente que, para o produtor rural que não possui conhecimento nessa Área sua participação poderá não trazer tanta interferência quanto aos programas e valores idealizados pelos gestores públicos, pois este cidadão pode concordar com quase tudo que ouve, mas para um presidente que representa certo público, talvez poderia produzir inúmeras interferências, com questionamentos quanto aos valores que seriam investidos na aquisição de tais equipamentos que seriam colocados a disposição da sua comunidade. Certamente sua imposição com as dos demais

membros, a destinação dos recursos seria maior que o anteriormente sugerido, fazendo com que o gestor se atentasse para serviços e obras que são deixadas de lado.

Vale lembrar, que não podemos dizer que a falta de participação popular na formulação dos orçamentos seja culpa totalmente do gestor público, pois ele divulga a realização de tais eventos, também não podemos afirmar que seja culpa totalmente da sociedade, haja vista, que há necessidade da mudança de certos hábitos e conceitos que encontram-se impregnados na sociedade devido a acontecimentos passados que ainda hoje impede que a mesma venha desempenhar uma participação efetiva, pois não acredita.

Note-se que, como a participação da população tem sido tímida, o gestor poderia promover campanhas para esclarecer os conceitos, a importância do envolvimento de toda a comunidade, estimulando e promovendo a capacitação dos cidadãos para que estes realizem a fiscalização e ajude a administração pública na seleção das prioridades, ao invés de realizar apenas o que a lei determina. Destaco que, a influência que os Órgãos públicos passaram a exercer na Área de saúde, quanto ao combate das doenças de diabetes, hipertensão, dentre outras, na realização de campanhas com o intuito de informar os cuidados que as pessoas necessitam ter com a alimentação, tem obtidos resultados satisfatórios. Essa ideia deveria ser aplicada também com vista a mudar o cenário que envolve a questão da elaboração das peças orçamentária.

Por fim, quando os administradores públicos enxergar o orçamento não apenas como um instrumento de previsão de receita e fixação de despesa que simplesmente atenda a “*legislação*”, mas como mecanismo que tende a atender aos anseios da população, unindo-se com a sociedade organizada para priorizar as reais necessidades, certamente haverá o atendimento de uma parcela maior da população e, ainda que a passos curtos e lentos, a redução da desigualdade social existente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal. **Gestão Democrática e Controle Social dos**

Recursos Públicos/ Caderno 4. 4. ed. Brasília: ESAF, 2009.

BRASIL. Constituição/ 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 set. 2011.

CGU. *Controle Social – Conselhos municipais e controle social*. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/controleSocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp>> Acesso em: 29 set. 2011.

FIOCRUZ. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em <http://www.fiocruz.br/redeblh/media/decl_d_human.pdf>. Acesso em: 10 set. 2011.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**: elaboração e formatação – com explicitação das Normas da ABNT. 14. ed. ampliada e atualizada. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2006.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 3. reimp. 2009. GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Hermes Laranja. **Uma visão crítica do Orçamento Participativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

IBGE. *SIS 2009: em dez anos, cai de 32,4% para 22,6% o percentual de famílias vivendo com até meio salário mínimo per capita*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1476eid> Acesso em: 04 set. 2011.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LACHER, Eduardo R. **Notas sobre a atual problemática do orçamento público no Brasil e o orçamento participativo**. Revista Indicadores Econômicos FEE, 1995. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/890/1166>>. Acesso em: 22 set. 2011.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Método do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MATO GROSSO. **Manual de Elaboração do PPA Municipal 2010-2013**. Mato Grosso: SEPLAN, 2009, disponível em:
<http://www.seplan.mt.gov.br/arquivos/A_e4fcd58cc7e4fc395517886a8041eb8bMicrosoft%20Word%20-%20Manual%20PPA%202010-2013-17-03-09.pdf>. Acesso em: 10 set. 2011.

MERLO, Roberto Aurélio; PERTUZATTI, Elizandra. **Cidadania e Responsabilidade social do contador como agente da conscientização tributária das empresas e Da sociedade**. Disponível em
<http://rep.educacaofiscal.com.br/material/fisco_contador.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2011.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo do; DEBUS, Ilvo. **Lei Complementar n.º 101/2000: Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2. ed. Brasília: Tesouro Nacional. Disponível em:
<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/EntendendoLRF.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2011.

PIRES, Valdemir. **Orçamento Participativo: O que é, para que serve, como se faz**. São Paulo: Manole, 2001.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio, TIMB™, Maria Zulene Farias, ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SENADO FEDERAL. **Planos e Orçamentos Públicos: Conceitos, Elementos Básicos e Resumo dos Projetos de Leis do Plano Plurianual/2000-2003 e do Orçamento/2002**. Brasília: CONORF, 2002. Disponível em:
http://www.wisetel.com.br/pe_senador/placon_uniao/cartilha2002.pdf. Acesso em: 22 set. 2011.

PERÍCIA FORENSE COMPUTACIONAL: METODOLOGIAS, TÉCNICAS E FERRAMENTAS

Márcio Gonçalves¹

Renato Arnaut Amadio²

Júlio César Gavilan³

Herlones Wuilles Dos Santos⁴

RESUMO:

Este trabalho apresenta ao leitor a definição de computação forense, os procedimentos realizados em uma investigação de perícia computacional e a solução de crimes na Área de informática. A perícia computacional é uma Área recente, e que precisa acompanhar o crescimento tecnológico. A perícia computacional traz ao mercado da tecnologia a solução em criminalística, sendo um auxiliar da justiça na coleta de provas, através de evidências digitais, que são coletadas nos equipamentos computacionais suspeitos de serem usados em um delito. Em meios práticos a finalidade da perícia computacional é buscar formas para comprovar um crime de informática, e levar a justiça até o autor do crime. A evidência fornece ao profissional em perícia computacional as informações para a investigação. Será descrito neste trabalho todas as etapas de uma investigação, busca e preservação de evidências, coleta, análise, laudo pericial, e algumas ferramentas existentes que auxiliam o profissional em perícia no trabalho de investigação. Será abordado também a legislação brasileira com relação aos crimes digitais e alguns exemplos de casos reais de crimes de informática que mostram como é solucionado um delito virtual.

Palavras-Chave: Perícia Forense, Evidência, investigação, crimes.

¹ Graduado em Sistemas de Informação pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

² Especialista em Redes e Teleprocessamento pela UNIC e Bacharel em Ciências da Computação pela UNIPAR. Atualmente professor do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

³ Mestre em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina e Bacharel em Física Computacional pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor e chefe do departamento do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE

⁴ Professor Especialista e Coordenador do Curso de Sistemas de Informação – Faculdade EDUVALE

INTRODUÇÃO

As Tecnologias da Informação cresceram de uma forma espantosa em um curto espaço de tempo. Na atualidade o computador faz parte da vida de milhões de pessoas no mundo. A massificação do uso da internet e do computador trouxe recursos importantes para a sociedade. Vivemos na sociedade da informação, onde nos tornamos dependentes das informações, e a disseminação das mesmas na internet passou a ser uma ferramenta importante para instituições e empresas.

Hoje as instituições cada vez mais utilizam avanços da tecnologia para melhorias em suas operações e também para um crescimento no potencial de mercado. Hoje podem ser feitas através do computador conectado a internet transações bancárias, vendas, compras, divulgação de serviços e produtos, comunicação, etc. O crime virtual tem crescido a cada dia juntamente com o avanço das tecnologias. Para combater esse tipo de crime, não basta apenas serem usados os métodos de investigação convencionais, para isso é necessário conhecimento das tecnologias computacionais.

Conforme Eleutério e Machado (2011), a Perícia Forense ou Análise Digital Forense é a modalidade de perícia criada para combater os crimes digitais, utilizando análises e métodos na busca de identificar e coletar evidências comprovadas e eficientes.

Neste trabalho será mostrado o conhecimento que o profissional precisa ter para atuar na perícia, e também as metodologias, técnicas e ferramentas utilizadas na Análise Digital Forense, além de contribuir como enriquecimento didático para esta área de pesquisa pouco explorada e com poucos profissionais.

DEFINIÇÃO DE COMPUTAÇÃO FORENSE

Segundo Eleutério e Machado (2011), a Computação Forense é a ciência que usa técnicas especializadas, para coletar, preservar e analisar os dados digitais de um computador ou computadores suspeitos de serem utilizados em um crime virtual, sendo assim apresentados para a justiça através de um laudo pericial. Da mesma forma que a perícia convencional, ela trata de buscar evidências para a solução de um crime.

A Computação Forense é a ciência que, através de técnicas e habilidades especializadas, trata da coleta, preservação e análise de dados eletrônicos em um incidente computacional ou que envolvam a computação como meio de praticá-lo. (ELEUTÉRIO E MACHADO, 2011, p. 31).

De acordo com Eleutério e Machado (2011) para a perícia criminal da polícia, a computação forense envolve o trabalho investigativo e todo o trabalho pericial, para desvendar os crimes cometidos através do uso do computador. Ela pode ser empregada tanto para fins legais como exemplo investigar espionagem industrial, como também para ações disciplinares internas, por exemplo, uso indevido de recursos de uma empresa.

Segundo Santos (2008) a Forense Digital é uma Área recente de pesquisa, e necessita de desenvolvimento constante, tendo em vista que as tecnologias da informática evoluem constantemente, e também é evidente que cresce as atividades criminosas praticadas com o computador.

Uma perícia em um computador suspeito envolve uma série de conhecimentos técnicos e a utilização de ferramentas adequadas para a análise, que é justificado pela necessidade indiscutível de não alterar o sistema que está sendo analisado. (SANTOS, 2008, p. 5).

Profissional da Perícia Forense

É necessário que a equipe ou profissional responsável pela perícia forense, tenham conhecimento de várias tecnologias de informática, podemos citar entre elas: Engenharia de Softwares, Banco de dados, Redes de Computadores, Sistemas Distribuídos, Arquitetura de Computadores, Programação, etc.

O profissional ou equipe de trabalho, deve-se contar com profissionais que conheçam o máximo possível das tecnologias da informática, procurando capacitar-se para o trabalho de investigação, levantamento e preservação das provas materiais. (ELEUTÉRIO E MACHADO, 2010, p. 14).

De acordo com Vargas (2010) o perito para ser um bom profissional, acima de tudo precisa ter uma boa conduta, precisa conhecer os princípios básicos do direito, sigilo, privacidade, e conhecimento profundo nas tecnologias de informática, e também uma noção sobre psicologia dos criminosos, seu comportamento e motivos para realizarem o ataque.

Legislação

De acordo com Queiroz e Vargas (2010) na atualidade no Brasil, não existem leis específicas para os crimes virtuais, o que existem em termos de leis, são as leis que punem com relação da consequência que o crime virtual trás. São utilizados alguns artigos do código civil, Art. 927, 186, 187 e outros.

Segundo Queiroz e Vargas (2010) As legislações vigentes sobre crimes que são cometidos com o computador não possui nenhuma tipificação própria, então os mesmos crimes são tipificados com a legislação de crimes comuns, onde apenas o resultado do crime é caracterizado a um crime comum, então o meio utilizado pelo autor do crime é ignorado no caso quando é utilizado o computador como meio de praticar o delito.

O aparecimento da Informática no meio social ocorreu de forma tão rápida e passou a exigir, com a mesma rapidez, soluções que o Direito não estava preparado para resolver. Com isso, a necessidade social aparenta estar desprovida da tutela do direito. (SILVA, 2003, p.31).

Evidência Digital

Segundo o dicionário Aurélio Buarque de Holanda (2012) uma evidência é tudo aquilo que pode ser utilizado para provar que determinada afirmação é verdadeira ou falsa. Existem vários tipos de evidências na criminalística.

A evidência digital abrange os periféricos e dispositivos ligados à cena do crime, onde podemos coletar e averiguar os dados ali contidos seja em um computador ou em um dispositivo móvel. Entretanto, na busca de uma evidência é importante respeitar a autenticidade dos dados, tentando deixá-los exatamente iguais ao momento em que foi coletado na cena do crime. Tais fatores auxiliam na documentação da análise forense e geram novas informações na conclusão de uma perícia computacional (LISITA; MOURA; PINTO, 2009, p.23).

De acordo com Lisita, Moura e Pinto (2009) é dito que evidência digital não deixa de ser um tipo de evidência física, embora ela não seja palpável. Este tipo de evidência é formado por campos magnéticos, campos elétricos e pulsos eletrônicos que podem ser coletados e analisados através de técnicas e ferramentas de perícia digital.

Fontes de Evidências

Com o avanço tecnológico hoje existem vários dispositivos de armazenamento além do computador, tais como: pen drives, CD's, DVD's, cartões de memória, mp3, mp4, câmeras digitais, celulares, dentre muitos outros. E todos esses dispositivos podem armazenar dados que possam ser evidências de um crime de informática.

De acordo com Adams (2000) existem três tipos de espaços no computador, que podem conter informações para uma investigação:

Espaço de arquivos lógicos: refere-se aos blocos do disco rígido que, no momento do exame, estão atribuídos a um arquivo ativo ou à estrutura de contabilidade do sistema de arquivos (como as tabelas FAT);

Espaço subaproveitado: espaço formado por blocos do sistema de arquivos parcialmente usados pelo sistema operacional. São listados nesta categoria todos os tipos de resíduo de arquivos, como a memória RAM;

Espaço não alocados: qualquer setor não tomado que esteja ou não em uma partição ativa.

Para Neukamp (2007), o sistema de arquivos de um computador possui vários tipos de dados como: binário, textos, Imagens, Áudios, e todos eles precisam ser analisados e identificados com relação a sua funcionalidade dentro do sistema investigado. Quando se sabe a atividade praticada pelo suspeito se torna mais fácil achar indícios através de palavras-chave, imagens ou tipos de programas utilizados por tal atividade.

Além de alterações, exclusão ou até mesmo inclusão de modificações inesperadas em diretórios, arquivos (especialmente aqueles cujo acesso é restrito) podem caracterizar-se como indícios para uma infração. Exemplo: arquivos do tipo doc, txt, imagens, programas executáveis, aplicações instaladas (exe), dentre outras (FREITAS, 2006, p. 73).

Neukamp (2007) afirma que a memória também é um ponto importante na investigação, nela contém os arquivos voláteis do sistema, que são usados pelos programas que estão em funcionamento, ou os arquivos que ainda não foram salvos no disco rígido. É possível recuperar esses dados através de um processo conhecido com dump de memória, onde é gravado todo o conteúdo da memória para um arquivo de dump. Analisar a memória significa incluir desse a Área de transferência de arquivos até memórias de impressoras (buffer).

CRIMES DE INFORMÁTICA

Definição de Crimes de Informática

Hoje com a massificação da informática e da internet, cada vez mais essa ferramentas fazem parte do cotidiano das pessoas. E com esse avanço surgem também novos desafios para a sociedade, com a mesma rapidez que a tecnologia avança os crimes de informática também evoluem de uma forma espantosa.

Sergio Marcos Roque conceitua crime de informática como sendo “toda conduta, definida em lei como crime, em que o computador tiver sido utilizado como instrumento de sua perpetração ou consistir em seu objeto material”. (ROQUE, 2007, p. 29).

Segundo Roque (2007), conceitua o crime de informática como: “[...] toda, conduta, definida pela lei como crime, em que o computador tiver sido utilizado como instrumento de sua perpetração”.

Crimes Cometidos com o Apoio de Computadores

Nessa prática criminosa o computador é utilizado como uma ferramenta de apoio para efetuar o crime virtual. Várias práticas criminosas podem ser realizadas com a ajuda do computador tais como: Falsificação de documentos, venda de produtos proibidos como exemplo os entorpecentes, sonegação fiscal, compra de votos em caso de eleições, e vários outros.

Como qualquer outra ferramenta (agendas, veículos, telefones celulares etc.), o computador é utilizado apenas como elemento auxiliar para a realização de um crime. Por exemplo, se o crime for um assalto a banco, os criminosos poderiam utilizar o computador para armazenar informações, como horários, mapas, nomes dos funcionários. (ELEUTÉRIO E MACHADO, 2011, p. 17)

Segundo Eleutério e Machado (2011) neste caso o computador é a ferramenta fundamental utilizada para o crime, em outras palavras sem o computador não seria possível a prática criminosa. Essa forma de crime de informática é diferente da forma anterior de prática que vimos, geralmente são delitos que surgem com o mau uso do computador e da internet, por exemplo, ataques a sites da internet, roubos de informações confidenciais, programas maliciosos para roubar senhas, chamados “malwares”, vírus, entre outros.

O computador é utilizado para a realização de um crime. Por exemplo, se o crime for hacker um site, o criminoso utiliza o computador para invadir e acessar o banco de dados da página, modificando ou mesmo deletando o conteúdo. (ELEUTÉRIO E MACHADO, 2011, p. 17)

Locais do Crime

O local de um crime é o lugar, onde ocorreu ou supostamente ocorreu um determinado crime. No local que podem ser encontradas as evidências que são de suma importância e ajudam a levar a solução de um crime, o conhecido termo quem, como e onde, como afirma COSTA (2011, p. 61) “[...] toda Área onde tenha ocorrido qualquer fato que reclame as providências da polícia”.

Um local de crime de informática nada mais é do que um local de crime convencional, mas acrescido de equipamentos e dispositivos computacionais que podem ter relação com o delito investigado pelos peritos do caso. (ELEUTÉRIO E MACHADO, 2010, p. 25)

Exemplos de Crimes Digitais

Crimes Contra a Honra

Segundo Crespo (2011) no código penal brasileiro, os crimes contra a honra estão previstos nos artigos 138, 139 e 140, e estes crimes são extremamente comuns na internet, devido a grande quantidade de usuários que a utilizam. Segundo o código penal os crimes contra a honra são: difamação, calúnia e injúria. Geralmente esse crime é cometido em redes sociais, sites e programas de conversa em tempo real como o MSN.

Pornografia Infantil

Segundo Rosa (2002) Muitas pessoas confundem pedofilia com pornografia infantil, mas cada termo é um crime diferente do outro. A pedofilia é existe a perversão sexual, o adulto tem contato erótico com a criança ou adolescente, já a pornografia infantil, é a comercialização ou distribuição de fotos pornográficas ou eróticas que envolvam crianças e adolescentes, geralmente é utilizado a internet para esse fim.

Discriminação

De acordo com Rosa (2002) Este crime bastante comum também na internet principalmente depois do surgimento de sites de relacionamento como: Orkut, Facebook, Blogs.

É um crime relacionado com o preconceito de raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, etc. Onde através desses sites são criados até comunidades e grupos racistas, onde muitas vezes até marcam encontros para praticar o mal a pessoas que são discriminadas pelos mesmos.

Fraudes Bancárias

Segundo Crespo (2011) um crime comum, principalmente com usuários dos chamados Internet Banking, versão do banco para a internet. Os criminosos costumam atrair a atenção dos usuários através de phishingscan (e-mail malicioso), que se aberto instala no computador do usuário um software que copia as senhas das vítimas.

Invasão

De acordo com Salvadori (2011) a invasão se tornou um crime muito comum nos dias atuais, e o seu poder de prejuízo é muito grande. O criminoso chamado de hacker necessita de um alto conhecimento na informática e nas tecnologias digitais, por meio deste conhecimento ele invade sites ou sistemas governamentais ou empresariais buscando roubar informações ou até mesmo apagar as mesmas.

Vírus

De acordo com Salvadori (2011) é um programa criado por pessoas mal intencionadas e com grandes habilidades em tecnologias de informática, capaz de causar danos a um computador. Existem várias formas de um computador ser infectado por um vírus, como através de e-mail, de um dispositivo contaminado e conectado a máquina, etc.

Exemplos de Criminosos

Hackers

São criminosos virtuais conhecidos por invadirem sistemas, praticam este crime simplesmente para desafiar suas próprias habilidades e conhecimentos. Geralmente invadem sistemas e sites do governo, e de grandes empresas privadas buscando demonstrar suas habilidades mesmo que de forma anônima, apenas para satisfazer-se.

No mundo digital é adotado o termo hacker para descrever o criminoso que atua neste meio, apesar de não haver um consenso entre autores estes são divididos em vários outros termos de acordo com o tipo de crime cometido por eles. (NOGUEIRA, p. 19, 2001).

Crackers

De acordo com Assunção (2002) são os Hackers antiéticos, agem como os hackers, mas utilizam o seu conhecimento para penetrar através de invasão sistemas e sites do governo ou privados, e assim furtam as informações confidenciais, trazem prejuízos para as empresas, pessoas, e também adulteram dados e informações.

Esses sim são os maldosos. Com um alto grau de conhecimento e nenhum respeito, invadem sistemas e podem apenas deixar a sua “marca” ou destruí-los completamente. Geralmente são hackers que querem se vingar de algum operador, ou adolescentes querem ser aceitos por grupos hacker, e saem apagando tudo que veem ou mestres da programação que são pagos por empresas para fazerem espionagem industrial. (ASSUNÇÃO, p. 6, 2002).

Phreakers

São hackers que atuam e são especializados em fraudar sistemas de telecomunicação, com o objetivo de fraudar linhas de telefone fixo e celulares para utilizar-se dos benefícios gratuitamente.

Maníacos por telefonia. Essa é a maneira ideal de descrever os phreakers. Utilizam programas e equipamentos para que possam utilizar telefones gratuitamente. Alguns phreakers brasileiros são tão avançados que têm acesso direto a centrais de telefonia, podendo ligar ou desligar telefones, assim como apagar contas. (ASSUNÇÃO, p. 7, 2002)

Wannabeés

Segundo Bezerra (2012), é um criminoso que se intitula como Hacker ou Cracker, mas na verdade não possui habilidades necessárias para receber esse título. Utiliza-se de programas prontos criados por hackers para praticar seus crimes, mas não conhece a fundo as práticas que comete.

Cyberpunks

Segundo Bezerra (2012) utiliza-se de seus conhecimentos em informática para criar vírus de computador com o objetivo de espionar ou sabotar redes de computadores, e também furtar dados da vítima.

Wizard

De acordo com (2012) é considerado o mestre dos hackers, possui um grande conhecimento e habilidades variadas, mas nem sempre com má-intenção.

Lameré

Para Bezerra (2012) é o criminoso que não tem tanta experiência e age baseado em informações encontradas na internet e em livros de hackers, com a ajuda dessas ferramentas ele pratica suas invasões em redes de computadores e computadores pessoais que possuem uma frágil segurança.

Apesar de existirem várias definições para se tratar dos criminosos virtuais, a mais utilizada para se chamar os mesmos é Hacker como forma de identificá-lo.

ETAPAS DE INVESTIGAÇÃO

Segundo Reis e Geus (2004) a finalidade da Computação Forense é fazer um processo de investigação, com o objetivo de provar algum fato ocorrido com a maior transparência possível. Para que esse processo de investigação ocorra de uma forma correta, é necessário que o perito responsável pela perícia investigativa de determinado crime trabalhe de uma forma bem cuidadosa com todas as

evidências encontradas no local do crime, buscando preservar todos os dados obtidos, para que o laudo da perícia possa ser confiável e aceito pela justiça.

Na fase de planejamento, tem que se definir a melhor abordagem para a investigação, identificando as principais atividades que precisarão ser executadas, de acordo com as informações obtidas preliminarmente, de modo a aproveitar melhor a coleta de dados. Dar início a criação de uma cadeia de custódia, ou seja, um histórico dos passos tomados na investigação, reunindo informações sobre os procedimentos, pessoas envolvidas e evidências recolhidas. (REIS e GEUS, 2004, p. 54).

1 Coleta

Segundo Newkamp (2007) a coleta de evidências é a primeira parte da perícia computacional, e nessa etapa devem ser identificadas, processadas e documentadas as evidências.

O processo de identificação, processamento e documentação de possíveis provas, ocorre no primeiro passo de uma investigação criminal, ou seja, durante o processo de coleta de evidências, sendo esta, considerada a mais vital das etapas da investigação. Ao extrair o material de análise é necessário que se tome todos os cuidados possíveis para que não haja perda ou alteração de dados, pois isso trará prejuízos para todos os outros passos do processo, especialmente investigações que tiverem fins judiciais. (NEUKAMP, 2007, p. 26).

2 Exame

No processo de perícia computacional a fase de exame é a mais importante e a fase mais trabalhosa para o profissional. Farnes e Venema (2007) aconselham que deva ser realizada uma cópia de todas as informações coletadas na fase de coleta de dados, para não ocorrer alterações no estado original das evidências, preservando a integridade das provas encontradas.

O ato de extrair, localizar e filtrar somente as informações que possam contribuir, de forma positiva, em uma investigação ocorre na segunda etapa, denominada “exame de evidências”. Considera-se esta, a etapa mais trabalhosa do processo de investigação criminal, principalmente pela quantidade de diferentes tipos de arquivos existentes (Áudio, vídeo, imagem, arquivos criptografados, compactados, etc.) que facilitam o uso de esteganografia, o que exige que o perito esteja ainda mais atento e apto a identificar e recuperar esses dados (FARMER; VENEMA, 2007 p. 41).

3 Análise

De acordo com Queiroz e Vargas (2010) a análise tem como objetivo examinar as informações coletadas em busca de evidências, para que no final do

processo possa ser formulada a conclusão referente ao crime que originou a investigação. Na análise deve ser investigado todas as fontes de informação, para que seja possível identificar práticas criminosas por parte do suspeito ou suspeitos.

4 Laudo

Segundo Reis e Geus (2004) o último passo da perícia é a elaboração de um laudo onde o perito tem a liberdade de descrever o incidente, pois ele é o único responsável pelo documento e tudo aquilo que for escrito nele. Não existe um modelo padrão para elaboração de laudo, mas sim orientações para sua confecção, e deve ser feito com a maior clareza para que se torne fácil a sua compreensão.

FERRAMENTAS DE COMPUTAÇÃO FORENSE

Segundo Eleutério e Machado (2011), existem muitas ferramentas no mercado criadas especificamente para Perícia Computacional, algumas delas são para uso específico em uma determinada fase da perícia, já outras possuem um conjunto de ferramentas que podem ser utilizadas em todas as etapas da investigação computacional.

Forensic Tool Kit

O Forensic Tool Kit, ou FTK, foi desenvolvido pela Access Data, e neste software podemos encontrar as principais funcionalidades para a realização de exames forenses em dispositivos de armazenamento de dados. Este aplicativo possui uma suíte com vários recursos que podem ser utilizados em todas as fases de um exame computacional forense.

EnCase

O EnCase é produzido pela empresa Guidance, da mesma forma que o FTK ele possui diversos recursos que ajudam o profissional no seu trabalho de exames de perícia em Computação Forense em dispositivos de armazenamento de dados.

SIFT

SIFT- Sigla de *SANS Investigative Forensic Toolkit*, é uma distribuição Linux pré configurada para investigações forenses. Criado em parte por Rob Lee's, atualmente está na versão 2.0 e contém todas as ferramentas necessárias para realizar as quatro etapas da investigação coleta, exame, análise e o resultado.

Backtrack

Desenvolvido na Suíça pela empresa Whax e Auditor Security Collection, tem como foco testes de segurança e testes de penetração. Possui mais de 300 ferramentas para testes e análise de vulnerabilidade. Muito usado para encontrar furos em sistemas e sites invadidos por criminosos virtuais.

Caine

O software *Computer Aided Investigative Environment* – Caine foi desenvolvido na Itália tem como objetivo criar um ambiente gráfico amigável ao usuário e auxiliar o investigador digital em todas as quatro fases do trabalho de investigação digital. Uma das vantagens do Caine é criar uma cópia semiautomática do relatório final da investigação realizada. Possui versão para Linux e Windows.

PeriBR

Programa brasileiro para investigação computacional, desenvolvido por alunos de pós-graduação em perícia computacional da Universidade Católica de Brasília. Este software foi baseado no FDTK, da mesma forma pode ser usado nas quatro fases de uma investigação digital.

CASOS REAIS

Caso Sharon Guthrie – EUA

Em 1999 Sharon Guthrie de 54 anos residente em Dakota-EUA, morreu afogada em casa na banheira. A autópsia feita no corpo de Guthrie revelou uma substância chamada Temazepan, que é usado para o tratamento de pessoas com

dificuldades do sono. Seu marido pastor Willian Guthrie, foi quem indicou este remédio para a esposa.

O fato de o marido ter indicado o medicamento não era o bastante para acusá-lo do crime. A polícia então contratou um perito em computação científica, chamado Judd Robbins que fez um exame nos computadores usados pelo pastor na igreja.

Depois de alguns dias de investigação, o perito descobriu que o acusado havia pesquisado na internet sites que ensinam como matar uma pessoa de uma forma eficaz e indolor sem deixar vestígios, inclusive com o uso do medicamento Temazepan. O acusado também havia pesquisado por “acidentes em banheira”, “acidentes domésticos”. Essa prova foi de suma importância para que o júri condenasse o Pastor Guthrie pelo crime.

A perícia estuda os fatos que ocorreram no passado, e neste caso o perito teria que descobrir a pergunta: Quando o acusado acessou os sites? Uma pergunta importante para saber se a pesquisa foi feita antes ou depois do crime.

Analisando este caso, pode ser constatado que uma provável técnica usada foi a restauração dos arquivos de backup do registro de navegação web, que a época era usado o Windows 98. (www.imasters.com.br)

Caso Corretor de Imóveis – Brasil

Um profissional da Área de corretagem de imóveis foi condenado por homicídio tendo como meio de prova a sua localização no momento do crime.

A estação rádio base (Erb) de celular, mostrou que o aparelho do corretor estava próximo ao local do crime, no mesmo horário que aconteceu, o que deu-se contrário ao depoimento do mesmo, que afirmou estar em outro local no momento que aconteceu o crime. O sinal foi recebido pela antena, a partir de onde se encontrava o celular, foi realizado o cálculo da localização. A margem de erro nesse cálculo é de no máximo cem metros.

Entretanto, a prova circunstancial apresentada ajudou a influenciar o júri a condená-lo por seis votos a um, pois o rastreamento de celular se enquadra como prova científica desde que seja autorizado pela justiça.

As informações obtidas foram retiradas dos bancos de dados da operadora de telefonia celular e garantidas sua autenticidade. (www.imasters.com.br)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi elaborar um estudo sobre Computação Forense. Um assunto instigante e novo no meio tecnológico, mas com uma grande perspectiva de crescimento. É uma Área que vem se tornando muito utilizada, devido principalmente ao grande aumento nos crimes envolvendo o meio da informação.

Houve uma grande dificuldade para a elaboração deste trabalho acadêmico devido a escassez de literatura e materiais pertinentes a este assunto, principalmente na língua portuguesa. A falta de material deve-se a ser uma Área recente. Através deste estudo pode-se constatar que a computação forense tem muito que desenvolver e inovar. É necessário muito aperfeiçoamento no que se refere a métodos e tecnologias na obtenção das evidências necessárias para a solução dos crimes de informática.

Por se tratar de uma Área recente existe pouca demanda de profissionais capacitados, que realmente são conhecedores dos procedimentos seguidos pela Área científica forense, além de existirem poucas ferramentas no mercado em hardware e software forense computacional.

Também há necessidade de se atualizar as leis brasileiras para que os crimes de informática possam ser atendidos de uma forma melhor juridicamente falando. A computação forense só tem o que contribuir para a sociedade no que se refere a garantia de direitos e deveres por parte dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução do Trabalho Científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ASSUNÇÃO, Marcos Frávio A. **Guia do Hacker Brasileiro**. 1. ed. Florianópolis: Visual Books, 2002.
- BEZERRA, Adonel. **Evitando Hackers: Controle Seus Sistemas Computacionais Antes Que Alguém o Faça!** 1. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2012.
- CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. 4. Ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- COSTA, Marcelo Antônio Sampaio Lemos. **Computação Forense: A análise forense no contexto da resposta a incidentes computacionais**. 3. ed. Campinas: Millenium, 2011.
- CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas. **Crimes Digitais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Disponível em <http://imasters.com.br/artigo/4656/gerencia-de-ti/casos-reais-crimes-elucidados-com-ajuda-da-ti> acessado em 21 de outubro de 2012.

ELEUTÉRIO, Pedro Monteiro da Silva; ACHADO, Marcio Pereira. **Desvendando a Computação Forense**. 1. Ed. São Paulo: Novatec, 2011.

FARMER, Dan e VENEMA, Wietse. **Perícia Forense Computacional** - Teoria e Prática Aplicada. 1. ed. EUA: Prentice Hall Brasil, 2007.

FREITAS, Andrey Rodrigues de. **Perícia Forense** - Aplicada A Informática; 1. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

NEUKAMP, Paulo A. **Forense Computacional: Fundamentos E Desafios Atuais**. 11 Junho de 2007. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). 06 Nov. 2007.

NOGUEIRA, José Helano Matos. **A nova face do crime**. Revista Perícia Federal. Ano III n– 9, julho 2001.

QUEIROZ, Claudemir e VARGAS, Raffael; **Investigação e Perícia Forense Computacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Brazport, 2010.

REIS, Marcelo Abdalla dos, GEUS, Paulo Lúcio de. **Análise Forense de Intrusões em Sistemas Computacionais: Técnicas, Procedimentos e Ferramentas**. Instituto de Computação - Universidade Estadual de Campinas, 2002.

ROQUE, Sérgio Roque. **Criminalidade Informática – Crimes e Criminosos do Computador**. 1 ed. São Paulo: ADPESP Cultural, 2007.

ROSA, Fabrício. **Crimes de Informática**. Campinas: 2. ed. Campinas: Bookseller, 2002.

SALVADORI, Fausto. **Crimes Virtuais**. Disponível em <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI110316-17778,00-CRIMES+VIRTUAIS.html>

SALVADORI, Fausto. **Crimes Virtuais**. Disponível em <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI110316-17778-2,00-CRIMES+VIRTUAIS.html> acessado em 23 de outubro de 2012.

SILVA, Rita de Cássia Lopes. **Direito penal e sistema informático**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

TOCHETTO, Domingos. **Tratado de perícias criminalísticas**. 2. ed. Campinas: Millenium, 2011.

VARGAS, Raffael Gomes. **Perícia Forense Computacional Metodologias e Ferramentas Periciais**. Revista Evidencia Digital ed. 03, 2004. Disponível em: <http://www.quiatecnico.com.br/EvidenciaDigital/> acessado em 11 de setembro de 2012.